



# Tecendo fios de memória

João Paulo Araújo de Carvalho



Aracaju, 2021

**GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE**

Belivaldo Chagas Silva

**Coordenador do Programa Editorial da SEDUC**

Sidiney Menezes Gerônimo

**VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE SERGIPE**

Eliane Aquino Custódio

**Assessor Administrativo do Programa Editorial da SEDUC: Jonas José de Matos Neto****SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA**

Josué Modesto dos Passos Subrinho

**Membros do Conselho Editorial:**

Josué Modesto dos Passos Subrinho (Presidente), Sidiney Menezes Gerônimo (Coordenador), Simone Paixão Rodrigues, Rosemeire Marcedo Costa, Eliana Midori Sussuchi, Débora Evangelista Reis Oliveira, Roberto Jerônimo dos Santos Silva, Aglaé D'Ávila Fontes.

**SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE EDUCAÇÃO**

José Ricardo de Santana

**SUPERINTENDENTE ESPECIAL DE ESPORTE**

Mariana Dantas Mendonça Gois

---

Tecendo fios de memória

**Capa:** Vitória Bezerra

**Diagramação:** Vitória Bezerra

**Revisão Ortográfica:** Jânio Vieira, João Victor Rodrigues e Viviane Cardoso.

**Editora SEDUC – 2021**

---

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

Carvalho, João Paulo Araújo de

C331t      Tecendo fios da memória / João Paulo Araújo de Carvalho –  
Aracaju : Editora SEDUC, 2021.  
190f. : il. color – (Coleção História de Sergipe)

ISBN 978-65-996787-7-6

1. Memória Histórica. 2. Sergipe - Nossa Senhora das Dores.  
3. Identidade Cultural. I. Carvalho, João Paulo Araújo de. II. Título.

CDU: 82-94(813.7)Nossa Senhora das Dores)

**Ficha elaborada pela bibliotecária Ma. Isis Carolina Garcia Bispo – CRB-2037**

SECRETARIA DE ESTADO  
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE  
E DA CULTURA



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC  
Rua Gutemberg Chagas, 169, DIA Inácio Barbosa, Aracaju - SE | CEP: 49040-780

# Tecendo fios de memória

João Paulo Araújo de Carvalho



Editora  
**SEDUC**

SECRETARIA DE ESTADO  
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE  
E DA CULTURA



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

## O Programa Editorial da SEDUC

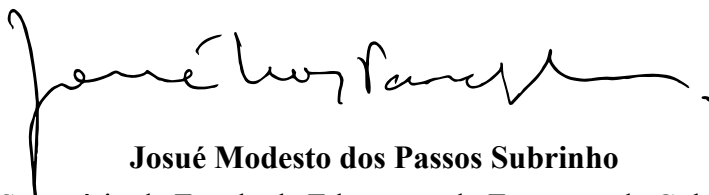
O Programa Editorial da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC/SE apresenta à sociedade os livros produzidos por estudantes, professores(as), profissionais de gestão e pesquisadores(as) em geral, envolvidos(as) com as redes públicas estadual e municipais da educação sergipana. O lançamento dessas obras sinaliza para a concretização de metas estabelecidas no **Plano de Governo Pra Sergipe Avançar (2019-2022)**, cuja execução contou com a participação do Conselho Editorial da SEDUC, de representantes das comunidades escolares e das academias de letras locais. O resultado dessa construção coletiva está materializado nas **Coleções de livros** do Programa Editorial da SEDUC.

**A magia de escrever e desenhar** é a coleção que cultiva o jardim das primeiras letras, cuidando carinhosamente do processo de alfabetização. A coleção **Estudante escritor(a)** cuida de cada palavra como flor do processo de letramento, que evolui junto com nossos(as) estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Já a coleção **Palavra de Educador(a)** transforma dissertações e teses em livros científicos, bem como publica as aventuras docentes pelo universo literário. A coleção **Saberes em gestão educacional**, por sua vez, abriga a produção dos(as) profissionais de gestão que atuam nas estruturas administrativas da SEDUC e das Secretarias Municipais de Educação.

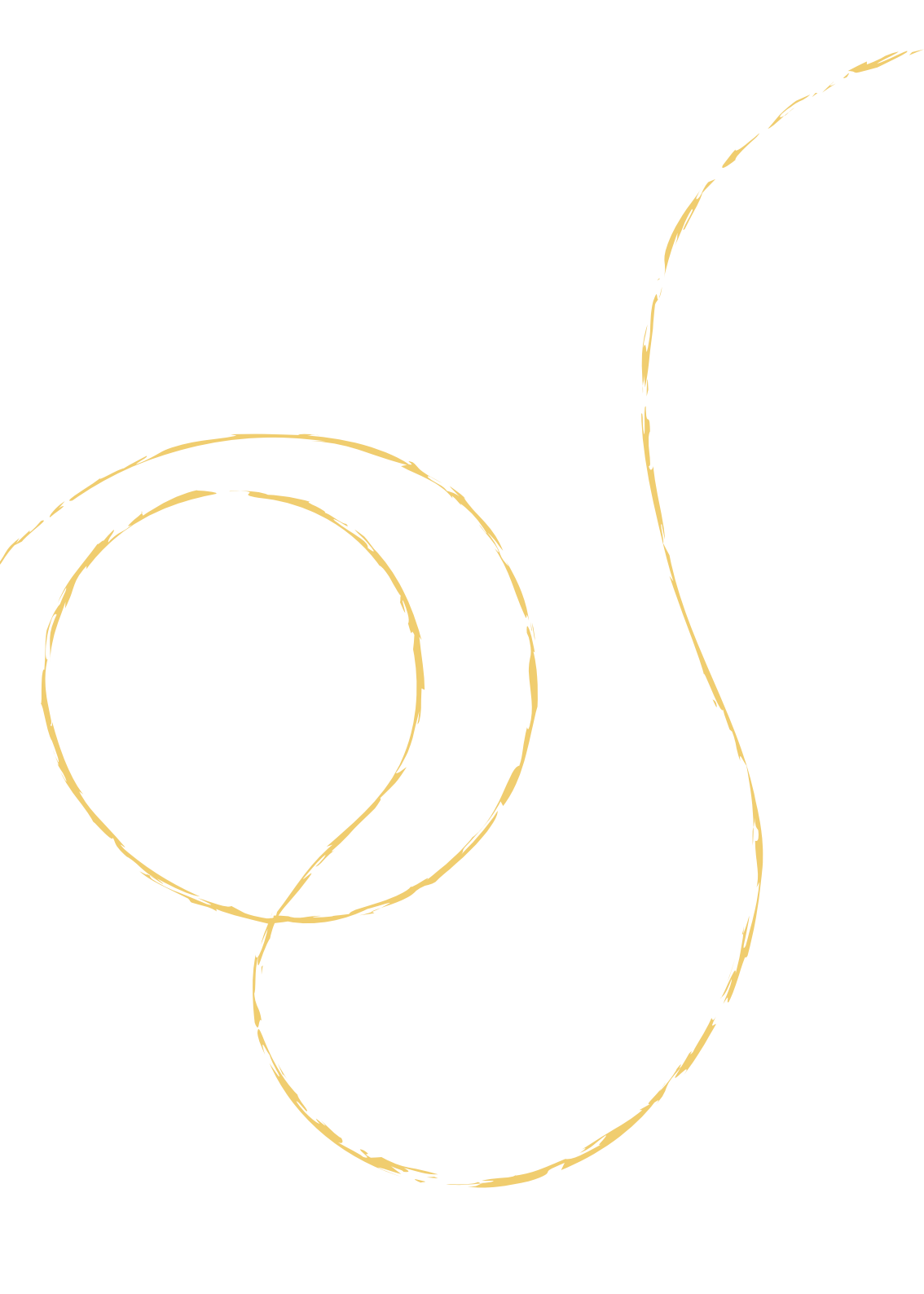
**Histórias de Sergipe** é o nome da coleção responsável pela preservação da memória sergipana, ao passo que a coleção **Paradidáticos sergipanos** gesta material de apoio didático para todos os componentes curriculares da educação básica. Por fim, a coleção **Autores(as) da inclusão** abraça as criações de estudantes com deficiência no âmbito da educação pública do nosso Estado.

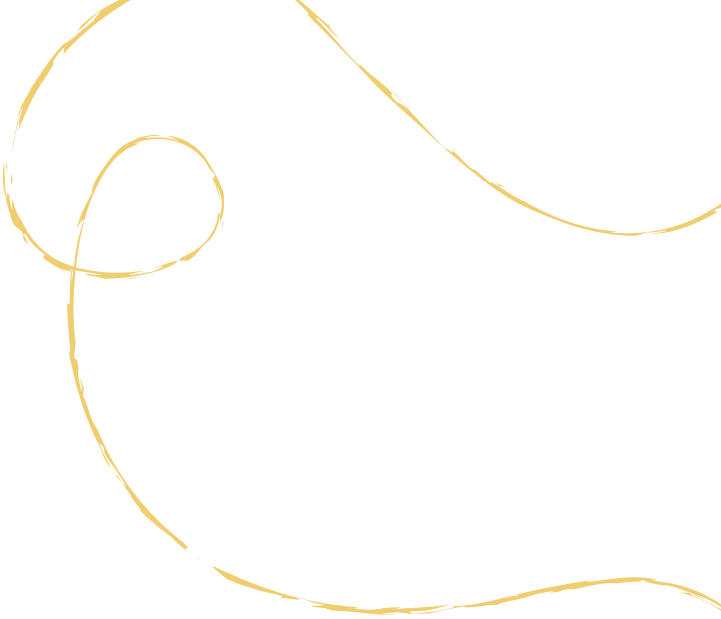
Espera-se que, a cada ano letivo, um novo empreendimento editorial seja divulgado, a fim de que as comunidades escolares possam desenvolver uma cultura escolar do hábito da leitura e da produção da escrita.



**Josué Modesto dos Passos Subrinho**

Secretário de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura





Dedico esses fios de memória  
ao poeta, ficcionista e folclorista,  
sergipano de Nossa Senhora das Dores,

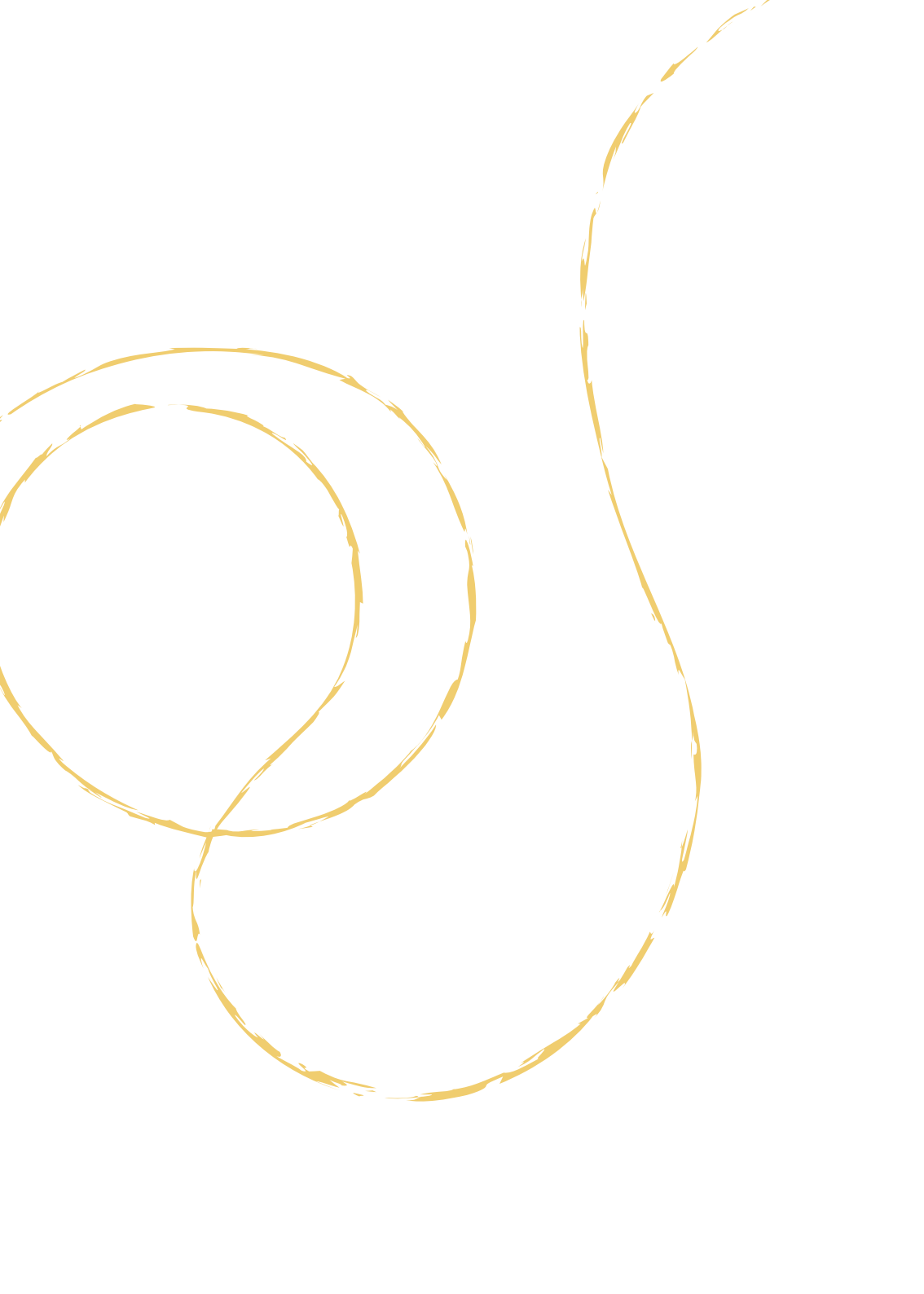
*Manoel Cardoso.*





***Escrever é fotografar-se por inteiro.***

*Manoel Cardoso*





**Imagem 1:** Dona Felismina e suas vassouras de pindoba  
(foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2011)

# DORENSENIDADES: VIAGENS PELOS SENTIDOS DE PERTENCIMENTO

Denio Azevedo<sup>1</sup>

Em contexto de pandemia da COVID-19 e de recessão econômica em diferentes países, o mundo sentiu de perto os efeitos da globalização. O intercâmbio de tecnologias, bens, serviços e investimentos possibilitou o *deslocamento* de ideias e pessoas em ritmo acelerado. Estes deslocamentos geraram a disseminação universal do vírus e diferentes práticas de como lidar com este. No universo

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Turismo da UFS (DTUR/UFS), do Mestrado em Culturas Populares (PPGCULT/UFS), do Mestrado Profissional em Turismo do IFS (PPMTUR/IFS); Vice Líder do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo (ANTUR/CNPq/UFS); Coordenador do Projeto de Extensão Sergipanidades (UFS/PROEX).

cultural, a mundialização promove diálogos, interferências, imposições, resistências e desaparecimentos. O global e o local geram influências mútuas, com força, tempo e características distintas. Portanto, globalização não é homogeneização universal. O mundo global é múltiplo, distinto, multicultural, poliglota e policromático.

Com o processo de globalização, motivadas por diferentes fatores, as identidades foram ressaltadas. Grupos taxados de minoritários, que estavam à margem, buscaram os seus espaços no centro. Começaram a lutar pelos seus lugares de fala, pelo protagonismo e a escrever a sua própria história. Memórias foram reveladas e as identidades de grupos sociais, de lugares e regiões apresentaram facetas distintas, (des)construções, (re)invenções, e ressaltaram as diferenças.

As identidades são construções contextualizadas, feitas por atores sociais, em diferentes momentos, utilizando múltiplas estratégias e transformando em narrativas escritas ou imagéticas, as suas percepções de mundo. Portanto, as narrativas identitárias refletem as subjetividades dos atores sociais que as constroem. Quem são esses atores sociais? Em que contexto eles construíram essas narrativas? Por que e para que esses atores querem construir essas identidades? Como eles constroem? Estas são questões fundamentais para o entendimento dos mais variados debates sobre as identidades.

Essas narrativas podem chegar a públicos distintos, mas, geralmente, são destinadas aos “eus”. Essas narrativas poderão ser absorvidas por completo, filtradas, criticadas, complementadas e

até refutadas. As construções identitárias podem ser entendidas a partir de relações de poder, seleções e esquecimentos. Os responsáveis por essas narrativas identitárias selecionam o que pode ser (re)memorado e o que pode ser esquecido, o que deve ser conhecido e reconhecido como símbolos identitários e o que não é considerado como elementos importantes para a construção dessas identidades.

Em *Tecendo fios de memória*, o historiador João Paulo Araújo, mantém-se como mais um construtor de identidades. Identificado com o seu torrão natal, apaixonado pelas histórias e memórias da cidade sergipana de Nossa Senhora das Dores, constrói narrativas no diálogo com outros autores e a partir das suas vivências e experiências com a cidade, com os dorenses e com as suas pesquisas. Em vários momentos, o autor é sujeito e objeto dos seus textos. Percebe-se a sensibilidade no olhar, o cuidado com a escrita e a preocupação com o patrimônio cultural e natural do seu lugar. A obra é um grande chamamento para que os dorenses e/ou os que se identificam com a cidade, tenham orgulho e vivenciem as suas *dorensenidades*.

A construção de identidades, em espaços delimitados geograficamente, como os países, as regiões, os Estados ou as cidades, utiliza um conjunto de estratégias comuns. Dentre estas, podemos citar: a seleção de atores sociais que construirão as narrativas, a delimitação do território legal, a criação dos símbolos cívicos (bandeira, hino, brasão), do mito de origem, dos “heróis”, da história, da literatura e da geografia representativa daquele recorte e da sua população. Em vários casos, essa construção é feita a partir de um conflito, onde os objetivos foram atingidos, ou de um processo de

emancipação política. Entende-se que é preciso criar uma nova roupagem, algo que seja representativo daquele grupo social. A grande questão, é que, na maioria dos casos, essa construção foi verticalizada, criou um discurso homogêneo, foi imposta aos diferentes grupos sociais que ocupavam aquele espaço e apagou diferentes memórias, principalmente, de mulheres, índios e negros.

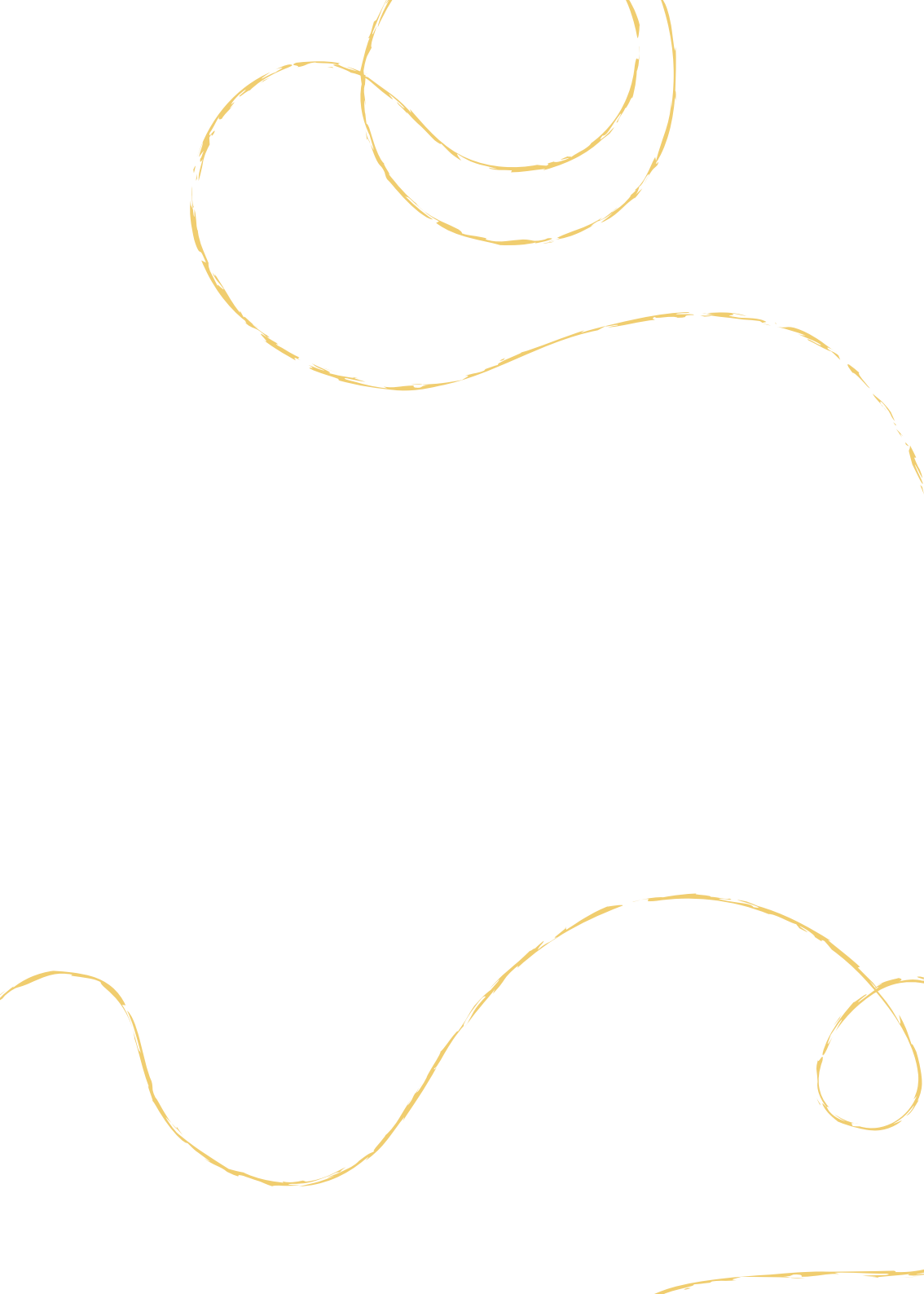
A partir dos escritos de João Paulo Araújo, percebe-se que em Nossa Senhora das Dores esses recursos foram utilizados. Os objetivos foram, de um lado, criar para Nossa Senhora das Dores uma representação social em oposição a Vila de Nossa Senhora da Purificação da Capela; por outro, varreu, com as vassouras de pindoba, do povoado Carro Quebrado, as marcas simbólicas dos enforcadenses e construiu as representações sociais dos dorenses.

Estes mosaicos possuem as cores das vestes dos brincantes do Embeleco do povoado de Itapicuru, dos Caretas e do Reisado do Grupo Renovação. Tem o sabor da melhor carne do sol do Estado de Sergipe, das traíras do bar de Jairinho, o puro mel da Sucupira e do pirão de galinha. Tem o cheiro dos doces de caju e de leite, do pé de moleque e do beiju. Tem os sons do cotidiano, do triângulo, da sanfona e da zabumba, do rodar dos carros de boi, dos aboios e dos lamentos. Todos estes elementos são esculpido por Liliu e traçados com as rendas de bilro, costurados como os bordados das diferentes bordadeiras e das bonecas de pano de Terezinha Barboza.

As *dorensidades* são formadas pelos indígenas que ocuparam esse território e doaram a cidade o seu trabalho, a sua relação com a natureza e a sua herança cultural, que podem ser absorvidas nos

signos toponímicos, como no Riacho Jacoca e no Povoado Itapicuru. O samba de coco é um dos elementos representativos da cultura afro-brasileira no município. Lembrar das diferentes mulheres, com suas diversas práticas culturais e artísticas, a participação na vida política e econômica dos distintos povoados e da sede de Nossa Senhora das Dores. A história e a memória do município também são marcadas pela cultura do couro e pelo cultivo do algodão. Vejam a representação cultural dos vaqueiros na cidade em questão. Berrantes, vestes e utensílios em couro, a pega de boi no mato, a corrida de argola, os torneios, os rodeios e os carreiros.

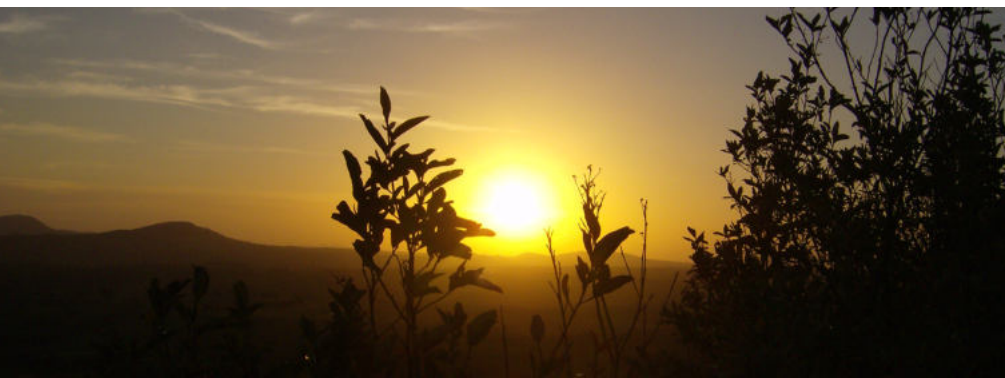
Em vários momentos saí do texto e me peguei no meio da Festa da Padroeira. Assim como um *flâneur* de Benjamin, percorri a Rua do Comércio, visitei as Praças da Bandeira e do Comércio. Foi embaixo de um florido pé de ipê amarelo que li o jornal *A Voz do Povo* e um cordel de José Barbosa. Sentei nos bancos da Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores para contemplar a beleza do seu altar e de todo o seu entorno. Rezei para Nossa Senhora das Dores na Capela do Bomfim. Fiz trilhas na Serra do Besouro e lá assisti ao mais bonito pôr do sol da minha vida. Visitei o Museu Caipira. Fui me banhar na cachoeira do riacho Dangi e nas águas do rio Sergipe, bem nos trechos do Capim do Boi e da Ponte. Assisti a uma partida entre o Dorense Futebol Clube e a Associação Desportiva Flamengo, comendo bolachinhas de goma. Dancei forró na Grande Festa do Boi, encontrei com amigos na vaquejada e fui padrinho em um casamento caipira. E como um penitente, fui ao encontro do Senhor Morto, carregando a cruz do Madeiro até o Cruzeiro do Século.



# SUMÁRIO

<b>E A PALAVRA VAI TECENDO FIOS DE MEMÓRIA .....</b>	<b>19</b>
<b>PARTE 1 – TRANSLÚCIDO SILÊNCIO .....</b>	<b>31</b>
PERVAGANDO ENTRE OS ESCOMBROS DE MEMÓRIAS	
APAGADAS PELO TEMPO .....	<b>33</b>
UMA CIDADE SUSTENTÁVEL, SOB MEDIDA .....	<b>42</b>
DO SUBTERRÂNEO DO SER MEMÓRIAS	
DORENSES SE RECONNECTAM .....	<b>52</b>
NAS ÍNVIAS VEREDAS DE CACHOEIRINHA NASCE UM MUSEU .....	<b>61</b>
<b>PARTE 2 – CINTILAÇÕES .....</b>	<b>71</b>
DO ALTO DE UMA TORRE A CIDADE SE REVELA .....	<b>73</b>
PENITÊNCIA OU INFERNO: O FLAGELO DO	
CORPO PELO BEM DA ALMA .....	<b>79</b>
DOS RETALHOS DE MEMÓRIAS RESSURGE UM	
PATRIMÔNIO FEITO DE PANO .....	<b>91</b>
CRUZEIRO DO SÉCULO: UM ESPAÇO SAGRADO	
NA COSMOVISÃO CRISTÃ .....	<b>99</b>
A HUMANIZAÇÃO QUE VEM DO ALIMENTO:	
CARNE DE SOL E FARINHA .....	<b>106</b>
ALGUMAS MEMÓRIAS DA SAGA DO CANGAÇO	
EM TERRAS ENFORCADENSES .....	<b>114</b>
<b>PARTE 3 – A BORDO DO TEMPO .....</b>	<b>125</b>
DE POVOAÇÃO DOS ENFORCADOS A MUNICÍPIO	
DA VILA DE NOSSA SENHORA DAS DORES .....	<b>127</b>
O CENTENÁRIO DA CIDADE DE NOSSA SENHORA	
DAS DORES E SUAS MEMÓRIAS .....	<b>147</b>
<b>DORENSENIDADE: O ORGULHO DE SER NOSSA SENHORA DAS</b>	
<b>DORES .....</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>177</b>





**Imagem 2:** Pôr do sol na Serra do Besouro (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2011)

## **E A PALAVRA VAI TECENDO FIOS DE MEMÓRIA**

Palavra, como flor, se permite  
despetalar, em sílabas, em dígrafos  
em consoantes e em vogais, compõe  
o todo, suscita a ideia, o conceito  
na imersão do abstrato abismo  
para que se garimpem sutilezas  
julgamentos, apotegmas, charadas  
e parábolas

A palavra é o divino sopro  
no ar que o homo respira  
e o faz eterno, se quiser

Manoel Cardoso, em *Esmerilho-me na lâmina do dia*.

A palavra escrita nasce como uma tentativa de traduzir  
sentimentos, de construir sonhos, de edificar saberes, de registrar as

transformações pelas quais a vida humana passa em suas dinâmicas cotidianas. Partindo dessa premissa, podemos afirmar que a palavra dá sentido ao existir, ao materializar nossas percepções, nossos saberes, fazeres, crenças e hábitos.

Como ser de memória, consciente da passagem do tempo e da existência de passado, presente e futuro, o humano intenta registrar os caminhos por ele trilhados, fazendo da palavra parte do desejo de perenidade que move a humanidade ao longo das gerações. Nessa conexão com o tempo, são compostas identidades que ligam os homens aos lugares com os quais se vincula emotivamente. Da tentativa de representar materialmente essa abstração chamada de identidade, nascem termos como *brasilidade*, *sergipanidade*, *doren-senidade*... palavras que inspiram ações individuais e coletivas de preservação do passado no presente; de valorização daquilo que pertence a uma coletividade e que podemos chamar de seu patrimônio histórico e cultural; de registro da trajetória de um povo em sua saga pela sobrevivência por meio das mais diversas artes e ofícios criados por esse mesmo ser em cuja mentalidade se misturam a certeza da finitude da vida e o desejo de eternidade.

O escrito que o leitor tem em mãos parte desse conjunto de percepções, de sentimentos, de desejos de preservação, de conexão, de construção identitária de um cantinho de Sergipe estrategicamente situado no coração do menor estado da federação brasileira e que carrega, em sua história e cultura, parte considerável do ser sergipano de alma e coração enraizados em solo dorense. Tem como objeto de estudo, portanto, o chão sergipense denominado de Nossa Senhora das Dores, um de seus setenta e cinco municípios, dos

mais antigos e importantes, relevância que parte não somente dessa antiguidade, mas, sobretudo, da contribuição cultural e econômica que tem dado ao longo dos séculos à construção do orgulho de ser e viver naquelas veredas.

E para quem deseja trilhar os caminhos da antiga Enforcados, não há ponto de partida ou inspiração melhor que as obras literárias de autores que tão bem sabem manejar o verbo e traduzi-lo em cores de *dorensidade*, termo cunhado como representação do ser dorense. É o que faz com maestria o poeta, ficcionista e folclorista Manoel Cardoso, no tecer *fios de memória* em cada página de sua prosa e de seus versos, levando-nos a visitar as veredas de suas lembranças e nos conduzindo a outros escreventes cujas obras emergem nesse escrito que ora introduzimos, como condutoras do viajante do tempo.

Tempo que nos faz desembarcar na centenária **cidade das Dores**, que está encravada no Médio Sertão, ficando a pouco menos de uma hora da capital sergipana, por via asfáltica, no coração do estado. Nessa zona agreste, entre o litoral e o sertão, o município de Nossa Senhora das Dores é considerado um oásis na entrada da região mais seca de Sergipe, tendo uma vegetação também de transição, destacando-se a floresta atlântica de planície e encosta e a caatinga. Terras que já produziram muito algodão e hoje são aproveitadas, sobretudo, para o plantio de cana e a criação de gado bovino, além de lavouras de subsistência.

**Cidade hospitaleira** que é mãe de tantos povoados e cujas veredas ligam os dorenses aos municípios irmãos do norte (Cumbe e

Feira Nova), do sul (Moita Bonita, Santa Rosa de Lima e Divina Pastora), do leste (Capela e Siriri) e do oeste (Ribeirópolis e São Miguel do Aleixo).

**Cidade das serras**, no alto das quais é possível contemplar o verde das curvas de sua geografia, sobretudo, quando se ruma para a região sul. Passando pelo Boqueirão e pelo Besouro, de onde se avista o Cruzeiro do Século. Mais adiante, chegando às serras de Borda da Mata e do Itapicuru, com as belíssimas visões de uma paisagem que encanta. Poesia, artesanato, história, música e fé complementam esse cenário bucólico.

**Cidade dos tabuleiros**, quando se vai do centro ao leste e ao norte, encontrando-se uma grande planície que favorece a atividade econômica. Cana, gado, milho, mandioca, tijolos e telhas de olarias, mas também arte, festas, religiosidade, mel puro, bordados, literatura, histórias, culinária, esculturas e belas paisagens caracterizam cada uma de suas veredas.

**Cidade das artes** que com fios, panos, madeira, papel e palha produz de um tudo. Crochê, rendendê, fuxico, bonecas, carrinhos, esculturas, cestos, esteiras, caretas de papel... Na tela, o pincel de seus artistas vai desenhando contornos, trazendo de volta à memória o seu casario, registrando a fé de seu povo e dando vida a tantas histórias guardadas em fotografias empoeiradas. Da madeira brotam imagens que gritam como um povo em dores que labuta e produz. Da música ecoam sentimentos de orgulho e amor por essa *mãe gentil*. Bonecas de pano, seu patrimônio; o samba de coco e o reisado vão renovando a cultura.

**Cidade das águas** que acalmam a alma e aquecem os corações. No rio Sergipe, num banho no Poço do jacaré ou no Capim do boi. Na margem direita, do riacho Dangi vai brotando uma linda cachoeira que nos traz à tona quão bom é o Criador. Um pouco mais à frente as veredas ribeirinhas levam ao Jacoca e ao Caípe, com fragmentos de mata ainda preservada. No centro da urbe o Siriri conduz ao Japarutuba. Antes, porém, sacia a sede dos dorenses. Nessa mesma bacia japarutubense, na mata da Boa Vista, divisa com o município de Capela, água pura brota do chão. No coração da cidade, repousam as pedreiras que há tempos passados viveram tantas histórias. Ou ainda o poluído açude<sup>2</sup>, que guarda a esperança de um dia voltar a ser espaço de lazer da sua gente. Seguindo para o norte duas belas lagoas, uma chamada de Grande e a outra de Tabúa.

**Cidade da fé**, de gente que crê no poder do Senhor que no alto da cruz pelos pecados de outrem pereceu sem vida. Assim, a Paixão do Amado Jesus é tão devotada na *Sexta Maior*. Peregrinos se dirigem ao alto do cruzeiro ou com os pés descalços vão seguindo o Madeiro. Junto aos Penitentes, rezam pelas almas do irmão que partiu e cumpre suas penas no além. Com o Senhor Morto, na procissão do Enterro, chorando a morte do seu Salvador. Porém, acredita que no lenho sagrado a todo fiel sua mãe entregou. Ela que as Dores do filho sentiu, que a Ele conduz e, como testemunha da ressurreição, se faz presente no dia a dia dorense. No mês de setembro, a festa maior, o seu Setenário.

---

<sup>2</sup> Atualmente, devido à implantação da rede de esgoto da cidade, encontra-se em fase de despoluição.

**Cidade das letras**, tem na Academia a guardiã das memórias e a semente da escrita. Contos, poemas, romances, histórias que nascem dos livros e também dos cordéis. *Pequeno Aguaideiro, Vida de cangaceiro, Beijo de Jegue, A torre da Matriz, Histórias de alunos, Jardim da Esperança, Quem sou eu?* Ainda não descobri. *Semeando amor em versos, Sou da comunidade, Vivências sobrenaturais, Minha terra meu lugar* que se quer desbravar<sup>3</sup>.

**Cidade do coração, das letras, da fé, das águas, das artes, das serras e dos tabuleiros** que constroem a identidade de uma gente **hospitaleira**, de festas, de cores, de sons, de amores. Verdades que **das Dores** conduzem à *sergipanidade*, em *fiões de memórias* compostas por aqueles que a cantam em prosa e verso, como o conterrâneo Manoel Cardoso, que dali saiu há décadas, fixando residência e adquirindo formação universitária na capital paulista, porém, sem permitir que seu torrão natal dele saísse, compondo uma obra poética e ficcional ambientada no rincão sergipense, no Taborda que o viu nascer e se iniciar na leitura; no Gado Bravo onde avançou nas primeiras letras e descobriu o universo lúdico da poesia; na Nossa Senhora das Dores de sua santa dona Senhora, das brincadeiras em redor do açude, da professora Glória, do primeiro emprego com apenas uma década de idade, de experiências que marcaram para sempre sua vida; da serra do Besouro que abria um mundo ao transpor-se da zona rural à urbana; do companário da Matriz, abraçada pelos ficus benjoim e que impressionava o curu-

---

3 Os trechos em itálico são referências a obras de autores dorenses como Manoel Cardoso, José Barbosa, José Lima Santana, Luís Carlos de Jesus, Miguel Messias dos Santos, Jânio Vieira, Anete Santana, Ari Pereira, Salete Nascimento, Carlos César dos Santos, dentre outros.

mim; das serras e dos tabuleiros com sua fauna e flora peculiares.

A vasta obra desse sergipano que se *move com palavra*, nos serviu de inspiração para esse nosso intento de, como ele fez em forma de romances, contos e poesias, registrar memórias numa prosa historiográfica que pretende dialogar com a literatura, *esmerilhando-nos na lâmina do dia*<sup>4</sup> para trafegar em leitos de identidade, compondo fios que nascem, como que das mãos habilidosas das rendeiras e de seus bilros de madeira, da lembrança de fatos, lugares e pessoas. Afinal, a literatura, em suas múltiplas faces, tem grande poder humanizador (CANDIDO, 1995) e carrega em seu interior a capacidade de, por meio do conhecimento do passado, levar o ser humano a reconhecer-se como elemento dotado de memória, ajudando-o na compreensão de si e do outro.

Como guia a nos conduzir pela história e pela cultura da gente enforcadense, a literatura nos leva a desembarcar nos escombros da passagem do tempo e no que permanece vivo nas curvas e veredas de caminhos patrimoniais que nos conectam a instituições e pessoas que têm ajudado a manter acesa a chama de parte do que foi vivido e que teima em se perenizar. Gente simples, muitas vezes escondida no anonimato de quem tece *fios de memória* em grupos de voluntários, iniciativas particulares e manifestações culturais que se constituem em verdadeiras formas de resistência a um presente que se quer construir sem olhar para trás.

Esse nosso registro de esforços de preservação e construção identitária será dividido em três partes. Cada uma delas tomará de

---

4 Referência à obra poética *Esmerilho-me na lâmina do dia* (2013), de Manoel Cardoso.

empréstimo o título de uma obra do poeta sergipano, enforcadense e tabordense Manoel Cardoso, autor que personifica, em prosa e verso, os anseios de salvaguarda de memórias que levaram à escrita desse trabalho, um bordado composto de fios conectados pelo sentimento de valorização e identificação com o ser sergipano de alma e coração dorenses e que pode ser materializado na palavra *dorensenidade*.

Assim, na parte 1, denominada *Translúcido silêncio*, tomamos como ponto de partida a memória enquanto colcha de retalhos que vai sendo tecida ao longo do tempo, nela se inserindo, voluntária e involuntariamente, lembranças e esquecimentos. Do lembrar brotando o preservar; do esquecer, o silêncio no qual repousam muitos fatos e personagens que acabam se perdendo nas brumas do tempo. Dos *fios de memória* presentes na palavra que silencia e na que se perpetua, a história de um povo, de um lugar, com suas tensões, alegrias, tristezas, frustrações e conquistas, com seus saberes, fazeres, crenças, artes e costumes, com suas respostas aos desafios do existir.

Nos artigos que compõem essa seção primeira, mostraremos o processo de destruição de parte do patrimônio material, imaterial e ambiental da cidade, nos últimos cinquenta anos, e apresentaremos iniciativas surgidas do sentimento de salvaguardar o que restou desses escombros. Assim, daremos voz ao que se foi, ao que repousa no esquecimento, mas, também, àqueles que têm buscado manter vivo o que ainda resta de um passado límpido que insiste em resistir. Afinal, a História é uma ponte que conecta múltiplas temporalidades e contribui na compreensão das mudanças e permanên-

cias perpetradas pelo senhor de todos nós, o tempo. Ponte que liga o “nós” ao “outrem”, ajudando na compreensão de quem somos, na constituição de laços de identidade, mesmo diante de memórias que, fisicamente, foram apagadas pelas transformações. Afinal,

É preciso esfacelar  
essa campânula  
que aprisiona o silêncio  
é preciso deixar fluir  
do mais profundo existir  
trazê-lo às aglomerações  
às ruas e às praças  
distribuí-lo aos que carecem  
de encontrar a própria alma  
(...)

urge escutar as secretas vozes  
esmagadas pelo burburinho  
pelo atrito das máquinas da cidade

(CARDOSO, 2003, p. 17).

Saindo desses escombros de esquecimento e das iniciativas que intentaram fazer lembrar o ontem, na segunda parte da obra, intitulada de *Cintilações*, tentamos revelar parcela importante do patrimônio material e imaterial que a gente dorense tem conseguido preservar nas duas primeiras décadas desse século XXI. Assim, a centenária cidade vai revelando, do alto da torre de um templo, hábitos culinários, penitências, bonecas de pano, espaços sagrados e profanos que se entrelaçam num processo de conhecimento de si que tem movido o dorense a buscar o registro de parcela de suas

memórias num conjunto de leis de salvaguarda e na criação de um roteiro histórico-cultural que se apropria da noção de patrimônio como algo vivo e pulsante que deve se relacionar efetiva e afetivamente com as pessoas no presente.

São frutos da construção de um sentimento de *dorensenidade* que tece lembranças, que dá vida à história, que faz cintilar, brilhar, tremeluzir sementes de uma mesma espécie de planta que germina no solo da palavra escrita e falada numa “ponte pênsil de esperança” (CARDOSO, 2016, p. 45), qual seja na literatura, na divulgação de pesquisas, nos objetos do acervo de um museu, na legislação patrimonial ou nas ruas e veredas da cidade e de seus povoados, nos saberes, fazeres, sabores e crenças de sua gente.

Na terceira e última parte, que chamamos de *A bordo do tempo*, faz-se referência à necessidade de conhecer o passado como instrumento de valorização e preservação do mesmo, num retorno às motivações identitárias que levaram ao nascimento das iniciativas abordadas nas seções 1 e 2. Pois, assim como a memória é o fio condutor e centro da escrita do autor de *A bordo do tempo* (1996), as pessoas e instituições que surgem em cada página dessa obra também fazem dela seu guia na tentativa de manter vivos os lugares e personagens que construíram a trajetória histórica do município de Nossa Senhora das Dores.

Dessa maneira, nos dois artigos que formam esse derradeiro capítulo, traçamos um roteiro que se inicia com o desejo de conhecer, passando pelas pesquisas historiográficas que vêm concretizando essa necessidade ao descortinar o enforcadense em sua resistên-

cia à perda de uma identidade, a edificação de uma história e de uma cultura cimentada no catolicismo, o crescimento da povoação e sua almejada emancipação política, a elevação da sede municipal à categoria de cidade e os cem anos de construção do ser dorense que se pereniza num ato diário de identificação com o lugar em que se vive e que é cantado em prosa e verso pelos que teimam em manter aceso o carvão da memória.



## Parte I

### *TRANSLÚCIDO SILÊNCIO*

Destruíram todos os ícones  
de minha cidade  
riscaram toda a herança de sua gênese  
até o pico da torre da igreja foi podado  
retiraram a cruz, que se revestia de luz  
e se fazia notar num pingo luminoso  
por detrás da serra do Besouro

(...)

Quem hoje cultiva o hábito  
do matinal banho de tanque  
como nasceu, à vista dos passantes  
ou quem saltaria do trampolim  
do grande açude que se apequenou...  
Quem hoje tentaria flagrar contrabando  
de cachaça nas caladas madrugadas!

À Enforcados, a antiga  
decretou-se pena de morte  
sepultou-se

Manoel Cardoso, em *Translúcido silêncio*.







**Imagem 3:** Capela do Senhor do Bomfim (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2014)

## **PERVAGANDO ENTRE OS ESCOMBROS<sup>5</sup> DE MEMÓRIAS APAGADAS PELO TEMPO**

Porteira Grande, cidade que poderia ter resguardado sua história, seu passado, de grande produtor de algodão, com suas inúmeras usinas descaroçadoras, perdeu toda a face antiga, de ruas calçadas com pedras irregulares, ficus benjoim em profusão e palmeiras imperiais ocupando suas praças

Manoel Cardoso, em *Pervagando entre os escombros*.

*Pervagando entre os escombros* é um romance do dorense Manoel Cardoso que veio à público em 2017. Nele emerge, entre memórias apagadas pelas brumas do tempo, Porteira Grande, uma

---

5 Referência à obra ficcional homônima, de Manoel Cardoso (2017).

cidade imaginária que é inspirada na urbe verdadeira na qual o autor viveu sua infância e que hoje ele vê, com tristeza, descaracterizada de sua arquitetura e tradições culturais, olhando apenas para frente e esquecendo, num silêncio estarrecedor, de seu passado.

Manoel Cardoso, certamente, compôs esse nome para representar sua Nossa Senhora das Dores, que continua *translúcida* em suas memórias, porque quando criança, ao transpor a Serra do Besouro, que dividia seu universo rural do urbano, abria-se gigantesca porta para um mundo novo de sabores, amores, vivências, lugares e experiências que o marcaram para todo e sempre.

É esse rico acervo, que o autor e sua geração tiveram acesso e o têm como patrimônio, que a palavra escrita pelo poeta tenta manter vivo, mesmo diante de sua inexistência física no presente, fruto que é dos escombros nos quais se tornaram. É a contribuição de quem se vê pequeno diante da grandiosidade do que se foi e reconhece que apenas tem o verbo como meio de reunir o acervo que teima em resistir nas suas melhores lembranças (CARDOSO, 2016).

Lembranças que criam o sentimento de pertença que conecta àquilo que se deseja preservar, mesmo que nos escombros da memória de um patrimônio apagado. Patrimônio que deve ser compreendido sobre o prisma do pertencimento e da identidade, uma vez que nele estão incluídas “todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores” (GRUNBERG, 2007, s/p.). Enfim, os saberes, crenças, ritos, hábitos, costumes, celebrações, lugares e sabores que compõem esse conjunto de práticas e

representações e que estão

[...] presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus, escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que fazemos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano, forma as identidades e determina os valores de uma sociedade. É ele que nos faz ser o que somos (FLORÊNCIO, 2011, p. 4).

Nessa relação identitária, percebe-se a tessitura de memórias individuais e coletivas que são de interesse comum. Havendo bens patrimoniais de caráter material ou imaterial cuja preservação depende da “real vontade coletiva de conservar a memória, expressa nesses bens” (IPHAN, 1982, p. 9). Vontade de preservar que parte da leitura de mundo que cada indivíduo faz sobre o lugar no qual está inserido e que o leva a compreender seu universo sociocultural e sua trajetória histórico-temporal (HORTA; GRUNBREG; MONTEIRO, 1999). Prática que demanda de “uma série de escolhas das pessoas do presente a partir de diversas noções. Dentre essas noções, estão a ideia de identidade. Na maioria das vezes, a preservação de algo está relacionada à identidade de cada grupo” (CANO, 2012, p. 92).

Assim sendo, preservar esse patrimônio é fortalecer os laços de identificação da população com o lugar no qual vive e/ou nasceu, proporcionando à mesma acessar a memória coletiva e conhecer a si própria, ocupando assim um lugar de sujeito na sociedade

em que vive.

Aliás, esse é um direito assegurado pela Carta Magna do país, que preceitua ser a preservação dos bens que constituem as identidades brasileiras um dever do Estado, uma vez que cabe a ele, nas esferas federal, estadual e municipal, garantir “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, [e o Estado] apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 2006, p. 136-137). No entanto, a mesma lei referenda a participação da população neste processo, uma vez que cabe à sociedade provocá-lo, mostrando-lhe seu desejo de preservar determinado bem e colaborar para tal finalidade. Desse modo, no § 1º do artigo 216 da Constituição Federal, fica claro que, “o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 2006, p. 137).

Importante notar que, apesar da existência de tantos instrumentos legais de preservação, nenhum deles garante a salvaguarda de quaisquer bens se não houver o envolvimento das comunidades diretamente ligadas aos mesmos, que, muitas vezes, só percebem determinados bens culturais como seus após a perda iminente ou concretizada pela destruição perpetrada pelo tempo e suas transformações.

Isso pode ser demonstrado ao percorrer os escombros da destruição ocorrida no município de Nossa Senhora das Dores, sobre-

tudo a partir da década de 1970, quando praticamente todos os seus imóveis e monumentos, a maioria dos quais construídos nos anos 1900 e 1930, foram demolidos. Memórias apagadas que também são a realidade de muitas das manifestações culturais de natureza imaterial.

Esse cenário preocupante no que diz respeito à construção de laços de identidade só foi possível por falta de ações do poder público, mas, principalmente, pela ausência de um sentimento preservacionista da população local que levou à quase inexistência de movimentos da sociedade civil organizada que provocassem o Governo Municipal e o Legislativo a adotarem medidas de registro e tombamento de bens materiais e imateriais.

A seguir, citamos alguns exemplos de construções que foram *tombadas*, não no sentido de salvaguardá-las legalmente, mas da destruição que as levou ao chão em nome da *modernidade*. Na medida do possível, apresentaremos um breve histórico do referido bem.

- ***Sede do Governo Municipal:*** edificada no final do século XIX para ser a residência da família do abastado comerciante e político Firmiano José de Andrade (1830-1906), foi sede do Governo Municipal de Nossa Senhora das Dores do início do século XX até os anos 1970, quando foi demolido. O prédio chegou a ser ocupado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ficou na memória coletiva, também, pelos bailes realizados no *salão da prefeitura*.

- ***Mercado Municipal:*** primeira construção inaugurada pelo poder público municipal após a elevação da sede do município à

categoria de cidade. Foi edificada na gestão do intendente capitão Manoel Joaquim Soares (1872-1921) entre os anos de 1920 e 1921 para abrigar o mercado de cereais. Fez parte não somente da história econômica de Nossa Senhora das Dores, mas também cultural, uma vez que também serviu de palco para apresentações artísticas circenses. Demolido em 1976, deu lugar à agência de um banco, que financiou a construção do novo centro de abastecimento.

- *Talhos de Carnes verdes*: eram dois imóveis anexos que serviram, até os anos 1970, para a venda de carne fresca (também conhecida como carne verde). O primeiro deles, no início da atual rua Gildo Lima Souza, provavelmente foi construído entre o final do século XIX e o início do século XX. O vizinho, foi edificado na gestão do jornalista Álvaro de Souza Britto (1917-1919) como Intendente. Destruídos em seus detalhes artísticos a partir dos anos 1970, hoje abrigam a Biblioteca Municipal Álvaro de Souza Britto, a Galeria de Artes Edilberto Andrade, o Conselho Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Cultura.

- *Imóveis da antiga rua do Comércio (atual Calçadão João dos Reis Lima Neto)*: com edificações que datam do final do século XIX e início do século XX, essa rua abrigava imóveis residenciais e comerciais. Destaque para as residências do coronel Antônio Coelho de Sá e de Álvaro de Souza Britto, bem como o calçamento feito com pedras retiradas da Serra do Boqueirão e um imóvel comercial e residencial que também serviu como sede do cartório de registro civil e está presente na memória folclórica da cidade por existirem relatos de botijas que teriam sido dali desenterradas.

- *Imóveis na praça do Comércio (atual José Ivan Pereira dos Anjos)*: esta praça, juntamente com a antiga rua do Comércio, ainda hoje concentra o maior número de casas comerciais da cidade, não possuindo atualmente quase nenhuma residência. Também já foi chamada de praça da Feira, pois ali era realizada a feira livre semanal e no seu entorno ficavam o mercado municipal (início da rua do Comércio) e os talhos de carnes (início da rua de Capela). Até os anos 2000 essa praça ainda conservava alguns imóveis antigos, quase todos dos anos 1900 a 1930. Hoje, eles compõem apenas a memória fotográfica da cidade.

Poderíamos aqui citar outros exemplos de imóveis públicos e privados que foram abaixo nas mesmas ruas, mas também na praça da Matriz e nas ruas de Capela e Benjamin Constant. Estes, no entanto, são suficientes para demonstrar em qual contexto preservacional a cidade está inserida no limiar do seu centenário.

No que se refere ao patrimônio imaterial, a situação é muito parecida. Para os mais velhos, valem como exemplos as bandas Filarmônica e Harmônica, além de grupos folclóricos tais quais o Cacumbi, a Taieira e o Pastoril, ou ainda a Feirinha de Natal e Ano Bom na praça da Matriz e o desaparecimento do cinema e da Biblioteca Ceciliano de Andrade (que formou gerações com seu acervo bibliográfico). Para os de meia idade, podem servir de citação a extinção de grupos como a JUF (Juventude Unida na Fé) e atividades teatrais por ele produzidas, assim como das festas de carnaval nos clubes do Flamengo e do Doreense, o Festival do Choop e a morte do aboio, da vaquejada do Parque Guimarães e das serenatas e seus violeiros, das bandas de pífano e da renda de bilro. Para os

mais jovens, o recente fim da já tradicional Festa do Boi (rodeio).

A educação patrimonial, composta por ações educativas focadas no patrimônio, é o instrumento mais eficaz para a valorização e a preservação do rico acervo cultural que será mostrado nas páginas seguintes e que ainda resiste à passagem do tempo. A promoção de seminários e palestras nas escolas, a construção de museus e memoriais (inclusive nas instituições educacionais), visitas guiadas às poucas edificações que ainda resistem na sede do município (como as capelas do Bomfim e do cemitério), mas também a espaços de memória que estão espalhados por vários povoados, a participação dos alunos (com a orientação dos professores) em manifestações culturais as mais diversas, a valorização das histórias e estórias que são transmitidas oralmente através do desenvolvimento de pesquisas sobre as mesmas e até do seu registro escrito pelos discentes, a inserção da literatura memorialista e historiográfica no cotidiano da escola e da comunidade, dentre outras propostas de intervenção.

Eis algumas ações de educação patrimonial, aqui entendida como “o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações” (GRUNBERG, 2007, s/p.), que podem fortalecer as identidades e garantir a preservação do seu rico acervo histórico-cultural, retirando as memórias dorenses dos escombros do esquecimento.





**Imagem 4:** Pedreira, tendo ao fundo o açude municipal (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2006)

## UMA CIDADE SUSTENTÁVEL, SOB MEDIDA<sup>6 7</sup>

[...] ficava torcendo pra que desse certo o acerto de botar água pra dona Regina.

Quando eu chegava nas pedreiras, ficava vendo como era que os botadores de água faziam o serviço. Tiravam as encoretas da armação da cangalha, destampavam, botavam o funil, jogavam o balde

---

<sup>6</sup> Referência à obra ficcionista *Mairi, uma cidade sob medida*, de Manoel Cardoso (1986).

<sup>7</sup> Texto baseado nos artigos

CARVALHO, João Paulo Araújo de. “Pedreiras: um patrimônio natural e cultural que pede socorro”. In: ALMEIDA, Adail Vilela de; MELO, Domingos Pascoal de; MEIRELES, Karina. **Seleta do III Encontro Sergipano de Escritores**. 3. ed. Aracaju: Infographics, 2015. p.104-109.

CARVALHO, João Paulo Araújo de. “Aguadeiros das Pedreiras”. In: HONORINO JUNIOR. **Guia Perfil do Comércio do Comércio de Nossa Senhora das Dores**. 2. ed. Aracaju: Editora Art&Cia, 2013, p. 37.

de dez litros na água e iam puxando aos poucos.  
Despejavam a água na encoreta e iam enchendo  
encoreta por encoreta.

Eu achava bonito

Manoel Cardoso, em *Pequeno Aguadeiro*.

O pequeno município sergipano de Nossa Senhora das Dores, com seus menos de 500 km<sup>2</sup> de extensão e pouco mais de 25.000 habitantes, não está imune às transformações pelas quais o mundo tem passado desde a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII. À industrialização, que se expandiu no Brasil em meados do século XX, somou-se o crescimento urbano, o desenvolvimento tecnológico, o êxodo rural, o avanço do capitalismo e da globalização da economia, o consumismo e a degradação dos recursos naturais.

Afinal, quanto mais produzimos mais consumimos e mais lixo acumulamos. Quanto mais desenvolvemos a indústria mais desmatamos, mais poluímos o ar, a água e o solo, mais crescem as cidades e menos se fixa o homem à terra. Tudo isso tem contribuído para o completo desprezo pelos recursos naturais, pela preservação do pouco que resta de matas e rios cristalinos, muitas vezes por falta de conhecimento ou por ganância de lucro. O planeta pede socorro! Afinal, nos últimos 300 anos de industrialização temos destruído mais do que no restante dos milhões de anos de história da humanidade!

Conhecido como o oásis na porta de entrada do sertão sergi-

pano, Nossa Senhora das Dores tem um rico manancial de água doce, formado por rios, riachos, lagoas e minadouros. Toda esta riqueza, no entanto, encontra-se ameaçada pela devastação das matas, o descarte inadequado de lixo e esgoto doméstico, a poluição dos mananciais. A mão do homem pode, muito em breve, levar à escassez recursos vitais a sua própria sobrevivência, como a água.

Rio da Aldeia, riacho das pedrinhas, rio Sergipe, rio Jacoca, rio da Mata do Cipó, riacho Monteiro, rio Japarutuba... eis alguns mananciais que fazem do município dorense um oásis, mas que estão perecendo graças ao avanço da pecuária e, principalmente, da cana de açúcar, atividades que desmatam, poluem e fazem o uso não sustentável, não somente da água desses e de outros rios, riachos e minadouros, mas também dos lençóis freáticos.

Na sede municipal e em seu entorno, recursos naturais como o Açude, as Pedreiras, a Lagoa Grande e a Lagoa da Tabúa demandam uma ação urgente da sociedade e do poder público. A região do açude é um exemplo claro de descaso, marcado pela poluição, uso irregular da água e ocupação desordenada de áreas que deveriam ser de proteção permanente. Ali se situam diversos minadouros, as *fontes do brejo*, que são explorados para as mais variadas atividades desde pelo menos o século XIX.

Em 1857, antes mesmo da emancipação política do povoado, chamado de Enforcados, estas fontes já eram utilizadas para abastecimento público, gerando inclusive conflitos entre os moradores, muitos dos quais já percebendo e denunciando a degradação da área, o que, segundo reclamavam às autoridades, poderia inviabili-

zar a sobrevivência no lugar<sup>8</sup>.

Dois anos depois desses reclames, em 21 de fevereiro de 1859, relatório produzido pelo engenheiro Sebastião Basílio Pyrrho, dava conta da riqueza hídrica existente nas proximidades da povoação que se preparava para, poucos meses depois (a 11 de junho de 1859), alcançar a sua independência:

[...] um manancial abundante d'ágoa potável, de uma extensão grande, e a trezentas braças de distancia do povoado pouco mais ou menos, as seguintes fontes: a fonte pequena do Capitão José Leandro; a chamada Fonte Grande de 16 palmos de diametro; a do soldado, de 10 palmos de diametro; a dos Cavallos, que é extensa; a do Fallador, de 12 palmos; a da Matta, que é estreita e funda. Existe também a fonte do Brejinho, que não era preciso examinar por estar longe do Povoado.

O povo acha-se de livre posse de todas estas fontes, sem que uma só fosse usurpada por pessoa alguma: e ainda que assim acontecesse, não fazia diferença, porquanto sendo extenso o manancial, poder-se-hia abrir quantas fontes se quizesse a poucas braças de distancia, encontrando-se sempre a mesma agoa. (PYRRHO, 1859).

A existência de um abundante manancial, entretanto, não era vista como garantia de sua inesgotabilidade, o que levou a Câmara Municipal da recém-criada Vila de Nossa Senhora das Dores a elaborar diversas leis, sobretudo nos anos 1860, para preservá-lo e garantir aos munícipes o uso de uma água com qualidade e sa-

---

<sup>8</sup> Conforme documentos do *Acervo Fernando Porto* – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, SS5795.

lubridade. Exemplo disso pode ser visto nos primeiros códigos de posturas municipais, que proibiam o revolvimento das águas de uso público, normatizavam a prática da pesca e proibiam o lançamento de “substâncias deletérias ou sujeitas a putrefação” nas fontes da Vila (CORREIO SERGIPENSE, 30 de outubro de 1861; SERGIPE, 1868, p. 32; SERGIPE, 1888).

Dentre essas fontes adjacentes à sede municipal estão as *pedreiras*, que certamente passaram a ser assim conhecidas após serem construídos paredões de pedras ao redor dos seus respectivos minadouros, pedras provavelmente extraídas da Serra do Boqueirão. Nessa época, a Vila tinha as duas pedreiras da rua de Capela e as três pedreiras do brejo, estas últimas próximas ao açude público.

A época na qual foi feito este melhoramento, que facilitou a retirada do líquido precioso e garantiu a manutenção da sua qualidade, por evitar o revolvimento que sujava a água, perdeu-se no tempo. Segundo o memorialista Roberto Pereira de Figueiredo<sup>9</sup>, a mais antiga menção às pedreiras que consta na memória coletiva remete ao fato de que após a seca de 1932 o então prefeito Raul Silveira Andrade fez obras na região, sobretudo a limpeza das minas (que haviam secado) e benfeitorias no tanque próximo a elas.

Já em 1938, foi a vez do Cônego Miguel Barbosa, em sua gestão como interventor, reconstruir o açude público, com sangradouro, ponte e trampolim, além da ampliação da capacidade hídrica de 100.000.000 l<sup>3</sup> para 500.000.000 l<sup>3</sup>, fazendo dele um espaço de lazer. (ESTADO DE SERGIPE, 1941).

---

9 Entrevista ao autor em 04 de abril de 2015.

No caso específico das Pedreiras, elas já abasteceram a cidade e são minadouros conhecidos até hoje pela abundância e qualidade da água. No final dos anos 1960, por exemplo, foi implantado o sistema de abastecimento d'água da cidade, pelo prefeito Antônio Cardoso de Oliveira (popular Juquinha, cuja gestão foi de 1967 a 1971), sendo canalizado o líquido existente nas pedreiras da rua de Capela. Somente muito depois, quando a cidade já havia crescido o suficiente para que as mesmas não mais suportassem abastecê-la, é que passou a ser feita a captação no riacho das Pedrinhas e, posteriormente, no rio Siriri (no local conhecido como Faustina, atual ponto de coleta).

Apesar dessa importância hídrica e histórica, as pedreiras do brejo encontram-se, atualmente, em completo abandono, relevância não só pelo fato de abastecer com água as residências dorenses numa época em que não havia sistema de encanamento ou quando este não funcionava, nem tampouco por salvar a cidade nos períodos de seca, mas também por ter surgido, em torno delas, um rico acervo cultural.

As pedreiras trazem, em cada uma de suas pedras, histórias de uma era difícil na qual saneamento básico quase não existia. Neste cenário em que o acesso à água se dava através de fontes públicas, e não de encanamento e sistema de tratamento deste líquido vital, dois personagens marcaram época: o *aguadeiro* e o *burrico*. O aguadeiro era o homem contratado para retirar água de fontes como as pedreiras e levá-la até as casas das pessoas. Por isso, era também conhecido como *botador de água*. Em sua tarefa de botar água o aguadeiro tinha como parceiro o burrico, um jumento que levava no

lombo as encoretas, barris com a mercadoria a ser negociada.

Com a chegada da água encanada à cidade, entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, achava-se que a profissão de botador de água entraria em extinção. Entretanto, a mesma resistiu ainda por algum tempo, pois, em momentos de seca (como a de 1979-1983) foram as pedreiras que abasteceram os lares dorenses, mesmos os assistidos pelo sistema de encanamento. A universalização do acesso à água encanada, ocorrida nas últimas décadas, no entanto, aposentou de vez o aguadeiro e o burrico, fazendo das pedreiras hoje o retrato do abandono à história que a mesma representa e ao precioso líquido que ainda pulsa de suas veias.

As pedreiras que já foram até mesmo cenário para obras literárias, como a ficção *Pequeno Aguadeiro* (1996), de Manoel Cardoso, hoje é uma paisagem marcada pelo abandono e pelo descaso com a história e com o meio ambiente. Este patrimônio natural e cultural de todos os dorenses pede socorro, clama à sociedade e ao poder público por cuidados.

Vivêssemos em *Mairi*, a *cidade sob medida* idealizada pelo autor de *Pequeno Aguadeiro*, teríamos a sustentabilidade ambiental como premissa e a conservação das pedreiras, do açude e dos outros mananciais desse oásis que é Dores, como garantia. O que viria da consciência dos seus moradores, e não de regras impostas em leis. Consciência que, à duras penas, o Grupo Ambientalista Dorense (GAD) vem tentando semear na última década através de ações espontâneas de seus membros, a maioria dos quais biólogos que atuam voluntariamente na defesa dos ecossistemas do município.

O enredo ficcional de *Mairi* (1986) parte da existência de um concurso voltada para crianças, que deveriam apresentar aos jurados um projeto de cidade ideal, a ser defendido oralmente diante dos julgadores e da plateia que estaria reunida no cinema local. Cinco foram as propostas apresentadas: 1) uma cidade cultural, humana, dirigida por poetas, músicos, pintores, escultores, homens de ideias que valorizassem o folclore, a música, a poesia e a arte, foi defendida por Iara Vieira; 2) Jeremias Monteiro vislumbrou uma urbe entre estrelas, automatizada, tecnológica, que desse ao seu cidadão pouco trabalho e tempo livre ao lazer e à pesquisa; 3) por sua vez, Marília Marcelo apresentou o empoderamento feminino como marca de sua cidade racional, sem gastos desnecessários e apadrinhamento, com creches, lavanderias, assistência social e cultura para todos; 4) na localidade pensada por Carlos Spínola, a industrialização seria o centro, com o uso de matéria-prima local para a produção a partir do barro e da palha, com assistência e orientação aos artesãos e também a industrialização das frutas, legumes, doces, queijos e requeijões produzidos por seus habitantes; 5) por fim, Jessé de Gois defendeu o planejamento urbano como base de sua *Mairi*, uma comunidade na qual o povo viveria unido, alegre e trabalhador, com uma escola na praça principal, ruas largas, arborizadas com fruteiras, água gratuita, luz a preço baixo, incentivo ao uso de bicicletas e veículos movidos à álcool, política sem remuneração, templo único para todas as crenças religiosas, casas em terrenos grandes que permitissem a todos terem sua horta e seu galinheiro, enfim, uma cidade sustentável e na qual todos viveriam em harmonia entre si e com o meio ambiente. (CARDOSO, 1986).

Nessa cidade humana, certamente um rico manancial como o existente em Nossa Senhora das Dores teria melhor sorte, seria melhor cuidado por seus moradores e pelo poder público. Um sonho que, na atualidade, move também a luta pela preservação das pedreiras e pelo reconhecimento de sua importância histórica e cultural encabeçada pelos idealistas do Projeto *Amigos das Pedreiras*, composto por diversos segmentos da sociedade e que tem envidado esforços de valorização desse patrimônio que é dos dorenses, num banho de sustentabilidade, voluntarismo e coletivismo.





**Imagem 5:** Visita guiada com alunos, em evento do Projeto Memórias ligado ao patrimônio dorense (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2012)

## DO SUBTERRÂNEO DO SER<sup>10</sup> MEMÓRIAS DORENSES SE RECONNECTAM

A cidade de Nossa Senhora das Dores dos Enforcados, nas últimas duas décadas, tem aberto o tesouro de sua cultura, sobretudo a popular, graças ao trabalho de um grupo dedicado, incansável, empenhado em manter viva a cultura da cidade e do município, seu principal tesouro

Manoel Cardoso, na 3<sup>a</sup> *Antologia Literária da Academia Dorense de Letras*.

Como vimos algumas páginas atrás, a cidade de Nossa Senhora

---

10 Referência à obra poética *Subterrâneos do ser*, de Manoel Cardoso (2019).

ra das Dores vivenciou um processo de perda de sua identidade cultural, fruto da destruição de parte considerável do seu patrimônio material e do desaparecimento de muitas de suas manifestações de caráter imaterial. Afinal, o sentimento de pertencimento é algo subjetivo e atende às necessidades das pessoas em determinado contexto. Como sentimento individual, deve tornar-se coletivo, agregando em si a diversidade que leva à multiplicidade de pontos de vistas, interesses e ações no mundo. Coletividade que é constituída por grupos diversos e em meio a interesses comuns, distintos e, às vezes, conflitantes (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 9-10).

No início dos anos 2000, um grupo de conterrâneos decidiu reagir diante dessa situação de perda identitária. Sentindo a necessidade de ver a história do município escrita, conhecida e ressignificada através de novas pesquisas que trouxessem à tona novas problemáticas, novas fontes e novos fatos a serem analisados, essa pequena confraria, formada por professores e produtores culturais, uniu-se e, em 2003, fundou o *Projeto Memórias*.

Tomou inicialmente a memória oral como objeto a partir do qual se buscava entender a história local, numa compreensão de que esse tipo de fonte é composto pelo “registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 13). Assim sendo, de gravador na mão, seus pesquisadores começaram a percorrer residências de idosos e registrar suas percepções sobre o passado da cidade, surgindo em 2004 uma primeira ação de socialização do conhecimento produzido para a comunidade, com uma exposição de imagens e depoimentos sobre a centenária procissão dos Penitentes.

O campo de análise foi se ampliando e, por sua vez, o número de integrantes do projeto, que hoje conta com produtores de bens culturais e incentivadores dessa produção, membros da comunidade em geral e, especialmente, professores das mais diversas áreas que não conseguem enxergar sua prática de sala de aula desvinculada da pesquisa. De arquivos cartoriais, eclesiásticos, do Legislativo e do Executivo, de particulares, iam brotando manuscritos, jornais, fotografias, livros e outras fontes históricas que eram apropriadas pelos pesquisadores do Memórias, passando a compor fios de *dorensidade* que resultavam em exposições, palestras e artigos. Das lembranças e esquecimentos que emergiam de memórias individuais, iam surgindo memórias coletivas que teciam identidades. Aliás, o próprio termo *dorensidade*, como referência à noção de identidades dorenses, foi composto dentre do Projeto Memórias.

Partindo daí, no ano de 2005, em meio às comemorações dos 85 anos da elevação da sede do município à categoria de cidade, o Projeto criou o Informativo Cultural *Memórias Dorenses*, instrumento de divulgação das suas atividades e de socialização do conhecimento produzido pelos seus membros. Socialização que se tornou a marca dessa iniciativa, ao percorrer escolas e outras instituições a ministrar palestras, exibir produções audiovisuais e distribuir gratuitamente material impresso, em ações de educação patrimonial que começaram a surtir efeitos. Um deles foi a longevidade do citado periódico, que circulou até abril de 2011, com sete edições no formato de jornal e depois de revista, sempre com distribuição gratuita.

Informativo que, no editorial de sua primeira edição (2005),

já trazia estampada a questão “Patrimônio histórico dorense: o que legaremos à posteridade?”, num alerta ao fato de que está fadado ao esquecimento aquele que não conserva suas memórias. Assim, chamava atenção para a negligência com documentos escritos de interesse público que vinham sendo entregues à traça, à chuva e ao fogo; bem como à destruição do patrimônio edificado, clamando pela preservação de parte do que sobrou de um imóvel residencial situado na rua Getúlio Vargas (antiga rua do Comércio e atual João dos Reis Lima Neto), mas que acabou sendo demolido em benefício da “modernidade” (PROJETO MEMÓRIAS, 2005, p. 2).

Prosseguindo com suas atividades, em 23 de outubro de 2006, esse grupo novamente unido decidiu fundar uma associação, que recebeu o nome de Associação de Incentivo à Pesquisa e à Cultura *Nossa Senhora das Dores dos Enforcados*, nome por si só representativo de seus ideais. Sociedade civil sem fins lucrativos, a mesma tem como objetivo estatutário “incentivar a Cultura e facilitar os estudos relativos à História e a outros aspectos referentes ao município sergipano de Nossa Senhora das Dores”. Além do mais, busca agir junto às escolas como instrumento de transformação e democratização do conhecimento; promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade por meio do desenvolvimento de atividades socioeducativas e culturais; incentivar o resgate e a valorização da cultura local (PROJETO MEMÓRIAS, 2006).

Por iniciativa da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores, a referida entidade obteve, por meio da Lei nº 112 de 26/03/2007, o reconhecimento de sua utilidade pública, tendo em vista a relevância das atividades desenvolvidas pelo Projeto Me-

mórias desde seu nascedouro. O mesmo reconhecimento, à nível estadual, veio em 2009, por meio da Lei nº 6.653 de 1º de julho. No mesmo ano, em 13 de março, foi inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora das Dores.

Dentre as principais ações realizadas pelo Memórias, ao longo de quase vinte anos de existência, destacam-se: *Projeto Memórias nas escolas* (com lançamentos literários e palestras em escolas da rede pública e particular de ensino de Nossa Senhora das Dores), amostras culturais, seminários, exposições, oficinas, incentivo a movimentos, instituições e produtores culturais (através de divulgação e apoio material), dentre outras ações. O reconhecimento do trabalho de dorenses em prol da cultura e da história do município esteve no centro da concessão da Ordem do Mérito Cultural *Edilberto Andrade* e do Troféu *Edilberto Andrade*, esse conferido ao músico vencedor do Festival *Dores Canta e Encanta* (2009).

Entre os anos de 2010 e 2012, mediante concorrência em edital público, a instituição desenvolveu o projeto *Memória, Cultura e Cidadania*, que representou o reconhecimento dessa entidade dorense, pelo Ministério da Cultura e pela Secretaria de Estado da Cultura, como Ponto de Cultura. Isso levou ao recebimento de recursos financeiros que permitiram à Associação ampliar suas ações junto à comunidade, promovendo oficinas de artes plásticas, música, cinema, fotografia, literatura de cordel, patrimônio cultural e teatro, bem como realizando Feira Cultural, Dias da Cultura na Comunidade em diversos povoados e bairros periféricos. Do mesmo modo, a edição e publicação de literatura de cordel, revistas, livro, vídeos-documentários e filme, dando aos dorenses formação artís-

tico-cultural e acesso à memória.

Atualmente, o Projeto Memórias possui sede própria, situada à Trav. Rosângela Oliveira Sobral, 95, que é compartilhada com a Academia Dorense de Letras (ADL) e conta com pequeno memorial, biblioteca, auditório para 20 pessoas, sendo utilizada para a realização de palestras e visitas guiadas com estudantes e comunidade em geral. A Biblioteca Professora Glorinha Almeida tem em seu acervo importantes obras da historiografia sergipana e dorense. Já o Memorial, apesar de ocupar o pequeno espaço de um cômodo, reúne objetos de grande relevância à história dorense, como mapa, instrumentos musicais, bandeiras, canecas do extinto Festival do Choop, peças litúrgicas do catolicismo, fotografias, dentre outros.

Por sua vez, a Academia Dorense de Letras é considerada uma instituição de cunho cultural nascida sob os auspícios e a inspiração do Projeto Memórias (JESUS, 2020, p. 14; MELO, 2018, p. 34-36). Afinal, o trabalho de registro das memórias dorenses tem levado o Projeto à publicação de livros e à ação junto ao poder público visando garantir a valorização da história e da cultura local, iniciativas que a ADL tem mantido como razão de sua existência.

Também tem surgido, pelas mãos de jovens universitários, diversos trabalhos em cursos de graduação e pós-graduação em instituições públicas e privadas tendo como temas aspectos geográficos, históricos, ambientais e culturais dorenses. Parte desses jovens criou, em janeiro de 2020, o Grupo Enforcadense de Estudos Literários (GEEL), que, dentre outras ações, tem discutido obras de autores locais e produzido a Revista Enforcadense de Literatura

(REL).

Outrossim, por ação do Projeto Memórias, a Câmara Municipal de Nossa Senhora das Dores, por meio da Lei nº 170, de 22 de outubro de 2010, criou o *Dia da dorensidade* (23 de outubro) e corrigiu a data das comemorações da emancipação política do município para 11 de junho que, pela Lei 252 de 06 de maio de 2015, passou a ser feriado. Também junto ao legislativo dorense, o Memórias almejou e conseguiu o reconhecimento das bonecas de pano como Patrimônio Cultural Imaterial local, através da Lei nº 326 de 23 de março de 2018, mediante a apresentação de pré-projeto contendo histórico e características dessa arte secular.

Já em 2015, através do envio de dossiê com inventário das manifestações de devoção à Paixão de Cristo que ocorrem na *Semana Santa* em Nossa Senhora das Dores, a Assembleia Legislativa aprovou e o governador do Estado sancionou a Lei nº 8.051, de 22 de outubro de 2015, que concedeu às mesmas o reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial de Sergipe, englobando nesse registro as procissões do Encontro, dos Penitentes de Gado Bravo Norte, do Cruzeiro do Século, do Madeiro, do Senhor Morto e dos Penitentes. A partir da referida lei, o Memórias produziu uma cartilha, amplamente distribuída na comunidade, em especial nas escolas, mostrando a relevância patrimonial dessas manifestações culturais.

De 2009 a 2021, os pesquisadores do grupo têm contribuído com a escrita de artigos para as *Revistas Perfil* (em diversas edições dos anos de 2009 a 2015) e *Guia* (*Guia do Comércio N. Sra. das Dores*, 1ª edição - 2012; *Guia Perfil do Comércio de N. Sra. das*

*Dores*, 2ª edição - 2013 e 3ª edição – 2014/2015; *Guia Dorense* 2016, 2017 e edição especial Centenário da Cidade - 2020/2021). Esses periódicos têm servido de material didático amplamente utilizado pelos professores em suas aulas, em especial sobre aspectos históricos e culturais do município, bem como material de estudo para provas de concursos realizados pela Prefeitura local.

Assim sendo, a instituição, cumprindo seu papel de pesquisar, registrar e socializar memórias, vem contribuindo para que os dorenses tenham acesso aos bens culturais que constituem sua identidade, favorecendo, dessa maneira, a criação de laços de pertencimento e o exercício da cidadania na outrora terra dos Enforcados, ajudando a criar e fortalecer a *dorensidade* e tornando-se legítimo guardião das memórias histórico-culturais do município.





**Imagem 6:** Aula no Museu Caipira (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2010)

## **NAS ÍNVIAS VEREDAS<sup>11</sup> DE CACHOEIRINHA NASCE UM MUSEU**

A casa de farinha  
desde cedo  
entrava em alvoroço:  
descabeçar mandioca  
despontar mandioca  
puxar rodete  
prensar massa  
peneirar massa  
secar massa ao forno.

Animais carregando  
a mandioca em caçuás  
o dia inteiro.

Conversas e cantares  
entremeando o trabalho.

---

<sup>11</sup> Referência à obra poética homônima, de Manoel Cardoso (2008).

A farinha secando-se  
branca e fina  
poeira de lua no patamar  
do forno.

A tapioca ocultando-se  
sob a manipueira  
neve desfeita nos trópicos.

A música do rodete  
Onomatopaica e cadente.

Papai, o comandante  
no leme da casa e do trabalho.

As mulheres esperando a noite  
para enfeitar o forno  
com os círculos de beijus  
que adornariam a mesa  
no outro dia  
e manteriam o homem de pé

Manoel Cardoso, em *A bordo do tempo*.

Povoado Cachoeirinha, município de Nossa Senhora das Dores (SE), espaço privilegiado de preservação da memória histórica e cultural da região desde quando ali dava seus primeiros passos, há mais de quatro décadas, o pequeno Valtênio Santos Santana. Criança que viveu em meio a um universo recheado de história, não somente pela presença de sua bisavó Maria Marcolina de Jesus (dona Caçula, 1889-1984), de seu avô Miguel Joaquim de Santana (1924-2017) e de sua tia Maria Francisca de Santana (1918-2021), mas pelo modo de vida simples e rústico ali implementado, em meio a objetos antigos, como a roda de fiar, o rodete e a prensa da casa de

farinha, o carro de boi com eixo de madeira, o ferro de passar ainda movido à brasa, o fogão à lenha...

Esse modo de vida foi cimentando no menino o sentimento preservacionista, uma vez que, à medida que as mudanças iam acontecendo, ele ia guardando objetos que perdiam a serventia diante da energia elétrica, do motor à diesel e de outras modernidades que aos poucos chegavam à povoação. Esses *inutensílios*, como diria o poeta Manoel de Barros, foram se constituindo, não em *matéria de poesia*<sup>12</sup> como no caso do escritor pantaneiro, mas em matéria de memória, alicerçada no bem querer a tudo que pertencia ao universo rural e familiar e que aquela criança construía em seu ser. Era, porque não dizer, uma relação também poética com o lugar e as lembranças de outrora.

Como um verdadeiro acumulador de passados, Valtênio Santana ia juntando no espaço de uma casa de farinha que estava desativada no sítio no qual morava, tudo o que remetia às memórias de sua família e do lugar em que vivia, compondo, sem perceber, um rico acervo museal. O próprio Valtênio, hoje formado em pedagogia, agente comunitário de saúde e membro da Academia Doreense de Letras (ADL) e do Grupo Enforcadense de Estudos Literários (GEEL), é quem narra esse processo que resultou no Museu Caipira:

Criado no ano de 2012, por iniciativa deste que vos escreve, o Museu Caipira teve sua origem com objetos e utensílios pessoais oriundos da própria fa-

---

12 Referência ao livro *Matéria de Poesia* (2019), de Manoel de Barros.

mília e que foram usados por vários anos, cada um desempenhando a função para a qual foi criado, mas que, com o passar do tempo, foram ficando ultrapassados devido ao surgimento de novas tecnologias e dos modos e padrões tradicionais que cada geração vive e se destaca. Desde a minha infância e juventude mantinha os objetos guardados apenas por apego afetivo e por gostar instintivamente de coisas antigas. Não os guardava com intuito de criar um museu, aliás, na minha infância a palavra museu era desconhecida do meu vocabulário.

A iniciativa da criação do museu surgiu então por incentivo de amigos que chamavam aquele pequeno acervo de museu e me perguntavam por que eu não transformava aquela coleção de objetos em um museu. Recordo-me que certa vez em conversa com meu amigo e compadre Antonio Nêrison, ele disse assim ‘isso aqui para um museu só falta um tear, uma prensa e um rodete’. A partir desta conversa corri em busca dessas peças e por sorte conseguir adquiri-las, a prensa e o rodete através de compra e o tear confeccionei um baseado em relatos da minha tia Francisca e nas lembranças que eu tinha na memória do antigo tear da minha bisavó Maria Marcolina de Jesus, dona Caçula como era conhecida. E como diz o dito popular ‘água mole em pedra dura, tanto bate até que fura’ a partir de então surgiu a ideia de fundar o museu. (SANTANA, 2021, p. 64).

Assim, as memórias do caipira dorense, como a tapioca submersa na *manipueira*, foram ganhando vida e se transformando em saborosos beijos de valorização e preservação.

Um museu é um espaço de guarda e exposição de objetos carregados de memória. Como construção histórica e discursiva, o acervo de um museu é, como o patrimônio, “ponte entre espaços, tempos, indivíduos, coletivos e culturas diferentes” (CHAGAS,

s/d, p. 1). Referência ao passado no presente, constitui-se a partir das necessidades de lembrar dos que vivem o hoje e das mais diversas apropriações do ontem, sobretudo diante da sensação de perda e do desejo de preservação que conectam distintas temporalidades.

Nesse processo dinâmico de construção do passado, a memória, nas ínvias veredas de um dos menores núcleos de povoamento do município, vai abrindo

[...] as suas portas e janelas (...) ela faz ressurgir como por magia os odores e os sons, uma anedota, uma piada, um objeto, uma fotografia, a voz dos personagens familiares, a lembrança de seu corpo, de seus gestos, uma paisagem de um sítio da infância, um perfume, um odor quase carnal de um bolo (LINS. 2000, p. 9).

Assim, museu, memória, patrimônio e identidade vão se unindo numa simbiose de construções sociais, culturais e históricas. Não sem conflitos e tensões, pois, ao se privilegiar memórias de determinados grupos, se exclui o mesmo desejo inerente a outros. Afinal, como dispositivo narrativo, o acervo de todo museu conta histórias em meio à mediação entre diferentes temporalidades, se tornando “pontes, janelas ou portas poéticas que servem para comunicar e, portanto, para nos humanizar” (CHAGAS, s/d., p. 5).

Arte, hábitos alimentares, crenças e ritos, festas de cunho religioso ou profano, modos de produção agrícola e de fabricação de ferramentas de trabalho, memórias, brincadeiras, costumes, o fazer das construções (templos, habitações, monumentos etc.), enfim, tudo o que o ser humano produz em sociedade e é transmitido de

geração a geração constitui sua cultura, ajudando a compreendê-lo, uma vez que diz quem ele é, qual seu jeito de pensar e agir diante das necessidades diárias que a vida lhe impõe.

O desejo de valorizar e preservar essa cultura para as gerações futuras faz dela patrimônio de um povo, parte integrante de sua identidade, tradição que precisa ser legada aos mais jovens para que os mesmos se identifiquem como seres dotados de história e pertencentes a uma sociedade que está inserida num conjunto “complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 2003, p. 25).

No recorte de memória que foi dado ao compor o acervo do museu aqui analisado, buscou-se a cultura do homem do campo, fortemente marcada pela oralidade, o que faz com que muitos desses hábitos, ritos e práticas tenham sido transmitidos sem que se saiba a autoria de cantos, orações, técnicas artísticas e de edificação, dentre outros aspectos. Vai surgindo assim, um fazer artístico-cultural coletivo, espontâneo, de domínio público, sem cara ou assinatura, mas com identidade e técnicas apuradas.

É o que pode ser constatado ao se analisar objetos como a roda de fiar algodão, o rodete e a prensa utilizados na fabricação de farinha ou as inúmeras peças produzidas por meio da manipulação do barro, da madeira e do ferro, dando origem a uma arte decorativa e utilitária que compõe cenários da vida do roceiro em seus aspectos doméstico, do trabalho e da fé, dentre outros.

Dessa forma, a montagem de uma instituição museal com es-

sas características em seu acervo significa não somente permitir aos cidadãos do século XXI o acesso à memória, mas, sobretudo, dar voz a anônimos da história e ao seu rústico e ao mesmo tempo apurado fazer artístico-cultural, a homens e mulheres que, ao mesmo tempo em que lavravam a terra, davam formas e contornos à madeira, ao couro, ao algodão e ao ferro, criando uma arte própria que faz parte de sua identidade.

No modo de vida do homem do campo, chamado em alguns lugares de caipira, em outros de matuto ou tabaréu, dois aspectos são bem evidentes: sua dedicação ao trabalho em atividades ligadas à terra (agricultura e pecuária), e sua forte religiosidade. Aspectos do dia a dia do camponês que podem ser visualizados no acervo do Museu do povoado Cachoeirinha, com obras de autoria não identificada, que misturam funções decorativas e utilitárias, bem como rusticidade e técnica apurada transmitida oralmente como tradição familiar.

No âmbito do trabalho, atividades que marcaram a história do agreste e sertão sergipanos, como a criação de gado e o cultivo de algodão e mandioca, estão amplamente presentes na instituição museal em questão. Arreios em couro, carro de boi com roda de madeira, ferramentas de trabalho, objetos ligados à manufatura do algodão (roda de fiar e tear no qual se faziam redes de dormir) e à produção de farinha de mandioca (rodete, prensa etc.). Aliás, foi o sergipano pastor antes de ser agricultor (FREIRE, 1891) e o gado bovino a primeira atividade econômica a desbravar suas terras. Do mesmo modo, o algodão representa a primeira lavoura a destacar o solo dorense, trazendo o desenvolvimento que promoveria, em 11

de junho de 1859, a emancipação política do município.

Outrossim, é marca da gente daquelas terras a forte religiosidade, associada à presença histórica do catolicismo desde o início de sua colonização. Em meio a imagens sacras, santas-missões, procissões penitenciais, pagamento de promessas nos chamados *acompanhamentos*, dentre outras tradições culturais, se edificou um povo trabalhador e de fé. Neste último aspecto, o Museu Caiçara está servido de objetos que representam devoções privadas, tais como quadros, imagens sacras e oratórios, bem como elementos devocionais coletivos a exemplo da matraca e da sineta utilizadas nas procissões de *alimentação de almas* (ocorridas na Quaresma e em prol dos falecidos) e de objetos que pertenceram à capela do povoado, dedicada a São José (sacrário e quadros da Via-Sacra).

Se o trabalho e a fé edificaram a identidade cultural local, era no seio familiar, na intimidade do lar, que estas duas características marcantes eram transmitidas de geração a geração. Assim sendo, valores, tradições e costumes tinham como pano de fundo a cozinha e a sala ou o alpendre de casa, espaços frequentados por familiares e amigos mais próximos, ou ainda o silêncio do quarto. Neste último espaço, podemos encontrar baús, peças de roupa ou enxovais feitos de tecido de algodão e passadas com ferro a brasa, cama ou rede de dormir, essa uma tradição a nós legada pelos indígenas. Se era no alpendre ou na sala, com pouco mobiliário, geralmente um banco de madeira para sentar e um moringueiro no qual se dispunha o recipiente (moringa) com água, que se transmitiam histórias e causos, era na cozinha que se alimentava o corpo para resistir à dureza da labuta diária. Fogão à lenha para o preparo do alimento

em panelas de barro, potes e porrões com água pronta para saciar a sede, pratos de zinco e tachos para a fabricação de doces (verdadeiros manjares), mobiliário de madeira, dentre outros utensílios, formam parte desse acervo em exposição na Cachoeirinha.

Além de objetos centenários como a rede de varanda, a roda de fiar, a balança de pesar algodão, a mesa de cedro com duas gavetas, o oratório e a zabumba que foi do grupo de pífanos do povoado Massaranduba (SANTANA. 2021, p. 67-70), o Museu Caipira tem a salvaguarda de uma urna funerária da tradição indígena aratu encontrada pelo seu curador nas imediações do sítio que abriga o museu (SILVA. 2019, p. 176-178).

Dessa forma, podemos situar essa iniciativa exitosa de preservação de memórias como emergente dos *escombros* que resistiram à perda patrimonial de décadas atrás. O nascimento do Museu Caipira está associado, portanto, ao sentimento de *dorensidade* cimentado em terras de Nossa Senhora das Dores pela maior disponibilidade de informações sobre sua história e pelo desejo de se apropriar dela. Sentimento que se multiplica a cada visita de alunos e curiosos ao rico acervo dessa instituição museal.



## Parte 2

### CINTILAÇÕES

Tantas vezes, mudo  
olhando o espaço aberto, do telheiro  
eu me escondia dos demais  
na tentativa de alargar  
um pouquinho  
ao menos  
a visão de mundo que eu tinha

Via a Serra, em êxtase  
limites de meu chão  
sabia que além, no outro lado  
se escondia uma cidade trepidante  
com seu templo imenso  
e um campanário  
que tocava o céu  
com sua feira farta  
e todos os doces do mundo  
ah poder comprar aquilo tudo!  
e tanta coisa mais que não interessava  
a menino de sítio

[...]

...E um grito agudo me feria tímpanos  
*Onde está você menino  
se esqueceu da vida?*  
nem poderia responder  
por estar em mim perdido

Manoel Cardoso, em *Cintilações*.





**Imagem 7:** Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2010)

## **DO ALTO DE UMA TORRE A CIDADE SE REVELA**

Era na voz dos sinos  
que minha cidade sabia cantar  
melhor que qualquer outra cidade  
Chamado à missa  
registrando a morte  
em repiques e dobres  
rompendo a madrugada  
nas alvoradas  
da festa da padroeira

dim...dim...dim / dim...dim...  
dim...dim...dim / dim...dim...  
dlém!  
dão...dão / dão, dlém!  
Dim / dão, dim / dão  
dim / dão, dim / dão...

Que outra cidade

faz de seus sinos  
vozes de alegria e de tristeza!

Somente na paixão de Cristo  
os sinos calavam suas vozes  
dando vez à roufenha matraca  
que nunca aprendeu a se expressar  
além da dor...

Manoel Cardoso, em *Translúcido silêncio*.

Do alto da torre da quase centenária igreja matriz dedicada à Nossa Senhora das Dores, o dorense se revela ao se conectar ao sagrado, mas também à sua cidade. Cidade que, como cantou em versos o poeta Manoel Cardoso, se reúne no interior do templo em momentos de alegria, tensão e dor, celebra sua padroeira a cada setembro e no cotidiano do tempo litúrgico comum, se vê do campanário ao som do toque do sino, sente a paz da companhia divina na sombra das árvores que circundam, como num abraço, o templo e seus frequentadores.

É, pois, a Matriz de Nossa Senhora das Dores, a imagem que melhor representa a cidade, um patrimônio afetivo dos dorenses, a paisagem de histórias compostas com emoção, o símbolo não só da presença do catolicismo na trajetória do lugar, mas da presença do lugar em cada filho seu.

Fruto da dedicação de gerações de devotos que derramaram seu suor, seu sangue e suas lágrimas para a colocação de cada tijolo, para a composição de cada detalhe de sua arquitetura de características ecléticas, num misto de clássico com gótico, o templo

começou a ser pensado no paróquiato do Monsenhor Floduardo de Brito Jardim Fontes (1924-1927). Em 09 de janeiro de 1925, junto ao bispo Dom José Thomaz Gomes da Silva, ele lançou e benzeu a pedra fundamental da nova igreja, que pretendia simbolizar a elevação da sede municipal à categoria superior de cidade, ocorrida em 23 de outubro de 1920.

Nas palavras do primeiro bispo de Sergipe, a nova matriz da Senhora das Dores seria

[...] uma arrojada tentativa de arrojado empreendimento do desvelado pastor e do seu mimoso rebanho, mas nada se pode duvidar do resultado das obras cimentadas pelas bênçãos do Céu, e a Nova Matriz das Dores corresponderá em breve á expectativa esperançada desta futura cidade, sendo como deve ser a condigna morada do Deus três vezes Santo o que reclama a generosa cooperação de todos, mediante a mais salutar cooperação de Deus (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS DORES, 1913, p. 7v-8).

O certo é que a obra, capitaneada pelo vigário Brito Fontes, não foi adiante, sendo retomada pelo seu substituto, o padre João de Souza Marinho (1928-1933), que mudou a ideia original e trocou o lugar da nova construção, que seria fora do quadro da praça na qual existia um decadente templo, que o vigário anterior desejava manter. Assim, com o apoio dos paroquianos, o padre Marinho iniciou, em 20 de maio de 1928, a edificação da novel igreja, ao redor da antiga, que estava desabando (CARVALHO, 2018, p. 114).

Com tríduo festivo seguido de santa-missão dos frades capu-

chinhos, a atual Matriz dedicada à Nossa Senhora das Dores foi inaugurada festivamente em 30 de março de 1930, com a presença do prelado diocesano, que manifestou sua alegria por ver concluído o “majestoso templo de sólida construção e de superior beleza arquitetônica que será em todo tempo o monumento de perenal segurança da religião tão fundamental radicada no coração deste povo” (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS DORES, 1913, p. 15).

Matriz que recebeu grandiosas obras de embelezamento durante o paróquiato do Cônego Miguel Monteiro Barbosa (1935-1967), que a transformou na “grande casa comum, a que afluem, satisfeitos, em seus dias de alegria, e, meditativos em seus momentos de tristeza, e que na mesma igreja têm realizado certames não só religiosos como de caráter patriótico e educativo, com jubilo para toda a população” (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS DORES, 1913, p. 38v-39). Dentre as obras que compuseram o projeto desse sacerdote, incluiu-se a substituição das arcadas e colunas por ogivas que conduzem ao altar-mor, iluminado por quatro anjos candelabros, pintura de painéis representando cenas bíblicas no forro da nave, na parede do altar-mor e entre as colunas (à cargo do artista plástico Rodolfo Tavares), além da fixação de 14 quadros da Via-Sacra em alto relevo e da feitura de um santuário externo para celebrações ao ar livre e instalação de uma imagem do Cristo Crucificado na frente do templo (CARVALHO, 2018, p. 120-121).

A última intervenção de grande monta na Matriz ocorreu no final da década de 1990, quando o padre José Manoel Araújo (1994-1998) substituiu as janelas superiores por vitrais coloridos, harmonizando-se ao estilo gótico da torre; e quando o artista plástico

Wellington Lino da Costa, no paróquio do padre Renato Gomes de Lima (1998-2004), fez uma recomposição das pinturas do interior do templo, que tinham se perdido numa reforma no final dos anos 1970 (CARVALHO, 2018, p. 126-128).

Entretanto, esse não é o templo mais antigo da cidade. Próximo a ele está a capela do Senhor do Bomfim, edificada pelo negociante Firmiano José de Andrade (1830-1906) para lhe servir de sepulcro, tendo sido seu construtor e sua esposa, Maria da Conceição Andrade (1851-1926), ali sepultados, conforme suas lápides tumulares, respectivamente, em 11 de novembro de 1906 e 17 de janeiro de 1926. Em 2013, ela passou por obras de restauração e proteção com grades. Mais remota ainda é a capela do cemitério municipal, que não nos deixou registros escritos, mas, pelas características arquitetônicas, nos aponta para o final do século XIX.

Esses três templos, junto com um imóvel residencial situado à praça da Matriz e que traz em sua fachada uma provável data de conclusão (1922), são os mais relevantes imóveis que sobreviveram aos *escombros* deixados pela ânsia de modernidade que pôs abaixo o centro histórico da cidade. Conhecer suas histórias e importância é o primeiro passo para sua conservação para as gerações futuras, incluindo pesquisas mais aprofundadas sobre os referidos bens e seu futuro tombamento como meio eficaz de preservação.





**Imagem 8:** Fiéis do Madeiro rezam na Matriz dedicada à Nossa Senhora das Dores

(foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2010)

## **PENITÊNCIA OU INFERNO<sup>13</sup>: O FLAGELO DO CORPO PELO BEM DA ALMA**

Saíam à noite em cortejo e rezavam em frente às casas residenciais. Trajavam-se de branco e ‘pediam orações pelas almas dos defuntos que estavam no purgatório, já que foram como nós e seremos como elas’. Tanto o pedido como a oração eram cantadas. (...) Não havia auto-flagelo e o costume era restrito à época da quaresma. Eles também visitavam santa-cruz ou pequenos oratórios, que encontrassem. As pessoas do interior da casa visitada acompanhavam tudo do interior da própria casa, mas não abriam a porta nem se juntavam a eles. Lembro-me de que minha mãe, ao final da visita, explicitava: Muito obrigado pela visita!

---

13 Trecho de uma das mais conhecidas orações entoadas pelos Penitentes de Nossa Senhora das Dores durante a procissão que realizam nas Sextas-feiras Santas.

Manoel Cardoso, em “*É tempo de mangas, cajus e jacas*”.

Nas memórias do escritor Manoel Cardoso ficou assim registrada a presença dos chamados *alimentadores*, homens que percorriam o povoado Taborda da infância do autor rogando a Deus pelas almas dos falecidos, numa tradição penitencial que perpassa as gerações em várias partes do Brasil e que se encontra atualmente extinta naquela povoação.

Penitência que consiste na prática da flagelação do corpo, do sofrimento físico, como lenitivo para a alma do penitente ou de outrem, vivo ou morto, por quem ele reza. É uma prática e uma representação religiosa presente no cristianismo e muito difundida na Europa medieval, estando associada à noção de pecado (transgressão de preceitos de fé), culpa e punição, o que faz do ato penitencial algo muito frequente em tempos de calamidades públicas, como a Peste Negra que assolou diversos países europeus no século XIV ou o cólera *morbis* no Brasil de meados do século XIX (ROUILLARD, 1999, p. 23-24).

Foi pelas mãos do colonizador ibérico que a penitência chegou do lado de cá do Atlântico, aqui se hibridizando às práticas e representações religiosas indígenas e africanas. Associada a um catolicismo dito *popular*, pouco ligado à hierarquia eclesiástica, essa manifestação de religiosidade sincrética e espontânea, parte das mais diversas apropriações culturais do catolicismo pregado por

sacerdotes e missionários em todos os recantos do Brasil, incluindo o pagamento de promessas por graças alcançadas e a oração pelos mortos (AMARAL, 2003, p. 185; BITTENCOURT JUNIOR, 2003, p. 74-81; VELOSO, 2019).

A própria Igreja Católica, buscando instruir os fiéis sobre essa prática, durante o Concílio de Trento (1545-1563), definiu a penitência, sacramento instituído no IV Concílio de Latrão (1215), como a prática do arrependimento, da contrição, do ódio à falta cometida contra Deus e os homens, seguido da confissão a um sacerdote e do desejo de experimentar uma *vida nova* longe do pecado (ROUILLARD, 1999, p. 54-64). Como ressignificação desse sacramento pelos devotos, podemos afirmar que a procissão penitencial é uma forma de manifestar e confessar-se publicamente pecador e, pelo martírio do corpo, dele purificar-se.

Conforme pesquisa antropológica feita pelo fotógrafo Guy Veloso (2019), nesse início de século XXI, a penitência resiste às mudanças perpetradas pela modernidade, estando registrada pelo pesquisador nas cinco regiões do Brasil, notadamente nos estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Sergipe. São muito diversas as práticas encontradas e fotografadas por Veloso nessas regiões, mais de duas centenas delas: irmandades exclusivamente masculinas ou predominantemente femininas; de base familiar ou comunitária; urbanas ou rurais; com ou sem autoflagelo de grupos economicamente pertencentes às classes média-baixa e baixa, que se solidarizam entre si; e aqueles que misturam crenças e ritos do catolicismo aos espíritas, umbandistas e de outros credos.

São os Penitentes, chamados também de Encomendadores ou Recomendadores de Almas. Grupos espontâneos, místicos, muitas vezes secretos, que em certas épocas do ano saem noite adentro rezando pelos ‘espíritos sofredores’. Visitam cemitérios, cruzeiros, capelas e outros pontos específicos como encruzilhadas e locais onde houve alguma morte violenta, comumente ocultando as identidades com mantos e capuzes. Ali, muitas vezes ajoelhados, seguem uma sequência de súplicas (VELOSO, 2019, s/p.).

Em Sergipe, Nossa Senhora das Dores é um dos municípios que conservam essa antiga prática, registrando-se procissões penitenciais entre seus habitantes desde o final do século XIX, época marcada por grandes calamidades, como secas e epidemias, que levavam seus moradores a voltar-se à oração penitencial como purgação dos pecados cometidos e lenitivo para os fiéis defuntos (CARVALHO, 2019, p. 162-196).

Essa motivação pode ser percebida em registro constante num manuscrito que pertence ao grupo intitulado de Penitentes, cuja escrita foi composta em 1980 com base na memória coletiva. O título do texto é sugestivo: *O que é ser penitente?*

Ser penitente é dar algo de si em benefício de alguém que já não vive entre nós, de alguém que vive na eternidade segundo nossas crenças; Nossos parentes, nossos amigos, enfim nossos entes queridos que dormem o sono eterno até que sejam despertadas para verdadeira vida, a vida eterna. Nossas preces são para eles em lenitivo, um bálsamo a amenizar-lhes os sofrimentos. Portanto, procuremos fazer

nossa penitência que a cada ano se renova, sempre com o coração cheio de fé, de esperança, de caridade e acima de tudo, confiança em Nosso Pai eterno que nos ouve, e sem dúvida dará a cada, a recompensa merecida segundo suas ações. Penitente, seu ato de penitenciar-se não é em vão, procure fazê-lo corretamente, participe não apenas com sua pessoa, lembre-se que toda palavra que sai pela boca nasce do coração, e sua fé pode salvar, participe com o coração (ASSOCIAÇÃO DOS PENITENTES DE N. SRA. DAS DORES, 1980, p. 2).

Nesse escrito é possível perceber forte sentimento de solidariedade entre vivos e mortos, numa percepção muito particular de que é possível a quem ora em prol de outrem conseguir abrandar seus sofrimentos no além-morte. Essa percepção se confirma ao sabermos que os penitentes param para rezar em locais como cemitérios, capelas, cruzeiros e santas-cruzes, onde suplicam pelas almas que estão *no mau caminho, nas ondas do mar e no purgatório*, ou seja, *penando no outro mundo*.

Além do grupo chamado de Penitentes, exclusivamente masculino, existe na cidade um grupo de homens e mulheres (estas chamadas de *beatas*) que compõem a manifestação penitencial conhecida como procissão do Madeiro, numa referência à pesada cruz de madeira que os devotos carregam na tarde da *Sexta-feira Santa* de estação em estação, como são denominados os locais de parada para oração.

As duas procissões surgiram numa mesma época, em meio às calamidades do final do século XIX, e durante muitas décadas tiveram participantes em comum, o que explica a semelhança das orações entoadas e de lugares nos quais se reza a *estação*. Essas

manifestações se enquadram naquilo que o folclorista Luís da Câmara Cascudo chamou de *encomendação das almas*, cuja ocorrência era comum no Brasil até pelo menos meados do século XIX, nas sextas-feiras da *Semana Santa* ou no *mês das almas* (novembro), consistindo em procissões noturnas em sufrágio das almas e sob a direção dos leigos. Nelas, se faziam presentes homens “levando lanternas e vestindo cogulas brancas, que lhes encobriam inteiramente as feições”, sob a guia de uma grande cruz e “cantando rogatórias, ladainhas, rezando rosários, e detinham-se ao pé dos cruzeiros, para mais orações, em voz alta” (CASCUDO, 2000, p. 211).

Encomendação, recomendação ou alimentação de almas foi uma prática penitencial muito comum também na zona rural do município de Nossa Senhora das Dores, e que ainda resiste na atualidade. Como nos mostra a presença, há mais de 80 anos, da chamada procissão dos Penitentes do povoado Gado Bravo Norte, cuja ocorrência se dá na quinta-feira da *Semana Santa*, para não coincidir com a mesma prática existente nas cidades de Dores e Capela na *Sexta-feira da Paixão*.

Penitência que cria diversas conexões entre o natural, o humano, e o sobrenatural, o divino. Afinal, a própria procissão dos fiéis é uma demonstração clara da ação divina em suas vidas, é um ex-voto, uma prova material de alguma graça alcançada e que o caminhante devoto ali está, orante, a agradecer. Outrossim, ao carregar a cruz numa representação da Via-Dolorosa do próprio Cristo, o penitente se torna um outro Cirineu, personagem bíblico que, diante do sofrimento do Messias, ameniza-lhe o peso do madeiro ao levá-lo às costas por alguns instantes.

Madeiro que é incorporado à fé dos penitentes ao denominar uma das mais antigas práticas religiosas dorenses; cruz que é carregada por aqueles homens, praticamente no pino do meio-dia, no horário mais quente de uma tarde de verão, com cânticos simbólicos como o intitulado de *Madeiro pesado*.

Madeiro pesado  
Madeiro pesado  
Madeiro pesado  
quem leva é Jesus

(...)

Cravado na Cruz,  
pediu para seu Pai  
perdoai esses filho,  
que não sabem o que faz.<sup>14</sup>

Ou ainda, no canto *Simão Cirineu*.

Encontrei São Simão, o Cirineu  
Ajudai-me aqui Simão  
Este Madeiro pesado  
que já me faz trespassar o coração.

São Simão, ajuda a levar a Cruz  
Já dei *um* passo, meu Jesus não posso mais  
Só quem pode levar é meu Jesus  
por Ele ser poderoso e Grande Pai.<sup>15</sup>

---

14 Gravada pelo autor durante o acompanhamento das manifestações religiosas no ano de 2005.

15 Gravada pelo autor durante o acompanhamento das manifestações religiosas no

A oração penitencial resiste à passagem do tempo nesse século XXI, perenidade que outrora foi garantida por promesseiros que deviam cumpri-la durante sete anos seguidos (hoje encontramos muitos com mais de cinquenta anos de penitência) e pela permissão, há algumas décadas, da entrada de menores de dezoito anos, renovando nas novas gerações essas manifestações culturais-religiosas.

Na *Sexta-feira Santa*, dia consagrado no imaginário católico como aquele no qual o Messias foi crucificado em sacrifício de redenção da humanidade, a penitência em Nossa Senhora das Dores se reveste de tradição e envolve moradores e filhos ausentes, qual sejam os que vão às ruas assistir à passagem das diversas procissões que ocorrem durante praticamente todo o dia ou os que delas participam ativamente, alguns sendo dorenses que residem em outras cidades de Sergipe ou em outros estados da federação e que se deslocam exclusivamente para cumprir sua devoção anual.

Compõem o roteiro dessas manifestações os seguintes atos piedosos:

- 1) *Via-Sacra ao Cruzeiro do Século*: consiste numa procissão iniciada às 4 horas da manhã, no cruzeiro em frente à igreja matriz Nossa Senhora das Dores, e finalizada por volta das 7 horas e 30 minutos, após 5 quilômetros de percurso, no local que dá nome à mesma. É a mais recente delas, tendo nascido da espontaneidade da popu-

---

ano de 2005. Repete-se a última estrofe, contando-se o passo até sete.

lação no último ano da grande seca que assolou a região de 1979 a 1983;

2) Procissão do *Madeiro*: com saída no bairro Gentio, na residência de descendentes dos seus fundadores, por volta das 13 horas, e encerramento no cemitério municipal, aproximadamente às 18 horas e depois de percorrerem cerca de 15 quilômetros;

3) Procissão do *Senhor Morto*: componente da liturgia da Igreja Católica para o dia, começa por volta das 17 horas, após a celebração da Paixão do Senhor no interior do templo. São duas procissões do Senhor Morto que ocorrem na cidade, uma vez que existem duas paróquias criadas, respectivamente, em 1858 e 2009, tendo como padroeiros Nossa Senhora das Dores e São Cristóvão. Na mais antiga delas, a referida manifestação, que consiste num cortejo fúnebre com a imagem do Cristo morto, foi criada no início da década de 1940, no paróquio do Cônego Miguel Monteiro Barbosa. Não existem estações. A procissão começa e termina no templo;

4) Procissão dos *Penitentes*: tem início no cemitério municipal da cidade, às 20 horas, terminando, após quase 20 quilômetros de caminhada, às 3 horas da madrugada de sábado, na igreja Matriz Nossa Senhora das Dores.

A oração ao *Senhor Deus*, rezada de joelhos pelos devotos em cada parada para reflexão (estações), sintetiza o sentimento que

move cada participante dessas piedosas procissões penitenciais:

Senhor Deus, Misericórdia (BIS)

Senhor Deus, pequei Senhor, Misericórdia (BIS)

Senhor Deus, pequei Senhor, mas pelas Dores de  
Vossa Mãe Maria Santíssima, Misericórdia (BIS)

Senhor Deus, pequei Senhor, mas pela Vossa Sagra-  
da Paixão e Morte, Misericórdia (BIS).<sup>16</sup>

Essas manifestações de devoção à Paixão de Cristo que ocorrem na *Semana Santa*, hoje são reconhecidas como Patrimônio Cultural Imaterial de Sergipe, juntamente à realizada no povoado Gado Bravo Norte e à procissão do Encontro (organizada pela Igreja Católica na noite da quarta-feira e cujo ponto principal da Via-Sacra celebrada é o encontro entre as imagens do Cristo carregando a cruz, o Senhor dos Passos, e de sua mãe, Nossa Senhora das Dores ou da Soledade). Essa ação de salvaguarda veio através da Lei nº 8.051, de 22 de outubro de 2015, após apresentação, pelos pesquisadores do Projeto Memórias, de um dossiê com um inventário<sup>17</sup> sobre as referidas manifestações, endossado por dezenas de assinaturas de lideranças comunitárias, num exemplo de iniciativa

---

16 Oração gravada pelo autor durante o acompanhamento das manifestações religiosas no ano de 2005.

17 Trata-se do documento *Manifestações de devoção à Paixão de Cristo na Semana Santa em Nossa Senhora das Dores: dossiê para solicitação de registro como Patrimônio Imaterial e Bem Cultural do povo sergipano*, cuja redação coube aos historiadores Antonio Bittencourt Junior e João Paulo Araújo de Carvalho e que teve o Projeto Memórias como instituição proponente (fevereiro de 2015). Assinaram o dossiê, em apoio à proposta, os vigários das duas Paróquias, representantes das procissões do Cruzeiro do Século, do Madeiro e dos Penitentes, os presidentes da Academia Dorense de Letras, da Câmara Municipal e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além do Prefeito Municipal e diversos moradores.

preservacionista que partiu da própria população e do sentimento de pertencimento nela despertado.





**Imagem 9:** Bonecas de pano (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2011)

## DOS RETALHOS DE MEMÓRIAS RESSURGE UM PATRIMÔNIO FEITO DE PANO

O trabalho das bordadeiras, rendeiras e costureiras povoou sempre a minha infância. Minha avó, tia-avó e minha mãe costuraram, bordaram e fiaram a trama, a linha do que viria a ser meu universo poético. Nessa época, eu e minha irmã ganhamos nossa primeira boneca de pano.

Aqui, a memória alicia o tempo e o passado colado ao presente veste as telas de rendas, linhas, chitões, retalhos, poemas, sianinhas. São lembranças de uma infância onde se bordava sobre o bastidor sonhos, brincadeiras, romances, enxovais

Hortência Barreto, em *Organza*.

Bonecas de pano compõem o universo lúdico em várias partes do mundo, sendo registrada sua existência há milhares de anos. No Brasil, há séculos esta tradição faz parte do cotidiano de adultos e crianças, em especial nas famílias mais carentes. Domínio feminino, a costura compunha o cenário de praticamente todos os lares brasileiros, em especial no interior e no período que antecede a disseminação dos produtos industrializados. Com os retalhos de pano das roupas que faziam, as mães confeccionavam bonecas para que suas filhas pudessem se divertir. Eram amigas, confidentes, companheiras de brincadeiras, mas também de momentos de tristeza e tensão de muitas meninas mundo à fora.

Considerada pelo antropólogo Câmara Cascudo (1898-1986) como “documento expressivo da arte popular” (2000, p. 75), a boneca de pano é confeccionada de forma simples, artesanal, com o uso de sobras de tecido, sendo o corpo composto de enchimento de algodão, retalhos de pano, palha, dentre outros materiais baratos e de fácil acesso. Os panos de melhor qualidade são reservados para a feitura das vestimentas. Olhos, boca e sobrancelhas são feitos com bordado de linha na agulha e o cabelo com tecido desfiado. É uma arte espontânea, um brinquedo tradicional e um componente do dia a dia de muitas gerações de meninas e mulheres; netas, filhas, mães, tias que reforçavam seus laços familiares e, muitas das vezes, transmitiam a prática de costurar e brincar de bonecas de geração a geração.

Apesar de terem perdido espaço nos lares brasileiros, fruto da crescente industrialização que chegou até mesmo nos momentos de diversão, com bonecas feitas de todo tipo de material e com diver-

sas habilidades que atraem cada vez mais as crianças, as bonecas de pano têm sobrevivido no cotidiano e no imaginário de muitas meninas, ganhando as páginas dos livros, como a *Emília* (do escritor brasileiro Monteiro Lobato, 1882-1948) ou a *boneca de retalhos* do mundo *mágico de Oz* (do estadunidense L. Frank Baum, 1856-1919), que ganharam as telas do cinema e viraram programas televisivos.

No município de Nossa Senhora das Dores, elas faziam parte do dia a dia das crianças até as últimas décadas do século XX, época na qual perderam espaço para as industrializadas e acabaram desaparecendo. O resgate desse atual símbolo dorense, no entanto, começou a acontecer no início dos anos 2000, pelas mãos de uma professora aposentada e de uma artista plástica.

Nessa época, a dorense Hortência Barreto, procurando inspiração para suas pinturas naquelas que foram seu brinquedo de infância, tomou conhecimento da existência de um grupo de idosos na sua terra natal, indo até lá em busca de alguém que ainda fizesse as *bruxinhas* que povoaram seu imaginário infantil.

O grupo, chamado de *Renovação*, nasceu em 1997, quando a vereadora Valdete Garcia (1949-1997) convidou a professora Terezinha Barboza dos Santos (1930-2013) para criarem um espaço de convivência para a terceira idade, com momentos de oração, lazer e oportunidades de geração de renda. Valdete falecera poucos meses depois e dona Terezinha vinha dando continuidade ao grupo, ajudando, inclusive, no resgate de danças folclóricas como o reisado e o samba de coco. (SANTOS, 2017, p. 109-110).

Como ninguém se dispôs a atender o desejo da artista plástica, a coordenadora do *Renovação*, dona Terezinha, produziu sua primeira boneca de pano, apresentando-a às demais na reunião seguinte (SANTOS, 2017, p. 109-110). Num depoimento muito pessoal, com sua linguagem simples e direta, Barboza assim descreveu esse processo de rememoração do qual renasceram as bonecas de pano dorenses:

Em 2001, Hortência Barreto teve conhecimento da existência do grupo e me procurou dizendo que era artista plástica e fazia quadros com desenhos de bonecas recordando o passado, pois as tais bruxinhas foram seus brinquedos prediletos em sua infância, em Nossa Senhora das Dores. Ela me incentivou a resgatar entre os idosos as bonecas de pano.

Levei a ideia e os idosos disseram que faziam quando eram crianças; outras disseram que as mães e as avós faziam para elas brincarem. No momento, ninguém se propôs a fazer. Para incentivá-las, fiz uma bruxinha, feinha, pois foi a primeira em minha vida; levei na semana seguinte, com isso despertei o interesse e foi só sucesso. Poucos dias depois, me apareceram várias bonequeiras! Cada uma com seu estilo. Não paramos mais. (SANTOS, 2017, p. 110).

Também em forma de depoimento, a artista plástica Hortência Barreto, que inspirou esse processo de resgate, narra poeticamente seu reencontro com as bonecas que povoaram sua infância, no que ela intitulou, em seu livro *Organza* (2009), de *História de um parto sem dor*:

Fui então procurá-las na minha cidade natal, Nossa Senhora das Dores, e também aconteceu o mesmo, sumiram e nem deixaram vestígio, era algo total-

mente esquecido na memória dos habitantes, como se nunca tivesse existido.

Já estávamos em 2002, e a partir da procura ansiosa por uma bonequeira da minha infância, tomei conhecimento, através da prima Geísa, de que lá em Dores havia um bem organizado clube da terceira idade. Nasceu de novo a esperança de um encontro com alguém que contribuiu diretamente com meu passado lúdico, célula condutora dessa declaração. E a constatação foi a mesma, não tinha ninguém.

Naquele momento, então, propus ao grupo, através de sua líder, D. Terezinha, a atividade de fazer as bonecas de pano. O presente é um presente. Vinte senhoras aceitaram e foram aprendizes de algo que já conheciam em toda sua magnitude – parir. Dona Terezinha foi a mestra-parteira que as ensinou como confeccioná-las (BARRETO, 2009, s/p.).

*O carvão da memória* foi se acendendo e logo muitas daquelas senhoras se tornaram bonequeiras, o que passou a ser fonte de renda para algumas delas, pois, a artista plástica Hortência Barreto começou a utilizá-las em suas obras, divulgá-las na mídia escrita e televisiva e convidá-las a participarem de feiras e exposições dentro e fora do estado. Pelas mãos de Hortência, as bonecas dorenses chegaram até mesmo a outros países, como Espanha (Barcelona), Estados Unidos (Miami, Nova Orleans e Nova Iorque), França (Paris) e Itália (Roma). No Brasil, representaram Nossa Senhora das Dores em exposições nas cidades de Aracaju, Fortaleza, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Aos poucos, as *bruxinhas*, como as chamava dona Terezinha, foram se tornando um símbolo da identidade do povo dorense, estando atualmente presentes em livros, obras de arte, catálogos, do-

cumentários, reportagens escritas e audiovisuais, oficinas etc.

E foi buscando o reconhecimento desta arte como Patrimônio Cultural Imaterial de Nossa Senhora das Dores, que o Projeto Memórias e o Departamento Municipal de Cultura, sob a liderança do agente cultural Ari Pereira de Souza, realizaram ações de pesquisa e documentação deste bem e enviaram um pré-projeto à Câmara de Vereadores, com um levantamento histórico anexo. Em boa hora, o poder público municipal atendeu à proposta, dando origem à Lei nº 326/2018, de 23 de março de 2018, que declarou as bonecas de pano como Patrimônio Cultural Imaterial do Município.

A partir desse reconhecimento, houve nova chama de ânimo entre as bonequeiras, potencializada por oficinas para engajar mais pessoas, sobretudo jovens, nessa arte. Outrossim, o Departamento de Cultura, vem mantendo em sua galeria de arte uma exposição e comercialização permanente de bonecas de pano; bem como estimulado artistas locais a produzirem obras que as tenham como tema e que foram igualmente expostas ao público no referido espaço, numa coletiva que, em 2018, reuniu trabalhos de Bruno Leite, J. Zezinho, Lulu Cerqueira e Wilmes. A mídia televisiva também tem sido mais uma vez atraída por esta arte e importantes canais como as TVs Alese, Aperipê, Canção Nova e Sergipe têm produzido reportagens sobre ela e as exibido à nível local e nacional.

Assim sendo, o registro desta tradição como bem patrimonial local é uma forma de aquilatar o empenho de suas pioneiras; agregar valor a um produto dorense; incentivar as novas gerações a aprender este ofício e mantê-lo vivo; fomentar a criação de políti-

cas públicas de registro e divulgação deste bem e de incentivo à sua confecção e comercialização. Enfim, um meio eficaz de, através de uma maior visibilidade, potencializar sua preservação para a posteridade e costurar laços de *dorensenidade* entre seus partícipes, retirando essa importante manifestação cultural do *translúcido silêncio* do esquecimento e levando-a a *cintilar* como outrora.





**Imagem 10:** Via-Sacra ao Cruzeiro do Século (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2015)

## **CRUZEIRO DO SÉCULO: UM ESPAÇO SAGRADO NA COSMOVISÃO CRISTÃ**

[...] a experiência do sagrado torna possível a ‘fundação do mundo’: lá onde o sagrado se manifesta no espaço, o real se revela, o Mundo vem à existência. Mas a irrupção do sagrado não somente projeta um ponto fixo no meio da fluidez amorfa do espaço profano, um ‘Centro’ no ‘Caos’; produz também uma rotura de nível, quer dizer, abre a comunicação entre os níveis cósmicos (entre a Terra e o Céu) e possibilita a passagem, de ordem ontológica, de um ser a outro. (...) o homem religioso só pode viver num mundo sagrado porque somente um tal mundo participa do ser, existe realmente

Mircea Eliade, em *O sagrado e o profano*.

O humano é um ser que crê, que sacraliza o mundo, as coisas e a existência, é um animal religioso por natureza. Em sociedade,

cria, transmite e ressignifica práticas e representações religiosas, ritos e crenças, transforma fatos, seres e lugares ao caracterizá-los como dotados de sobrenaturalidade. Ao institucionalizar suas crenças, criando as religiões há milhares de anos, o homem cunhou símbolos que sintetizam sua fé e os conectam ao sagrado, em todos os lugares e épocas.

Dentro dessa diversidade de crenças e ritos que marcam a história da humanidade, o cristianismo emerge como a religião com maior número de adeptos no mundo atual. Cerca de um terço da população mundial professa essa religião, em sua multiplicidade de formas de crer (católicos, ortodoxos, protestantes, pentecostais etc.), todos tendo como símbolo maior de sua fé a cruz, representação por excelência do sacrifício salvador do Cristo, o Messias, o filho de Deus enviado à terra para redimir a humanidade através da cruz.

Assim sendo, os cristãos têm povoado seu universo simbólico de cruces, seja para marcar a sepultura do crente, a presença da Igreja em determinados lugares, a realização de atividades religiosas, como as santas-missões católicas, ou até mesmo o início de uma povoação. À frente de templos, no interior de cemitérios, na beira de estradas, no alto de montes... lá está a cruz, não somente como marco da presença cristã naquele lugar, mas como meio de sacralização daquele espaço, que passa a ser um ponto no qual o sobrenatural se manifesta no mundo, criando canais de comunicação com o homem e possibilitando ao mesmo benefícios de ordem material ou espiritual através do contato com o divino, como bem nos mostrou o historiador das religiões Mircea Eliade, citado na

epígrafe desse escrito e que chamou esse ser em busca permanente pelo sagrado de *homo religiosus* (ELIADE, 1992, p. 165).

Nessa *cosmovisão*, a consagração do mundo equivale a pôr ordem no caos representado pela ausência do divino, emergindo dela lugares como o Cruzeiro do Século, espaço considerado sagrado para milhares de cristãos dorenses pela presença, ali, de uma grande cruz de madeira colocada no alto de um monte situado entre as serras do Boqueirão e do Besouro, a cinco quilômetros do centro da cidade sergipana de Nossa Senhora das Dores.

Para esse lugar sagrado acorrem, na *Sexta-feira da Paixão*, milhares de peregrinos católicos da cidade dedicada à *Mulher forte aos pés da cruz*, como os dorenses cantam no hino de sua padroeira. Em penitência, a multidão refaz os passos de Jesus Cristo rumo ao Calvário, numa procissão que tem início às quatro horas da madrugada e que começa no cruzeiro localizado em frente à igreja consagrada a Nossa Senhora das Dores.

Essa procissão, também conhecida como Via-Sacra ao Cruzeiro do Século, foi criada no ano de 1983, graças a uma ideia de dona Maria Iolanda Araújo de Andrade (professora Iolanda). Esse foi um ano difícil para os moradores da região, pois foi marcado pela maior seca dos últimos tempos, iniciada em 1979 e que consumia plantações, animais e fontes de água, trazendo fome e sofrimento. A penitência foi a forma encontrada para pedir a misericórdia divina. Assim, um grupo de mulheres, lideradas por dona Iolanda, decidiu realizar na *Sexta-feira da Paixão* uma Via-Sacra para pedir chuva. Essa primeira peregrinação rumo ao santo cruzeiro, no en-

tanto, aconteceu sob forte aguaceiro e não mais pelo motivo que levou à ideia de sua criação, mas agora para agradecer pelo fim da seca (CARVALHO, 2019, p. 297-311).

Ao longo dessa manifestação votiva à Paixão de Cristo celebram-se as 15 estações da Via-Dolorosa, lembrando os Passos de Jesus até o alto do Calvário, onde, na crença cristã, foi crucificado pelo perdão dos pecados da humanidade. Participa desse movimento devocional uma multidão de homens, mulheres e crianças de todas as idades. Sem nenhuma imposição de regra quanto à vestimenta ou à idade. Alguns deles conduzem velas acesas durante o trajeto ou as acendem nas estações (pontos de parada para oração), dentre elas santas-cruzes que marcam o local do falecimento de alguém (quase sempre de modo trágico) e que estão espalhadas pelo caminho percorrido pelos peregrinos. À frente da procissão penitencial, um grupo de homens vestidos em camisas roxas (a cor litúrgica da Igreja para aquele dia) conduz mais de uma dezena de cruzes, representando cada uma a estação correspondente na Via-Sacra percorrida.

A caminhada de fé iniciada às quatro da madrugada termina por volta das sete e meia da manhã, aos pés do *Cruzeiro do Século*. Esse local ficou assim conhecido porque na virada do século XIX para o XX foi ali colocado um cruzeiro como marco da passagem dos anos oitocentos para os novecentos, possivelmente no término de uma *santa-missão*, como eram chamadas as celebrações catequéticas e penitenciais realizadas na época por missionários (geralmente capuchinhos ou franciscanos). Desse modo, o lugar foi se tornando espaço de culto e pagamento de promessas, inclusive ain-

da hoje se podendo ver ex-votos ali depositados durante todo o ano, como demonstração da gratidão do devoto pela cura de algum mal.

O ponto alto da procissão a este lugar considerado sagrado é quando a multidão celebra a última estação da Via-Sacra, aos pés do santo cruzeiro, e lembra do momento da ressurreição de Jesus, estando vazia a Cruz, pois se crê que o Cristo vive. Ali depositam suas velas em agradecimento a Deus ou em oração para pedir alguma graça. Muitos percorrem os cinco quilômetros a pé.

A piedosa oração conhecida como *Ladainha da Paixão* é uma síntese das intenções dos fiéis ao percorrerem aquele trajeto rumo ao sagrado cruzeiro, onde se encontram diante de um Deus misericordioso, que redime os pecados dos fiéis e salva as almas aflitas dos pecadores.

Ó Deus Pai e Criador  
tende compaixão de nós  
Ó Deus Filho, Redentor  
tende compaixão de nós  
Espírito Santo, Deus de Amor  
tende compaixão de nós  
Ó, Jesus!; Ó, Jesus!

Tantas dores padeceste  
por amor de nós sofrestes  
Piedade, Senhor  
Piedade, Senhor  
Dai-nos Jesus Aflito  
um coração contrito  
Ó, Jesus! Ó, Jesus!<sup>18</sup>

---

18 Oração gravada pelo autor, em 2006, durante a realização da manifestação religiosa.

Aquele lugar sagrado tornou-se ainda mais simbólico para os católicos após o dia 17 de março de 2017, quando foi colocada ao lado do cruzeiro uma imagem de Nossa Senhora das Dores (CARVALHO, 2018, p. 345-347). Assim, aos pés da cruz e de frente para a cidade dos dorenses, a *Mãe das Dores* roga ao seu filho Jesus por todos os devotos, dando àquele espaço um significado de fé ainda maior. Espaço de devoção que é visitado quase que diariamente por caminhantes, ciclistas e curiosos que para lá se dirigem em busca de conectar-se com o sagrado ou apenas para apreciar a linda paisagem urbana e rural do município, paisagem que ganha beleza sem igual se contemplada diante do nascer ou do pôr do sol.

Atualmente, por meio de lei estadual, a Via-Sacra ao Cruzeiro do Século compõe o conjunto de manifestações penitenciais que ocorrem em Nossa Senhora das Dores na *Semana Santa* e são reconhecidas como Patrimônio Cultural Imaterial de Sergipe (lei nº 8.051, de 22 de outubro de 2015). Já o Cruzeiro do Século é um lugar de memória considerado Patrimônio Cultural do Município (lei nº 391, de 06 de maio de 2020).





**Imagem II:** Produção de farinha no povoado Massaranduba, em Nossa Senhora das Dores

(foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2010)

## **A HUMANIZAÇÃO QUE VEM DO ALIMENTO: CARNE DE SOL E FARINHA**

A tradição, identidade maior de um povo, caracteriza-se por manifestações culturais de uma comunidade fruto de suas práticas cotidianas, como: os seus fazeres como meio de sobrevivência e os hábitos ou costumes que se perpetuam como instrumento a ser copiado, representado, repassado e ensinado de geração para geração

Luís Carlos de Jesus, em “Os equinos sob aspectos econômicos e culturais dorenses”

O humano é um ser cultural. Produz saberes, fazeres, crenças, artes, sabores. Alimentar-se é uma dessas artes produzida e ensinada pelo homem em seu processo de socialização. Afinal, mui-

to além de um hábito que visa saciar a necessidade fisiológica de nutrir o corpo, o ato de comer precede uma série de costumes que estão ligados à forma como cada potencial alimento é escolhido, preparado e servido, inclusive, havendo toda uma ritualística nesse processo que vai da seleção à degustação, como a forma de preparar, servir e consumir o prato.

Assim, sentar-se à mesa para dividir uma refeição com outras pessoas, seja no íntimo do lar ou no ambiente público de um restaurante, é um ato que nos humaniza, estando associado às sociabilidades inerentes ao ser humano, a costumes e hábitos ligados às culturas culinárias e linguísticas por ele criadas (ARROYO; BELLUZZO, 2013).

Na rica cozinha enforcadense, estão presentes dezenas de pratos doces e salgados que povoam o imaginário de sua gente, com seus aromas, cores e sabores que se conectam a memórias de idas à feira livre em busca de um bolo de milho, puba, arroz ou macaxeira; da traíra torrada na banha de porco e servida com farofa e salada no tradicional bar que leva o nome desse peixe tão comum nos rios e lagoas do município; do frito de maturi; do pudim de tapioca, da bolachinha de goma (também chamada de saquarema), dos beijos, pés de moleque e malcasados que nascem das matérias primas oriundas das casas de farinha; de um almoço em família regado a galinha cozida com fava ou pirão de osso de correr (o tondorô), seguido por um doce de leite, caju, banana, mamão ou carambola; dos licores produzidos a partir de frutas da estação, como jenipapo, maracujá, acerola ou cambucá.

Nesse pequeno escrito, no entanto, trataremos de duas práticas culinárias de Nossa Senhora das Dores que recentemente foram objeto de um olhar mais atento por parte dos legisladores. A carne de sol, declarada patrimônio cultural, histórico e econômico do município pela lei 419/2021, de 23 de junho de 2021; e a farinha de mandioca, inserida pelo governo de Sergipe, por meio da lei 266/2020, de 13 de outubro de 2020, na chamada *Rota da farinha*, numa tentativa de fomentar o turismo nos municípios de Campo do Brito, Itabaiana, Lagarto, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, São Domingos e Santa Rosa de Lima.

## **A carne de sol**

A expansão da criação de gado bovino pelas pastagens naturais das terras além rio Real foi uma das motivações à colonização portuguesa desse território que ia até o São Francisco, inicialmente denominado de sertões do rio Real e depois de Sergipe del Rey. O seu primeiro historiador, Felisbello Freire (1891), afirmou com precisão que o sergipano foi pastor antes de ser agricultor. Assim sendo, desde o sucesso da expedição militar de Cristóvão de Barros, em 1590, logo começaram a ser doadas sesmarias (lotes de terras) para que os donatários pastorassem seus gados e criações, incluindo aquelas dadas a Pero Novais de Sampaio, Domingos Lourenso, Domingos Fiz e Bernardo Correia Leitão, em 1606 e 1623, em solo que hoje compõe o município de Nossa Senhora das Dores.

Desse modo, os rebanhos bovinos foram ocupando as terras

entre os rios e serras próximos à povoação dos Enforcados, criando não somente práticas econômicas, como bem estudado pelo historiador Luís Carlos de Jesus (2012), mas, também, hábitos culturais ligados ao boi e ao cavalo, seu parceiro nesse processo. Para além da carne fresca (*verde*) ou de sol, do couro e do leite, vamos encontrar uma cultura ligada a símbolos e tradições, como as figuras do vaqueiro, do magarefe, do marchante e da fateira; passando pelo aboio, a guiada, o ferro de marcar, os carros de boi, as vaquejadas, pegas de boi no mato, corridas de argola, cavalgadas e touradas (JESUS, 2012, p. 51-63).

No caso específico da carne de sol, a origem dessa prática em solo dorense se perdeu nas brumas do tempo, restando como indício mais remoto a legislação municipal de 09 de março de 1866, que estabelecia, em seu artigo 14, a proibição da secagem nas ruas da Vila de diversos produtos, inclusive a carne (SERGIPE, 1868, p. 33). É um vestígio de parte da técnica que compõe a produção da famosa iguaria que outrora deu a Nossa Senhora das Dores o título de “terra da carne de sol”.

O processo que leva a esse alimento objetiva uma melhor conservação do produto, criado numa época em que não existia refrigeração. Assim, as postas do músculo eram abertas em mantas, salgadas e deixadas em aloques, tanques de alvenaria também conhecidos como salgadeiras. Após a salmoura penetrá-la, a carne era posta por breve tempo ao sol, para desidratar, e, só depois de todo esse procedimento, levada à venda nas feiras da cidade e da circunvizinhança. Para dar maior maciez à mesma, costumava-se dar um banho de leite antes da exposição ao sol (CASCUDO, 2000, p. 117;

JESUS, 2012, p. 55-56).

Faz-se importante conhecer como era feita a carne de sol no passado, uma vez que, na atualidade, ocorre de forma mais rápida e sem o uso do leite, numa transformação de técnicas que caracteriza a própria dinâmica das culturas e que visa maior celeridade na produção com vias a sua comercialização.

Pelas mãos dos marchantes, alguns com grau de especialização tamanho que os fez conhecidos como “marchantes de carne de sol”, a iguaria foi ganhando as feiras livres do interior e da capital sergipana e construindo a boa fama do produto dorense, em detrimento ao de outras cidades concorrentes.

Carne de sol que, levada à mesa assada ou torrada, vai muito bem acompanhada de farofa ou macaxeira cozida, alimentos que provêm da lavoura de importante legado indígena, o cultivo do tubérculo conhecido como mandioca (*Manihot utilissima*), com mais de cem espécies ricas em vitamina B, dentre as quais a que chamamos de macaxeira ou mandioca mansa, que é desprovida de um líquido conhecido como *manipueira* (ácido cianídrico), altamente tóxico (CORRÊA; NEVES; ANJOS, 2007, p. 56)

## **A farinha**

Cultivada com sucesso pelos colonos sergipanos desde o início do seu povoamento pelos ibéricos, apropriando-se de técnicas de cultivo e usos culinários apreendidos dos indígenas, a farinha de mandioca, nos séculos XVII e XVIII, fez da capitania de Sergipe

a grande produtora de alimentos para as capitanias mais prósperas (Bahia e Pernambuco), incluindo também a carne bovina. Pirões, farofas, bolos, pudins, mingaus, beijus, pés de moleque, maniçoba, técnicas de cultivo, além de cantos e práticas associadas à farinhada vão formar o universo cultural dessa lavoura que compõe o hábito alimentar do sergipano, em especial dos mais carentes economicamente e que hoje se busca apropriar como parte de um roteiro turístico pelo Governo do estado (CARDOSO, 2020; CORRÊA; NEVES; ANJOS, 2007).

Não é demais lembrar, como fez o técnico agrícola Gilberto Luiz Araújo Santana (2006), a relevância da lavoura da mandioca, do ponto de vista econômico e cultural, como alimento estratégico por sua rusticidade, demandando técnicas de cultivo simples e sem muitas exigências em relação a solo e clima; sua facilidade de manuseio; e a simplicidade de armazenamento e conservação. Conhecida na época colonial como o “pão do Brasil”, esse cultivo indígena e fonte de alimentação para as populações menos abastadas, é muito versátil em seus usos à mesa, qual seja em pratos doces ou salgados, dela se aproveitando quase tudo.

Com a criação da *rota da farinha*, dentro do que prevê sua normatização legal, Nossa Senhora das Dores pode contribuir não somente com a parte gastronômica, incluindo-se aí, além das delícias já citadas, a saborosa farofa preparada com farinha murcha, pimenta, manteiga, cebola, coentro, vinagre e sal, a chamada Xiri-quitaia ou Guedo<sup>19</sup>. Podendo ser inclusas nessa rota, visitas a casas

---

19 SANTOS FILHO, Jailton dos et al. **Revista Enforcadense de Literatura**. Edição especial Centenário da cidade. Nossa Senhora das Dores (SE), ano 1, nº 4, outubro de

de farinha que se espalham por diversos povoados e pela periferia da cidade, explorando-se todo o processo produtivo, desde a colheita da mandioca até a constituição dos seus derivados; bem como ao Museu Caipira, que preserva todo o equipamento tradicional de sua produção, como o forno de barro e a prensa e o rodete de madeira. Vale à pena, ainda, ali pertinho do museu, depois do povoado Gado Bravo Sul, um mergulho na cachoeira do riacho Dangi. Ou ainda um passeio pelas memórias do cangaço que compõe um roteiro que pretende englobar a cidade e povoados como Ascenso, Cajueiro, Cruzes, Varginha, Taboca, dentre outros.





**Imagem 12:** Estrada da fazenda Candéal, local do assassinato de José Elpídio pelo bando de Lampião (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2011)

## **ALGUMAS MEMÓRIAS DA SAGA DO CANGAÇO EM TERRAS ENFORCADENSES**

Lampião era hóspede em Sergipe e com êle vinha a morte embainhada no seu punhal e oculta no cano do seu fuzil. E como uma desgraça nunca vem só, formaram-se as volantes para combatê-lo. Entre as duas fôrças que se combatiam, o sertanejo, acossado de todos os lados, era jogado de uma parte para outra, no vaivém da morte e do sofrimento. Ameaçado pelos bandidos, ou era coiteiro ou morria. Perseguido e açoitado pelas volantes, ou lhes dava conta dos bandidos, ou tombava ensangüentado pela flagelação do chicote e dos castigos brutais.

Joaquim Gois, em *Lampião, o último cangaceiro*.

O cangaço é um dos capítulos mais marcantes da história do Brasil. Nas décadas de 1920 e 1930, sete dos estados brasileiros situados à nordeste se tornaram cenário de tropelias que tiveram

como motivação a presença do mais afamado e temido dos bando-leiros que a nação viu nascer, o pernambucano Virgolino Ferreira da Silva (1898-1938), o líder cangaceiro conhecido como Lampião, que estampava páginas de jornais e revistas de circulação nacional e internacional, ganhava biografias em prosa e verso e era um dos principais assuntos nas rodas de conversa das cidades, vilas e povoados nordestinos.

As histórias e estórias que nasciam nas caatingas do semiárido brasileiro e circulavam em todos os cantos do país na forma impressa ou falada, criavam o mito do *capitão* do cangaço, temido e admirado por ações praticadas ou imaginadas. Em torno desse misto de realidade e lenda, surgiam laços de cumplicidade, temor e ódio; uma cultura própria, com seus fazeres, saberes, crenças e hábitos; modificavam-se ou solidificavam-se relações sociais e econômicas que ligavam ou colocavam em lados opostos cangaceiros, coronéis, coiteiros e volantes.

Nossa Senhora das Dores, município do agreste de Sergipe, não ficou imune aos desdobramentos da passagem do cangaceiro pernambucano do norte para o sul do rio São Francisco, em meados de 1928, transferindo seu raio de atuação para os territórios alagoano, baiano e sergipano.

Nesse período, o algodão crescia nos campos dorenses; o gado pastava tranquilo; o comércio se desenvolvia; a terra prosperava e o povo enriquecia ou apenas fazia o necessário ao pão de cada dia. Não demorou muito para que o *rei do cangaço* despertasse para a produção de riqueza nos solos de Nossa Senhora das Dores e fizes-

se do município parte de sua rota sergipana, em tempos de paz e de guerra.

Virgolino Ferreira da Silva e seus asseclas percorriam as estradas empoeiradas da região, no rumo de pequenas cidades, ou os varedos e caatingas do interior, fazendo de Sergipe seu porto seguro. Afinal, para além dos sertanejos que lhes forneciam coito e mantimentos, ali recebiam a proteção de homens ricos e poderosos, os coronéis. Nestas mesmas veredas, lutavam contra militares das polícias estaduais ou contra civis que, em sua maioria, compunham as volantes municipais. Do mesmo modo, mantinham uma rede de amizade, compadrio e/ou negócios com muitos daqueles que tinham como dever persegui-lo, mas também com a gente simples que a eles se aliava como meio de proteção. Eram os chamados coiteiros.

Passados pouco mais de 80 anos da morte de seu maior ícone, em Angico, atual município de Poço Redondo (SE), as memórias do cangaço lampiônico permanecem acesas nos jornais, nos arquivos judiciais, nos livros e em outros escritos, nas lembranças daqueles que viveram as dificuldades dessa época em solo doreense, nos ajudando a não deixar cair no esquecimento fatos ocorridos em diversos lugares do seu território e que se perpetuaram ao longo das décadas como resquícios do passado vivido.

Resquícios como o registrado em versos pelo tabordense Manoel Cardoso, na época uma criança em meio ao assombro que a passagem dos cangaceiros produzia na gente sertaneja, assombro que ficou para sempre gravado em letras vivas de suas memórias.

A família inteira fugindo  
ao assédio dos bandidos.  
A máquina de costura  
carregando junto.  
As orações em bocas femininas:  
'Meu Jesus Senhor dos Passos  
Meu Jesus Senhor dos Homens  
Valei-me pela vossa cruz  
Que vós tendes sobre os ombros!'  
Olhares curiosos infantis  
sem entenderem o porquê  
da fuga precipitada.  
O bebê de colo quebrando  
o silêncio, intercalando  
um 'ai Deus!'  
E lá fora, poucas centenas de metros  
os cabras de Lampião revolvendo baús  
dos parentes, tentando dinheiro  
que não havia  
e a velha Céu  
único intermediário entre nós  
e os assaltantes

(CARDOSO, 1996, p. 34).

O temor da presença dos bandoleiros no centro da cidade tornou-se realidade em 25 de novembro de 1929, quando a feira livre semanal foi interrompida pela chegada dos indesejáveis visitantes a anunciarem *missão de paz*. No seu roteiro nesse périplo pela urbe dorense estava a praça José Ivan Pereira dos Anjos onde ocorria a feira livre na qual os cangaceiros andaram a consumir produtos expostos ao chão, assim como a rua João dos Reis Lima Neto (calçada) e a praça Cônego Miguel Monteiro Barbosa (praça da Matriz),

onde residiam os homens ricos da cidade que foram obrigados a colaborar com dinheiro para a *bolsa* que evitou maiores transtornos aos moradores. Ali também se situavam a residência do Intendente (prefeito) Manoel Leônidas Bomfim (praça José Ivan) e diversas casas comerciais nas quais os bandoleiros se abasteceram de víveres.

Os cangaceiros andaram na feira e nas casas comerciais, inclusive no meretrício, cortaram o fio do telégrafo e prenderam um soldado no quartel, pediram e receberam a benção do vigário (o padre João de Souza Marinho), distribuíram bolachões e moedas, ameaçaram realizar um baile com as moças da cidade, compraram lenços e tomaram banho de perfume, dentre outras peripécias realizadas em meio à catação de dinheiro junto aos mais abastados (MARQUES, 2017, p. 202-214; SANTANA, 2007, p. 10-12).

Conhecer os lugares de memória dessa passagem do bando de Lampião pela cidade de Dores nos ajuda a avaliar o tamanho da urbe naquela época, uma vez que, após essa indesejada visita, trincheiras foram construídas nas entradas da cidade. As trincheiras eram buracos no chão que serviam de guarita para os soldados da volante que foram contratados para proteger a cidade e evitar nova incursão do grupo lampiônico. Podiam ser feitas também com o uso de fardos de algodão, principal lavoura do município na época. Elas localizavam-se nas esquinas das atuais ruas Benjamin Constant com Edézio Vieira de Melo (nas proximidades da popular padaria de Borrachinha), das ruas Francisco Porto com Tertuliano Junqueira Simões (perto da antiga bodega de dona Carmelina), das praças da Matriz e José Barreto de Souza e das avenidas Lourival Baptista

e Presidente Médici com a praça Joel Nascimento.

As trincheiras evitaram nova entrada do bando de Virgolino Ferreira da Silva em Dores, dessa vez na noite 15 e madrugada de 16 de outubro de 1930. Porém, como não conseguiu seu objetivo, o mesmo cometeu diversos crimes na periferia e em povoados circunvizinhos. Sequestro no Cruzeiro das Moças e assassinato na fazenda Candéal (próximo ao povoado Varginha) de José Elpídio dos Santos; sequestro da mulher de Santo bodegueiro no Ascenso; assassinato de um deficiente mental (cujo nome não se registrou para a história) e castração de Pedro Batatinha nas proximidades do povoado Taboca. De todos esses crimes, no entanto, apenas o assassinato de Elpídio foi investigado pela Justiça, fazendo de Dores a única cidade sergipana a processar criminalmente Lampião (MARQUES, 2017, p. 214-221; PRATA, 1934, p. 95-90; SANTA-ANA, 2007, p. 10-12).

Nas memórias do cangaceiro Ângelo Roque da Costa, o Labareda, captadas pelo médico Estácio de Lima quando o bandoleiro esteve cumprindo sentença na penitenciária de Salvador (BA), ficou eternizado o que ele denominou de *um caso da peste...*, a castração de Pedro Batatinha, capturado nas proximidades do povoado Taboca, em Nossa Senhora das Dores, na manhã de 16 de outubro de 1930. O jovem, de pouco mais de 20 anos, ia para a cidade arrancar um dente que o incomodava há dias, quando foi surpreendido pela malta.

Eu vinha na frente, dando vanguarda, cumo bate-dô, conforme as orde du Capitão. Mais ditráiz vinha

Furtaleza i Cajuêro, irmão um du outro. Reconhe-  
cero u rapáiz. Tinha sido um, qui, quando eles vie-  
ro u'a vêis, aí, trabaía, pra ganha a vida, houve um  
brinquedo e esse tá di rapáiz tinha dito pra eles:

- Vocês nun são daqui, u qui é qui quere aí? Puxe  
pra fora!

Quando Furtaleza i u irmão mi arcançaro, já vinha  
cum u rapaz, nu, amarrado na sela du cavalo.

(...)

Us dois óvo fôro cortado a faca, i preparado impras-  
to di sá cum Pimenta, pra botá na capaçon.

(...)

Inda eu falei:

- Pruquê vocês nun mata logo ele, si é di fazê esse  
serviço?

Cumpade Virgino iscrareceu:

- U ixempro pra cabra ruim é esse mesmo.

(LIMA, 2014, p. 324-325).

Dias difíceis para a gente sertaneja e agrestina esses nos quais foram forçados a presenciarem capítulos da saga lampiônica. Dessa época, resistem em Nossa Senhora das Dores alguns lugares de memória que representam o temor vivido pela população. É o caso da Mata da Serrinha (povoado Serra) e da Gruta da Salvação ou Toca do Lampião (povoado Cruzes), locais que eram utilizados pelo povo que sofria as agruras daquele tempo para se esconder quando ouvia notícias de cangaceiros na redondeza e passavam à população a sensação de segurança.

Igualmente, existem ainda os registros da presença do bando liderado por Zé Sereno (José Ribeiro Filho, 1913-1981), na verdade um subgrupo do bando de Lampião. Trata-se da fazenda Cajueiro, situada no povoado de mesmo nome, que pertencia ao Coronel Vicente Ferreira de Figueiredo Porto (1876-1949) e que Sereno invadiu, ocorrendo nela tiroteio entre cangaceiros e o coronel numa noite da década de 1930. Era o chamado *Fogo do Cajueiro*. Já em 1937 (um ano antes da morte de Lampião em Angico, Sergipe, e do início do fim do cangaço lampiônico), os dorenses presenciaram o *Fogo do Salobro*, ocorrido na fazenda Salobro (do coronel Manoel Leônidas Bomfim) e que envolveu o bando de Zé Sereno e a volante chefiada por Balthazar dos Santos, que vinha no seu encaço desde o Saco do Ribeiro (atual Ribeirópolis). Nesse confronto, um cangaceiro foi morto e decapitado, tendo sua cabeça levada como troféu (LIMA IRMÃO, 2014, p. 531-532; MARQUES, 2017, p. 222-230).

Sobre os fatos ocorridos na fazenda Salobro, numa clara demonstração das dificuldades que eram impostas aos que desejavam combater o banditismo, anotou o articulista do jornal *Correio de Aracaju*:

Dormiam os bandidos de José Sereno a somno solto, sem guardas, sem vigias, despreocupados, quando se aproxima a volante de Ribeirópolis, chefiada pelo destemido Baltazar, filho de José Ceará. Eram 11 horas da noite. (...) Um da volante, pé ante pé, aproxima-se e descarrega seu fuzil quatro vezes e em nenhuma delas deflagaram as balas. É quando se acordam os bandidos e rompem o tiroteio, fugando em seguida, depois de deixar um companheiro em campo (CORREIO DE ARACAJU, 25 de junho de 1937).

Assim sendo, a saga cangaceira deixou muitas lembranças em solo dorense, tanto na cidade quanto no interior do município, sendo que estes locais de memória têm atraído cada vez mais a atenção de pesquisadores e podem, no futuro, atrair também turistas, como ocorre em várias partes do nordeste brasileiro. Afinal, o turismo é, na atualidade, a atividade econômica que mais impulsiona a economia em todo o mundo, fazendo surgir em torno de si uma rede de comércio e serviços associada ao transporte, alimentação e estadia do visitante, bem como à produção e disponibilidade aos mesmos de *souvenires*, passeios guiados, dentre outros. É uma oportunidade que o município pode aproveitar para, integrando-se aos roteiros já constituídos, que ligam a capital Aracaju à Grota de Angico, estando Dores estrategicamente situada em seu centro, fazer dos momentos de dor e tensão vivenciados pelas gerações passadas as fontes para a geração de emprego e renda aos dorenses de hoje e de amanhã.

Dessa forma, um conjunto de instituições, à frente as Academias Dorense de Letras e Brasileira de Letras e Artes do Cangaço, o Projeto Memórias e a Secretaria Municipal de Cultura, dentre outros parceiros, busca viabilizar a chamada *rota dorense do cangaço*, com a criação de um roteiro histórico composto por lugares de memória de fatos ligados à presença de Lampião e seus asseclas em terras das Dores, com a identificação desses locais com marcos indicativos e sua associação a espaços de hospedagem, cultura e gastronomia. Ação que necessitará da apropriação, pela população local, do conhecimento histórico já produzido sobre os fatos ocorridos em solo dorense e pelo reconhecimento de alguns desses lugares de memória como patrimônio histórico do município.





### Parte 3

## *A BORDO DO TEMPO*

A cancela se fechou  
ao inventário dos bens  
acumulados.

Coleta de riso  
cargas de alegria  
cestas de labores  
baús de lembranças  
marombas fraternas  
medidas-desespero  
salamins de saudade.

A cancela se fechou  
definitiva  
e só ficou verdadeiro  
o retrato de tudo  
na parede da alma.

Manoel Cardoso, em *A bordo do tempo*.





**Imagem 13:** Primeira imagem da padroeira (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2011)

# DE POVOAÇÃO DOS ENFORCADOS A MUNICÍPIO DA VILA DE NOSSA SENHORA DAS DORES<sup>20</sup>

Seus encantos  
Cantos  
Recantos.  
Suas cores  
Dores  
E amores.  
Sua História  
Secular  
A cada espinho  
Várias flores.  
O seu povo  
Nosso orgulho

---

<sup>20</sup> Conferência ministrada em 23 de outubro de 2020 durante sessão conjunta da Academia Dorense de Letras (ADL) e da Academia Sergipana de Letras (ASL) em alusão ao centenário da cidade de Nossa Senhora das Dores.

Seu passado  
Seu porvir.  
Suas igrejas  
E praças  
Seus canteiros  
Seus jardins.  
Dos lugares aonde andei.  
Das muitas coisas que vivi.  
Uma certeza guardei  
E não há como fugir.  
Posso até sair de Dorés  
Mas Dorés...  
Não sai de mim.

José Aldo de Souza Leite, em “Ser dorense”.

Esse sentimento que une os habitantes de Nossa Senhora das Dorés em torno do conhecimento de si mesmos é objeto de estudo e inspiração para pesquisadores, artistas, poetas, músicos, cronistas, enfim, para os que se valem do seu talento como meio de expressar o orgulho de SER DORENSE. Em cores e letras de amor, sua história vai sendo vivida, rememorada e escrita.

Podemos denominar a literatura de arte da percepção, da tradução de sentimentos através das letras. Tradução que, quando feita através da poesia, é como se diversos *sentires* se encontrassem, se entrecruzassem, ligando fios, formando teias, dando às palavras escritas e imortalizadas no papel um sentido ainda mais forte e uma característica ainda mais marcante. Afinal, através da palavra “nos transportamos ao Infinito” (CARDOSO, 2010, p. 21) do sonho, da realidade, do passado, do presente, do futuro, de nós mesmos.

É partindo dessa constatação que nos chega um trecho do poema *Destruíram*, da obra *Translúcido silêncio* (2003), de Manoel

Cardoso, no qual o autor dá voz aos que, como ele, anseiam pela memória, desejam vê-la preservada na imaterialidade de suas festas religiosas e profanas, na materialidade de seus monumentos e construções, na alma e no coração de seu povo.

Demos a palavra ao poeta que, emigrado do chão natal pelas circunstâncias da vida, com ele levou-o e a ele devotou uma robusta obra em forma de prosa e verso: “Destruíram todos os ícones / de minha cidade / riscaram toda a herança de sua gênese” (CARDOSO, 2003, p. 50). Colocando na conta do progresso a faina por edificar uma cidade *moderna*, que virou as costas para o seu passado de lutas e glórias, em tom saudosista, Cardoso conclui que “À Enforcados, a antiga / decretou-se pena de morte / sepultou-se” (CARDOSO, 2003, p. 51).

Por sua vez, no poema *Se te busco*, o autor de *Translúcido silêncio* chama atenção para a necessidade de se revogar a pena de morte à qual foi condenada a história do lugar outrora denominado Enforcados.

Se te busco  
ó cidade minha  
é porque me sinto parte  
de teu corpo  
célula de teu ventre

Se ainda teimo  
em preservar-te  
renomeando-te  
tornando-a mágica  
etérea  
é porque a palavra é forte

e, registrada, é pedra, é ferro  
faz-se indestrutível  
(...)

Hoje, é apenas um anelo  
que se traduz em dores  
no estrangulamento  
de um enforcado  
que se quis amante de ti  
*minha cidade.*

(CARDOSO, 2003, p. 42 – *grifo do autor*).

Esse anseio por ver a cidade em que habita ganhar voz através da preservação e da valorização das suas histórias se materializou no mesmo ano da publicação do clamor cardosiano, através de uma instituição que ganhou o nome de Projeto Memórias e aglutinou professores, historiadores, agentes culturais, enfim, pessoas que comungavam dos mesmos objetivos, que se disponibilizavam a mergulhar no pó dos arquivos e nos mais escondidos recantos das lembranças daqueles que viveram a Nossa Senhora das Dores de outrora. E mais, que se dispuseram a escrever, editar informativos, publicar livros, desenvolver atividades educacionais, como palestras, encontros, oficinas e demais ações de socialização do que estava sendo produzido acerca do conhecimento da história e da cultura locais.

Afinal, nesse início de século XX, poucos eram os escritos disponíveis sobre a cidade e sua formação, destaque para a *Enciclopédia dos Municípios*, publicada pelo IBGE no longínquo 1959 e atualizada em 1985 com o volume 184 das *Monografias municipais*.

Também vamos encontrar o livro *Agência de N. S. das Dores*, lançado pelo Banco do Nordeste do Brasil por ocasião da inauguração de sua filial na cidade, em 1975. Além de uma matéria jornalística na qual constam alguns senões e que depois se tornou o compilado *História dos Municípios*, editado pelo semanário *Cinform* em 2002.

As quatro publicações praticamente seguem um mesmo norte na escrita da história dorense, resumindo-se à primeira referência documental ao nome que deu origem ao lugar e à sua formação administrativa, judiciária, eclesiástica e econômica. Em alguns desses escritos, ao tentar redigir a informação de forma diferente daquela que lhe serviu de base, o autor, ou os autores, confundiu ou omitiu fatos e datas. O maior de todos os equívocos constantes nessas obras foi, com certeza, dar a entender ou deixar explícito que a emancipação política do município se deu a 23 de outubro de 1920, juntamente com a criação da cidade, imprecisão que se confirmou através de pesquisas realizadas no Projeto *Memórias* e expostas à apreciação dos leitores e do poder público, chegando a originar legislação reparativa ao 11 de junho de 1859, quando se deu, de fato, a fundação da municipalidade.

Ao *Memórias* tem se juntado, ao longo desses quase vinte anos de pesquisas e ações educativas, novas entidades que, igualmente, vêm contribuindo para a salvaguarda da história local e a construção da valorização e da preservação da mesma, criando um sentimento de ligação com Nossa Senhora das Dores, seus saberes, fazeres, crenças, sabores, lugares e coisas ao qual se denominou de *dorensidade*. Museu Caipira, Academia Dorense de Letras (a filha mais importante do Projeto *Memórias* e continuadora de seus

propósitos), Grupo Enforcadense de Estudos Literários e Projeto Dores 100 anos de cidade, são exemplos de sementes plantadas e que vêm gerando bons frutos de preservação histórico-cultural.

Falando em Museu Caipira, foi nas suas proximidades que ocorreu o mais importante achado histórico dos últimos tempos, através de um salvamento arqueológico às margens da estrada que dá acesso ao lugar, no povoado Cachoeirinha, a vinte e dois quilômetros da sede municipal. Trata-se de duas peças de uma urna funerária e de uma machadinha de pedra polida, exumadas em 2018 por técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir de descoberta feita pelo curador do Museu, o pedagogo Valtênio Santos Santana (SILVA, 2019, p. 174-181). O achado revelou a presença de povos agricultores e ceramistas na região, entre os séculos IX e XVIII, vinculados à cultura *aratu* e a práticas como o cultivo de mandioca, feijão, milho e amendoim; o aldeamento em platô próximo a riachos como o Jacoca; a cerâmica utilitária produzida por meio do acordelamento; e o ritual de sepultamento secundário no interior de aldeia circular (CARVALHO, 2003, p. 3-18). É o início da história da arqueologia em Nossa Senhora das Dores, cujas pesquisas podem revelar novos capítulos da trajetória de seu povo anteriores à chegada dos colonizadores europeus. Esse período pode ser denominado de *pré-escrita* (até 1606) e esse achado em Cachoeirinha o ponta pé para seu estudo e compreensão.

Já no *período de ocupação territorial pelos brancos* (entre 1606 e o nascimento, pelas mãos dos europeus ou de seus descendentes, de uma povoação denominada de Enforcados), começa com

os primeiros contatos entre nativos e colonizadores em Sergipe, uma história escrita com luta, também, pela preservação da memória e da cultura desses habitantes primeiros.

Afinal, a denominação de *Enforcados* dada a um local situado entre os rios Sergipe e Japaratuba, bastante cobiçado pelos criadores de gado, não foi por acaso. Sua mais remota menção é uma carta de sesmaria, de 04 de outubro de 1606, na qual se doavam terras para a pecuária. Assim, os primeiros anos após a *guerra de conquista de Sergipe* (1590) não foram caracterizados apenas pelo avanço da colonização, materializada na fundação da cidade de São Cristóvão e de currais de gado ao longo dos rios, mas, de resistência dos que antes habitavam aquelas paragens e que delas não desejavam sair. De luta pelo direito de *ser índio*, de manter seu modo de vida e sua relação com a terra. Luta essa que foi reprimida com o extermínio na força como meio de impor a ocupação pelo terror, pela negação da história e da cultura local (CARVALHO, 2015, p. 17-23).

A denominação Enforcados, muito mais do que carregar uma pseudomaldição, muito mais do que ser uma incômoda história que deve ser esquecida, precisa ser encarada como sinônimo de orgulho, de patrimônio desse lugar de resistência, de luta pelo direito à cultura, de início de uma nova realidade baseada no conhecimento do passado e na sua valorização enquanto parte de cada um de nós. Esse lugar, “que tão célebre nome deixou na História de Sergipe” (SILVA LISBOA, 1897, p. 137), como afirmou o professor Luís Carlos Silva Lisboa, em 1897, representa o que assegurou o sociólogo Ariosvaldo Figueiredo, em 1981, “mais que símbolo, é a história do índio, em Sergipe” (FIGUEIREDO, 1981, p. 9).

Além da primeira doação de terras na região dos Enforcados, a Pero Novais de Sampaio em 04 de outubro de 1606, outras foram as tentativas de povoar e explorar a área situada entre os rios Sergipe e Japarutuba. Dois dias após essa sesmaria, foi a vez de Domingos Fiz e Domingos Lourenso, esse último cunhado de Sampaio e seu sócio em outras concessões, também receberem seu quinhão naquele lugar que “nunca tinha sido povoado de brancos” para, igualmente, “pastorar seus gados e criações”. É provável, no entanto, que nenhum deles tenha de fato ocupado tais terras, pois, em 08 de junho de 1623, foi a vez de Bernardo Correia Leitão ser agraciado com uma área de quatro léguas entre a *tapera* dos Enforcados, o rio Sergipe e o rio São Francisco. Para além de o termo *tapera* significar “aldeia abandonada” ou “habitação em ruínas”, dando indícios da afirmação anterior, é fato que, buscando ocupar o território de forma rápida, a coroa portuguesa adotava tolerância cada vez menor com os receptores que não efetuavam a posse, rapidamente passando-a a outro que o fizesse com maior celeridade. Já em relação a Leitão, é possível que o tenha feito à contento, uma vez que ele consta como possuidor de um curral de gado nas proximidades do rio Sergipe em relação apresentada em 1642 por Domingos da Cruz Porto Carreiro ao Conde Maurício de Nassau (governador do Brasil sob domínio holandês). Outrossim, em 1663 Bernardo Leitão aparece como ouvidor da Capitania numa contenda com o capitão-mor Ambrósio Luiz de La Penha, numa clara alusão à sua permanência em Sergipe d’el Rey (FRANCO, 1999, p. 187-188; FREIRE, 1891, p. 349-422; LIMA JUNIOR, 1985, p. 18; NUNES, 2006, p. 332).

Sobre a *povoação dos Enforcados*, mesclando brancos e ín-

dios, só há indícios de meados do século XVIII. Em sua *Relação dos logares, povoações e rios da Freguesia de Jesus, Maria José e São Gonçalo do Pé do Banco, no Arcebispado da Bahia*, de 1757, o vigário João Cardoso de Sousa traz o seguinte registro:

Entre o rio de Sergipe e o rio Seriri mais encostada a este se acha a Igreja Matriz de Jezus Maria Joseph e São Gonçalo do Pé do Banco com muito poucos moradores: entre os dous rios para a parte do certão que he para o Norte, distancia de quatro legoas mais ou menos se acha povoado de poucos moradores, e dahi para sima nenhuns, por serem terras fragozas e inabitáveis (SOUSA. Apud: SILVA, 1913, p. 224).

Certamente, era Enforcados.

Já a Freguesia do Pé do Banco, realmente era diminuta, pois, em 1775, ela consta em *Mappa* como possuidora de apenas 1.162 habitantes divididos em 162 residências (SILVA, 1914, p. 289). A povoação e a freguesia ficavam nas terras jurisdicionadas à Vila de Santo Amaro.

Os registros históricos sobre o referido povoado, vão se ampliando a partir do início do século XIX, acompanhando o crescimento do mesmo, associado à lavoura do algodão, mas, também, à criação de gado e à sua localização estratégica, situado que estava no agreste sergipano, entre o litoral e o sertão. Em sua *Memoria sobre a Capitania de Serzipe*, o ex-vigário do Pé do Banco e depois bispo do Maranhão, Dom Marcos Antônio de Souza, coloca Enforcados como um dos maiores produtores de algodão, cultivado

nas matas vizinhas do rio Sergipe e podendo se tornar “um ramo considerável da lavoura e commercio d’ estes habitantes” (SOUZA, 1944, p. 36). Ali também se plantava arroz na nascente do rio Siriri (atual açude público), na fazenda João Ventura, como consta em *Notícia topográfica da Província de Sergipe* redigida em 1826 pelo padre Ignacio Antonio Dormundo por ordem do Conselho do Governo (NUNES, 1978, p. 183). Dois anos depois, o lugar é denominado de *Nossa Senhora das Dores dos Enforcados*, em carta do juiz de paz Joaquim Pedro de Aragão, na qual denuncia ao presidente da Província os nomes de dezenas de ladrões de gado do lugarejo e das cercanias, demonstrando a importância que essa atividade possuía. Nesse mesmo ano, 1828, foi adquirido um imóvel para o funcionamento do quartel de polícia. O acréscimo do “Nossa Senhora das Dores” ao nome do lugar é um indicativo claro da existência de uma capela votiva a essa invocação mariana, ao redor da qual o arruado foi se desenvolvendo (CARVALHO, 2015, p. 25-26).

Já a década de 1830 foi movimentada por aquelas bandas. Durante a *Revolta de Santo Amaro*, em 1835, consta que na contenda entre santamarenses e maroinenses “Francisco Pereira de Góis arrebanhava índios nos Enforcados” (WYNNE, 1970, p. 167). No mesmo ano, o presidente da Província Manoel Ribeiro da Silva Lisboa autorizou a criação de cadeira de primeiras letras para meninos na referida povoação, dando início à história da educação formal na localidade (LISBOA, 1835). Também se percebia nessa época uma postura de politização e defesa dos interesses locais por parte dos enforcadenses, o que ficou claro em sua luta pela elevação da povoação à categoria de Freguesia, o que representaria não so-

mente a criação de uma Paróquia, com a presença de um sacerdote para ministrar os sacramentos da Igreja Católica, mas, o cerne da independência política iniciada com a fundação de um Distrito Administrativo e a futura ascensão à categoria de Vila (CARVALHO, 2018, p. 85-90).

Derrubada em sessão da Comissão de Justiça Civil e Eclesiástica da Assembleia Legislativa Provincial de 10 de maio de 1843, a proposta de elevação da povoação de Nossa Senhora das Dores dos Enforcados à categoria de Freguesia foi retomada no final da década seguinte, quando a mesma comissão aprovou, em 05 de março de 1857, projeto de resolução apresentado pelo deputado Antônio Joaquim da Fonseca Neves. O mesmo foi a plenário, sendo acatado em 20 de abril de 1858, indo à sanção do presidente da Província e dando origem à Resolução nº 491, de 28 de abril de 1858 (CARVALHO, 2018, p. 85-90). Nascia a Freguesia de Nossa Senhora das Dores e, pouco mais de um ano depois, a 11 de junho de 1859 (Resolução nº 555), o povoado, sede da Freguesia, foi emancipado politicamente do município de Nossa Senhora da Purificação da Capela. Surgia, aí, o município de Nossa Senhora das Dores, cuja sede recebeu a denominação de Vila.

Datam dos anos 1850, por exemplo, a mais antiga menção à feira livre (numa postura da Vila de Capela de 1852), além do fato de o pequeno templo da povoação ser edificado em madeira (em relatório do vigário do Pé do Banco, Cônego Gonçalo Vieira de Melo, de 1855) e da criação da cadeira de primeiras letras para meninas (em 23 de abril de 1857). Sobre a feira semanal, espaço de distribuição de produtos da economia local e de chegada de outros

tantos vindos de fora, consta no artigo 4º da postura municipal da Vila de Capela de 1852 a proibição de qualquer tipo de jogo e rifa na feira da sede do município e na dos Enforcados, deixando-nos o entendimento de que já existia naquela data e sendo a referência mais antiga à mesma, que em 1861, através de posturas da Vila das Dores, passou a ser realizada às segundas-feiras entre o lado direito da Igreja Matriz (a oito braças da mesma) e a rua na qual ficava a casa de Victor José de Barros. Por sua vez, também em legislação local, como “respeito a Casa de Deos”, foi proibida de ser efetivada ao lado da Matriz e transferida para um terreno acima da rua do Comércio. Trata-se da atual praça José Ivan Pereira dos Anjos, que durante muito tempo era chamada de *praça da feira* (CARVALHO, 2018, p. 107; 368-370).

Ainda na década de 1850, dois outros fatos ilustram a forte politização de sua população e seu sentimento emancipacionista em relação à Vila da Capela. O primeiro deles foi a mobilização dos seus moradores contra a aprovação de posturas (leis municipais) da referida Vila que estabeleciam regras de ordenamento urbano que atingiam diretamente as edificações existentes e futuras no povoado. As mesmas acabaram sendo aceitas pelo legislativo provincial e transformadas na resolução nº 279, de 13 de abril de 1850. Por outro lado, não tendo encontrado apoio da Câmara capelense em denúncia, de 1857, em desfavor de José Manoel da Silveira e contra o ilegal desmatamento que ele promoveu numa área nas cabeceiras do brejo próximo ao povoado, onde existiam fontes de água potável das quais se valiam seus moradores, os enforcadenses recorreram à Assembleia Provincial, que atendeu seus anseios e autorizou o Go-

verno a formar uma Comissão, chefiada pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pyrrho para avaliar a construção de uma fonte pública. Do relatório apresentado pelo consagrado projetista da capital Aracaju, de 21 de fevereiro de 1859, surge o conhecimento de “um manancial abundante d’água potável” que até hoje caracteriza a localidade como um “oásis na porta de entrada do sertão” (CARVALHO, 2015, p. 28-32).

Cabe aqui, também, breve abordagem sobre o fato de Enforcados ter-se tornado Nossa Senhora das Dores. Segundo Laudelino Freire, o mesmo se deu por conta de uma ameaça de excomunhão pronunciada por um missionário contra quem usasse o antigo topônimo (FREIRE, 1898, p. 82). Tal assertiva, no entanto, não tem ressonância nas fontes históricas que foram por nós consultadas, não nos permitindo saber quando ocorreu essa ameaça nem quem foi o dito missionário, sequer se realmente isso aconteceu. O que é possível asseverar à luz dos indícios é que, após a edificação da capela dedicada à Nossa Senhora das Dores, numa relação clara com o fato primevo (a dor dos mortos na forca), o lugar, aos poucos, foi sendo chamado de Nossa Senhora das Dores dos Enforcados. Com a criação da Freguesia (1858) e do município (1859), suprimiu-se de seu nome oficial aquele topônimo primeiro, que se desejava esquecer por ser considerado incômodo. Assim, a denominação sacra foi, aos poucos, se impondo à profana (CARVALHO, 2015, p. 27).

Como dito anteriormente, a elevação da povoação à categoria de Freguesia foi o pontapé para a criação do município, para a emancipação política do lugarejo que se tornou sede da municipalidade com o *status* de Vila, a *Vila de Nossa Senhora das Dores*. Seu

território desmembrou-se dos vizinhos Divina Pastora e Capela, sendo que a este último pertenceu, politicamente, Enforcados. Seus limites eram os mesmos da Freguesia, provocando disputas territoriais e revisão de fronteiras, sobretudo com Capela e Itabaiana. Por sua vez, para concretizar a independência, realizou-se, em 16 de setembro de 1860, a eleição para escolha do juiz de paz e dos vereadores que deveriam gerir a nova municipalidade, conforme regia a Constituição brasileira, de 1824, e a Lei de organização municipal, de 1828. Assim, cabiam à essas circunscrições administrativas o governo local, com funções que hoje são dos poderes Executivo e Legislativo. Instalada a Câmara, com a posse dos seus ocupantes em 28 de abril de 1861, estava também instalado o município da Vila das Dores e concretizada a sua emancipação (CARVALHO, 2015, p. 39-50).

Sobre os trabalhos empreendidos pelos camaristas, nos restaram importantes documentos como os códigos de posturas, leis municipais que eram criadas pelos edis e submetidas à aprovação da Assembleia Provincial. Dessa legislação do século XIX, nos chegaram as de 1861, 1866, 1875 e 1883. Nela, destacam-se a preocupação com o ordenamento urbano, a limpeza pública, a qualidade da água consumida, o combate a doenças epidêmicas e a regulamentação de atividades econômicas, como o abate de animais e o comércio na feira livre e nas lojas nascentes (SERGIPE, 1868; 1880; 1888).

Díficeis foram os primeiros tempos da vida econômica da Vila das Dores e da existência de seus moradores, abaladas que foram pelas secas periódicas e pelas sucessivas doenças epidêmicas, como

cólera, varíola, febre amarela, dentre outras. Vidas ceifadas pela peste e economia devastada pelas crises que a elas se sucediam, foram uma realidade com a qual os dorenses tiveram que se adaptar.

Três relatos demonstram muito bem a situação daquela gente na segunda metade do século XIX. Abordando os impactos da epidemia de cólera sobre os dorenses, entre 1862 e 1863, relatou o presidente da Província Joaquim Jacintho de Mendonça (1863, p. 15) que o lugar “como sabeis, é pouco extenso, e sua população limitada: assim mesmo foram acometidas para mais de 510 pessoas, e falecerão cinquenta e duas”. Sobre a seca de 1870, que se prolongou por cinco anos, o também presidente da Província, Francisco José Cardoso Junior (1871), informou aos deputados ter enviado em 1871 donativos aos dorenses, “povo desvalido [que carece de] pão para saciar a fome, que o consome”, recebendo do governo carne, farinha, feijão, milho e bolacha, além de sementes de algodão para plantio no inverno seguinte. Já o padre João de Maria (1887, manuscrito), em relato ao arcebispo dom Luiz Antônio dos Santos, no ano de 1887, referiu-se a sua Freguesia como uma “terra pobríssima porém riquíssima de bom sentimento católico”, estando imersa em uma crise espantosa, sendo, ele próprio, vítima das mesmas angústias de seus paroquianos, cujo trabalho resultava apenas no alimento do dia.

Apesar da situação de penúria, motivada tanto pela situação interna já relatada quanto pelos conflitos externos que afetaram as exportações, como a Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865) e a ocupação inglesa no Egito (1882), os produtores da principal lavoura do município, o algodão, buscaram investir em melhora-

mento genético, como comprovam anúncios da venda de sementes vindas dos EUA e da Europa em jornais da década de 1870. Assim sendo, em meio ao descrédito quanto ao produto dos algodoads sergipanos, aquele que brotava nos campos dorenses foi se impondo como o de melhor qualidade, competindo, no final do oitocentos e início do novecentos, com os de outras províncias e se consolidando no mercado brasileiro e estrangeiro. Impulsionado pelo algodão e pela localização na região central de Sergipe, o comércio local também se desenvolvia nessa passagem de século. A bovinocultura, igualmente, se expandia naquelas terras férteis (CARVALHO, 2015, p. 60-63).

Com uma população de 12.524 habitantes, segundo o recenseamento realizado em 1900, sendo 6.129 homens e 6.395 mulheres, a maioria dos quais vivendo na zona rural, o município viveu a última década do século XIX e a primeira do século XX em meio aos conflitos políticos deflagrados pela proclamação da República (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1905, p. 105). Nesse ano, era intendente do município, cargo equivalente ao de prefeito na atualidade, o tenente-coronel Luiz Correia de Azevedo (1900-1901). Outra liderança desse período, uma vez que fora intendente no biênio 1896-1897 e conselheiro (vereador) entre 1898 e 1900, era o coronel Vicente Ferreira da Silva Porto, conhecido como Sinhô Porto (1855-1915).

Sinhô Porto foi o braço armado do faustismo em Nossa Senhora das Dores durante a contenda entre o senador monsenhor Olímpio de Souza Campos (1853-1906) e o deputado Fausto de Aguiar Cardoso (1864-1906), conhecida como *Revolta de Fausto*

*Cardoso* (1906), levando à renúncia forçada do presidente do estado de Sergipe, Guilherme de Campos, irmão de Olímpio. Nas lutas que se seguiram à queda do governante olimpista, Porto organizou a *Legião Doreense*, um grupo de 400 homens armados que tomou o controle da Vila das Dores, captou recursos financeiros e mantimentos e marchou até Divina Pastora, onde as forças faustistas se reuniram e marchariam à capital Aracaju. O movimento, entretanto, foi debelado pelo assassinato de Fausto e, num revide, também de Olímpio. Retornando Guilherme de Campos ao governo, a intendência municipal de Nossa Senhora das Dores passou para as mãos do coronel Malaquias Curvello. Vicente Porto e seus adeptos foram vítimas da desforra, com o uso da violência policial contra seus correligionários, inclusive levando à morte de Emiliano José de Lima e à tentativa de assassinato do líder coronel Sinhô Porto que, diante da inércia da justiça, teve que deixar a Vila das Dores para jamais voltar.

A pacificação política viria apenas no início da década de 1910, quando o professor Orestes de Souza Andrade (1854-1945) e o comerciante Francisco de Souza Porto (1885-1964), aliados do líder político estadual general Manoel Presciliano de Oliveira Valadão (1849-1921), assumiram os rumos administrativos da Vila de Nossa Senhora das Dores, elevada à categoria de cidade em 23 de outubro de 1920. Ambos exerceram o cargo de deputado estadual, vindo a presidir a Assembleia Legislativa e ajudando a eleger para a intendência doreense seus aliados locais, dentre os quais o capitão Manoel Joaquim Soares (1872-1921), último intendente da Vila e primeiro da nova cidade (1920-1921). O próprio professor Orestes

foi intendente e conselheiro municipal em mais de um mandato (CARVALHO, 2012, p. 121-127; CARVALHO, 2015, p. 66-90).

Como registro marcante da história da Vila de Nossa Senhora das Dores, em seu último ano de existência, temos a obra do professor Clodomir Silva (1892-1932), o *Álbum de Sergipe* (1920), que reúne importante acervo de imagens clicadas em 1919 pelo fotógrafo de *O Estado de São Paulo* Leone Ossoviggi. Através delas, podemos passear pelas ruas de pedra do centro da urbe, conhecer seu casario, guiando-se pela torre da Matriz e em meio a residências e prédios públicos da rua e da praça do comércio. Com cerca de 15 mil habitantes, o município se destacava pelo cultivo de cereais, comércio de peles, criação de gado e pela lavoura de algodão, sua indústria principal. Outrossim, o professor Clodomir ressaltou a boa impressão que teve da sede municipal, com “um dos mais pitorescos aspectos das localidades do Estado [sendo] uma villa assejada e cuidadosamente dirigida, primando a Intendencia em mantel-a sempre na melhor condição de regularidade” (SILVA, 1920, p. 240).

Eis alguns capítulos da história desta terra que já fora dos Enforcados e hoje é consagrada a Nossa Senhora das Dores, conforme nos chegou através de indícios presentes nas mais diversas fontes históricas que resistiram à passagem do tempo, desde antes da presença dos colonizadores até as vésperas de sua elevação à categoria de cidade. Cidade que carrega em suas origens o sangue e o suor de sua gente nas lutas diárias pela sobrevivência. Cidade que é poesia transcrita em cores de *Reminiscências*, como bem o fez o poeta José Lima Santana em seu *Para jamais esquecer*:

Vivas lembranças  
Das tardes fagueiras  
De quando eu menino  
assaltam-me agora.  
Ah,  
Os nossos jogos e brincadeiras  
Na praça João Ventura!  
Oh,  
Aquele rostinho desfigurado  
Da menina morta no caixãozinho branco!  
Foi na praça João Ventura  
que conheci  
As primeiras venturas  
E aventuras da vida.  
Vida brava,  
bela, bruta,  
breve, muito breve.  
(SANTANA, 1989, p. 18).

Inspiremo-nos!





**Imagem 14:** Residência na praça da Matriz, datada de 1922  
(foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2020)

# O CENTENÁRIO DA CIDADE DE NOSSA SENHORA DAS DORES E SUAS MEMÓRIAS

DORES é a palavra breve que os sergipanos empregam para resumir a extensão do patrimônio de seu município do oeste.

A história dessa comuna, se pudesse ser revivida nesta página de revista, ofereceria aspectos interessantes da colonização sergipana, jornadas de coragem e trabalho da gente que ali se instalou

*Revista da Associação Sergipana de Imprensa, em 1960.*

Aos que buscam rememorar a história de um indivíduo, de um povo, de um lugar, diversas formas se impõem. Seus feitos, seus encantos, seus desafios vencidos, suas derrotas e os ensinamentos

que elas trazem, seus potenciais a serem explorados, suas origens, as faces, os saberes, as crenças e os fazeres de sua gente. Enfim, o escrevente, de acordo com seus interesses e objetivos com a escrita daquela história, que se conecta a outras histórias, pode escolher a abordagem que melhor convier ao contexto.

Traçar *fios de memórias* de um lugar que outrora chamou-se Enforcados e que na atualidade atende pela denominação de Nossa Senhora das Dores, ou apenas Dores, necessariamente passa pela história de seu nome, um nome que carrega dissabores, é verdade, mas que deve orgulhar os viventes d'uma cidade cujos primeiros habitantes foram vítimas de martírio na forca por defenderem seu direito de serem índios, de falarem sua língua-mãe, de cultuarem seus deuses, de habitarem sua terra e ali viverem conforme seus hábitos ancestrais. É, também, trazer à tona a forte religiosidade de sua gente, que consagrou aquela terra banhada de sangue à fé na proteção de uma *mulher forte aos pés da cruz*, a Mãe d'Aquele que, na crença de seus habitantes, padeceu crucificado por amor à maior criação de seu Pai (o homem).

Assim sendo, a cidade de Nossa Senhora das Dores, no oeste do estado de Sergipe, com suas dez décadas de história, faz-se lembrar primeiro como uma *cidade de mártires*, mas, igualmente, como uma cidade circundada por serras e tabuleiros nos quais correm águas que tornam seu clima ameno e atrativo na porta de entrada do sertão, ou como uma cidade de um povo hospitaleiro, trabalhador e que envereda, com fé, pelas artes e pelas letras como forma de transcender a mera existência física.

Afinal, como bem sintetizou um de seus principais intérpretes, o escritor Manoel Cardoso, numa prosa poética com cores de orgulho por ser dorense, sua cidade era formada por

[...] um aglomerado de ruas que convergiam a uma praça, que ostentava uma igreja em seu centro. Outras praças e ruas foram surgindo, cujas primeiras construções imprimiam traços coloniais, entremeadas de ficus benjoim e de palmeiras imperiais. As principais ruas eram calçadas de pedras irregulares como tantas outras cidades brasileiras. O novo burgo primava pelas festas populares, pela culinária, pela feira de segunda-feira, pelos banhos no tanque e no açude, pelos aguadeiros que abasteciam de água a cidade, e pelos tipos populares que eram algo à parte, em seu dia-a-dia (CARDOSO, 2008. p. 3).

Era a cidade nascente que o poeta vislumbrava em seu rememorar de lembranças de um passado ainda vivo em suas melhores recordações. Um passado que o conectava a uma jovem cidade que fora a essa categoria elevada no longínquo dia 23 de outubro de 1920, cujo município sede nascera mais de sessenta e um anos antes, a 11 de junho de 1859, quando a agora cidade era chamada de Vila de Nossa Senhora das Dores. Naquele 1920, o algodão crescia nos campos e se fazia *ouro branco*, o gado desbravava outras paragens, a mandioca, o milho e outras lavouras de subsistência também eram presença na vida dos dorenses que testemunhavam o comércio crescer em torno de uma antiga feira que se realizava na praça central da urbe, numa conjunção de negócios semanal tão remoto quanto o próprio município.

Aquela segunda elevação, proporcionada pela promulgação

da lei estadual nº 797 de 23 de outubro de 1920, daria à sede do município de Nossa Senhora das Dores, agora como cidade, o reconhecimento do destaque socioeconômico e político que vinha conquistando na região por seu crescimento populacional, pela feira às segundas, pelo algodão em grande quantidade e de excelente qualidade exportado para várias partes do Brasil e do mundo, pela representação na Assembleia Legislativa de Sergipe com dois deputados. Ganharia a nova cidade, também, mais dois vereadores na composição de sua Câmara, que deveriam ser escolhidos numa eleição complementar realizada em 1º de maio de 1921.

Assim sendo, nas páginas que se seguem, buscaremos, à luz da bibliografia disponível, compor *fios de memórias* dos primeiros dez decênios da trajetória dessa que se fez uma das mais importantes cidades encravadas no coração do pequeno Sergipe.

Começemos pela *década de 1920*, que foi muito fecunda para a cidade dos dorenses, prestigiados pela coligação de seus políticos com a oligarquia dominante no Estado, elegendo os deputados Francisco de Souza Porto, Orestes de Souza Andrade e Álvaro de Souza Britto. Os dois primeiros em seguidos mandatos desde a década de 1910, chegando até a presidir a Assembleia. O último, eleito em substituição a Orestes no pleito de 1928. A presença forte desse grupo político, aliada à labuta dos moradores do campo e da cidade, desenvolvendo o comércio, a lavoura e a criação, levou benefícios à urbe como a edificação de um mercado municipal (1920-1922), a estação experimental do algodão (1923), a luz elétrica (1924), a estrada de rodagem até a cidade vizinha de Capela (1926), dentre outras benesses. Da arquitetura dessa época ainda resta, como me-

mória viva do desenvolvimento da jovem cidade, uma imponente residência na praça da Matriz, que traz em sua fachada impressa a data provável de sua conclusão, 1922. Outrossim, em 20 de maio de 1928 tinha início a construção do novo templo católico dedicado à padroeira Nossa Senhora das Dores, inaugurado em 30 de março de 1930 pelo padre João de Souza Marinho (1881-1960), com a beleza e a imponência de sua torre de inspiração gótica que a nova urbe almejava. O município contava, no ano da elevação de sua sede ao posto de cidade, 19.419 habitantes, a maioria dos quais residentes na zona rural (CARVALHO, 2015, p. 71-90; CARVALHO, 2018, p. 113-114; DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1930, p. 833).

No final dessa década, em 1929, a riqueza da cidade trouxe o dissabor da presença de cangaceiros do grupo do temido Lampião, o Virgolino Ferreira da Silva (1898-1938), que ali aportou em 25 de novembro de 1929, num dia de feira, exigindo dos doreses o pagamento de um resgate que varia, conforme a fonte da informação, de três a vinte e cinco contos de réis. Tentando fechar a porta somente após ser roubada, a municipalidade logo tratou de proteger a urbe através da contratação de civis para a formação de volantes e trincheiras para guarnecer as entradas de Dores, motivando uma desforra do cangaceiro, que, entre 15 e 16 de outubro de 1930, em seu périplo pela periferia da cidade e por alguns povoados, cometeu sequestros, tortura, assassinatos, castração, saques e outras atrocidades. Da tentativa de levar o cangaceiro às punições da lei, foi aberto processo crime contra o mesmo pelo martírio do jovem José Elpídio dos Santos, que pagou com a vida o preço de não delatar

os protetores dos seus conterrâneos. Essa foi a única vez em que o cangaceiro foi criminalmente processado em seus vinte anos de tropelias no estado de Sergipe (SANTANA, 2007, p. 10-12).

Importante relato desse período de crescimento e tensão nos chega através de obra organizada por Armando Barreto e publicada em 1933, o *Cadastro de Sergipe*. Administrada desde 26 de novembro de 1930 pelo intendente Raul Silveira (comerciante, proprietário de uma beneficiadora de algodão e do Cinema Ideal), a cidade possuía 583 casas e estava situada em extensa planície, muito própria a edificação, tendo como principal produto de sua economia o *ouro branco*, considerado de excelente qualidade, além da produção de cereais e do comércio de peles (BARRETO, 1933, p. 328-331). Com uma população de 23.772 habitantes, conforme levantamento de 31 de dezembro de 1932, “as rendas do município, são quasi todas dispendidas além das despesas com o funcionalismo, na defesa do banditismo que infesta os nossos sertões, sem haver para isso ainda, um remedio definitivo para extinção de tão terrivel praga” (BARRETO, 1933, p. 329).

Destaque-se, ainda, o fato de que, a partir dos *anos 1930*, houve grande avanço da atividade pecuária no município, fruto, sobretudo, da retração da lavoura algodoeira, que se aprofundaria na década seguinte. Conforme podemos apreender na obra do historiador Ibarê Dantas, a intensificação do cultivo do algodão no estado de São Paulo, o maior consumidor do produto oriundo dos vários estados nordestinos, provocou constantes quedas nas suas importações. Nem mesmo o investimento em melhoramento genético por parte de agricultores como Octacílio José de Menezes (1881-1965), che-

gando a criar um padrão de qualidade para seu algodão que ficou conhecido como *tipo Dores*, evitou a crise definitiva dessa malvã- cea no final dos anos 1940. Paralelamente, o gado bovino foi ad- quirindo valor comercial e foi ocupando essa lacuna. Aos poucos, os campos foram perdendo o seu alvor e se tonalizando do verde dos pastos para o vacuum. No início de 1943, o rebanho bovino lo- cal já era de 20.560 cabeças, tendo sido abatidos, no ano anterior, 1.257 animais (CARVALHO, 2015, p. 73-77; DANTAS, 1983, p. 31-35; DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, 1943, p. 162-163).

Na *década de 1940*, especialmente pela ação do vigário Cône- go Miguel Monteiro Barbosa (1902-1980), chegado à paróquia em 1935 e ali permanecendo até 1967, a cidade ganhou novo impulso sociocultural com a fundação da Biblioteca Paroquial Ceciliano de Andrade (1946) e do Sistema de Alto-falantes Vera Cruz (1948). O referido sacerdote tocava, ainda, as obras de embelezamento da igreja matriz (reinaugurada festivamente em setembro de 1954), o Centro de Ação Social da Paróquia (criado em 30 de outubro de 1949) e a edificação do prédio de um hospital a ser gerido pela As- sociação de Caridade de Nossa Senhora das Dores (cujo estatuto foi aprovado em 03 de maio de 1949). Outra importante iniciativa foi a criação, em 31 de julho de 1944, de uma Cooperativa de Crédito Agropecuário com o objetivo de facilitar a oferta de dividendos aos lavradores locais (CARVALHO, 2018, p. 117-122; INSTITU- TO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959 (a), p. 389).

Em *Sinopse estatística* editada em 1948 o Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística nos traz um bom panorama do município e da cidade nesse período. Mostra-nos, por exemplo, a evolução populacional dorense, que subiu de 19.858 habitantes recenseados em 1940 para 22.315 na projeção de 1945. A cidade ainda era o local de residência da minoria dos dorenses, apenas 3.407, contra 16.541 que estavam na zona rural no início da década. Havia mais mulheres que homens nos 940 quilômetros quadrados do município que, desde 31 de dezembro de 1943 deveria ser a sede de uma nova Comarca que abarcaria também Nossa Senhora da Glória. Sobre a urbe, o mesmo documento dá conta da existência de 18 ruas, 14 das quais com iluminação pública, luz que chegava a 193 domicílios. Existia, ainda, 1 posto de saúde, 1 biblioteca e 1 cinema. Em todo o município, 21 professores lecionavam para 710 alunos que iam com frequência às 21 escolas, dentre os 1.027 matriculados (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1948, p. 1-13).

A cidade dos mártires tornou-se, nos anos 1940, a cidade dos heróis de guerra. Afinal, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando as tropas brasileiras se engajaram no conflito e lutaram no *front* europeu ao lado dos Aliados e contra o nazifacismo (1944-1945), alguns dorenses colocaram suas vidas a favor dos valores democráticos e de liberdade, compondo as tropas de terra, mar e ar que formaram a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Nossos heróis condecorados foram o capitão da Aeronáutica Theodomiro Alves de Campos (1899-1974), o tenente Sizenando de Azevedo Faro (1923-2016) e o tenente da Marinha João Ferreira Campos (1907-1980). O primeiro, no pós-guerra, se tornou escri-

tor e publicou as obras *Rosa de minha vida* (1965) e *Olhando meu caminho* (1966). O segundo, natural do povoado Borda da Mata, foi também auditor fiscal do Ministério da Fazenda, bacharel em Direito e presidente da Associação dos Ex-combatentes do Brasil/Secção Sergipe (CARVALHO, 2013, p. 34; OLIVEIRA, 2017, p. 78).

Da pena do Capitão Théo, em *Olhando meu caminho*, surge a crônica *Sexta-feira da Paixão*, com um registro de tradições religiosas da cidade que impactaram a visão do escrevente.

No município de Nossa Senhora das Dores - a terra dos enforcados, conforme era chamada no comêço de povoamento, o que mais impressionou-me nesse dia e noite foi ver passar pela frente de minha casa na estrada da Tabua, próximo ao Cruzeiro das Velhas, como nós chamámos antigamente, às 4 horas e 30 minutos da tarde, mais ou menos, uma grande massa popular, conduzindo uma cruz de madeira, com dois metros de comprimento, aproximadamente, com uma toalha branca posta em seus braços.

Em número de duas a seis, viam-se môças vestidas de prêto. Essas moças chamavam-se 'beatas' - uso dêsse município. Vejo ainda, à meia-noite, homens enrolados em lençóis brancos, da cabeça até os tornozelos, deixando só os olhos, o nariz e a bôca descobertos, tudo isso de acôrdo com a era remota. Êstes homens, diz o povo desta cidade que são penitentes, e que saem de dentro do cemitério para percorrerem todas as cruzes entoando um cântico assim:

'Piedade, Senhor,

Tem de nós pecadores!'

Ao longe, bem longe, ouve-se o barulhar da matraca (...)  
praco, praco, praco, praco...

(CAMPOS, 1966, s/ p).

Os *anos 1950*, em Nossa Senhora das Dores, bem que poderiam ser chamados de anos da educação. Afinal, foi no início dessa década que saiu do papel um antigo anseio dos dorenses, o Grupo Escolar de Nossa Senhora das Dores, para o qual até foram adquiridas algumas casas na praça da Matriz, nos anos 1920. Ficou nisso até que, em 15 de março de 1950, sob a direção do Cônego Miguel Barbosa e na docência das professoras Maria Isabel Prado de Santana, Maria José Sousa, Maria Eulília da Costa, Maria Menezes Gois, Maria Núbia Garcia, Norma Menezes Lima e Otília Santana tiveram início as atividades da referida escola, que ganhou o nome de Grupo Escolar General Calazans, atualmente pertencente à rede estadual de ensino e possuindo a maior matrícula dentre as instituições educacionais dorenses. Ainda nesse decênio, sob os auspícios do professor Osman dos Santos Oliveira (1924-1985) e da professora Maria Menezes Oliveira (Luciene, 1933-2014), nasceu o Instituto Pedro II. O referido professor criaria também, em abril de 1951, o jornal *A Voz do Povo*, com parte noticiosa, literária, anúncios e variedades disponível aos 26.512 moradores do município e da circunvizinhança (A VOZ DO POVO, abril de 1951; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959 (b), p. 5).

E um poema de saudade de um filho ausente nos vem das páginas de *A Voz do Povo*, sob assinatura de Dermeval Mangueira. Vejamos um trecho:

Corri todas as ruas  
Praças  
E na Igreja  
Eu me enchia do teu amor

E tu me abraçavas  
Com teu carinho materno,  
Voltei Dores  
Voltei...  
E vi o meu desejo quasi consumado...  
Mas não está  
Eu vou embora  
Te deixo  
E te levo no coração  
Eu volto Dores,  
Eu volto  
E realizarei minha paixão  
(A VOZ DO POVO, nº3, 3 de junho de 1951, p. 3).

Já em 09 de março de 1959, por iniciativa do prefeito Francisco Paes de Santana e do juiz de direito da Comarca Aloísio de Abreu Lima (1931-2012), era instalado, no prédio do Grupo Escolar, o Ginásio Tertuliano Pereira de Azevedo, com oferta do inédito ensino secundário na cidade sob os auspícios da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG, hoje CNEC). Na direção da professora Marilene Nascimento de Oliveira, as aulas do Tertuliano, depois rebatizado de Francisco Porto, teriam início em 11 de maio de 1959. Seu prédio próprio seria edificado em 1968, sob a direção do padre José Araújo Santos (1925-2009) e com recursos adquiridos pelo prefeito Antônio Cardoso de Oliveira (Juquinha, 1922-2012) e pelo governador Lourival Baptista (1915-2013). (ABREU, 2019, p. 94; REVISTA DA ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE IM-

PRENSA, 1960, p. 63).

As referidas instituições escolares, somadas à biblioteca, ao cinema, ao sistema de alto-falantes e a outras iniciativas, impulsionaram o desenvolvimento do município através da educação e da cultura. Daí brotou uma geração que nas décadas seguintes consolidaria Nossa Senhora das Dores na dianteira regional.

Ainda no transcurso do ano de 1959, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registrava em duas de suas publicações a existência de 340 ligações elétricas, 50% dos logradouros públicos calçados a paralelepípedo, 62 estabelecimentos varejistas, 24 mil cabeças de gado *vacum*, 1 biblioteca paroquial com 2.318 volumes, 1 cinema com 250 lugares e sessões quatro vezes por semana, jazidas de manganês a serem confirmadas, além da produção de algodão, fumo, feijão, mandioca, milho e banana (as principais). Dessa forma, sintetiza a *Enciclopédia dos Municípios*, a cidade

[...] tomou a vanguarda de suas congêneres, tornando-se daquelas zonas para onde convergiam os habitantes da circunvizinhança, pois a sua feira semanal que realiza às segundas-feiras é uma das melhores da redondeza, motivo pelo qual são atraídos os feirantes de diversos outros municípios do Estado de Sergipe (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959 (a), p. 387).

Já a *Revista da Associação Sergipana de Imprensa*, em sua edição de 31 de dezembro de 1960, destaca a substituição da energia termoelétrica pela hidroelétrica, com a instalação de uma sede da Companhia Hidrelétrica do São Francisco na cidade e um ramal

vindo da usina de Paulo Afonso (BA) com a novidade, fato atribuído pelo periódico à operosa gestão do prefeito Francisco Paes de Santana, cujo mandato foi de 1959 a 1963. Nessa mesma edição, a figura do industrial Ariston Azevedo (1896-1962) é igualmente enaltecida como um dorense ilustre que

[...] depois de vencer fora do seu estado e se tornar uma potência econômica em São Paulo, aqui retorna pagando o seu tributo de gratidão à terra natal, associando-se aos seus movimentos de recuperação econômica e de progresso, com todo o interesse e experiência, que lhe são peculiares à fibra de sertanejo audaz e forte (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE IMPRENSA, 1960, p. 104).

O clima agradável, a excelente água, as ruas pavimentadas e planas, bem como o bonito jardim que circundava a “belíssima matriz de Nossa Senhora das Dores”, complementam o quadro da urbe desenhado nas linhas do citado periódico (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE IMPRENSA, 1960, p. 63).

Nessa *década de 1960* merece nota a presença em solo dorense da equipe do cineasta sergipano Wilson Silva para a gravação de cenas do filme *Nordeste Sangrento*, em 1962, com algumas tomadas nas proximidades do povoado Cajueiro e a participação de moradores locais nessa produção que tinha em seu roteiro temas como misticismo religioso e cangaceirismo (MOURA, 2012, p. 203-205). Já caminhando para o final desse decênio, em 07 de dezembro de 1967, o Banco do Estado de Sergipe instalou uma agência na cidade (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 1975,

p. 12). A urbe testemunhava a gestão desenvolvimentista do prefeito Antônio Cardoso de Oliveira, o Juquinha de Nonô, que, entre 1967 e 1971, edificou escolas nos povoados Ascenso, Bravo Urubu, Gentio e Sapé, construiu a sede própria do já citado Ginásio Francisco Porto, o Centro de Supervisão Escolar (hoje DRE'5) e um matadouro modelo, bem como calçou diversas ruas da sede municipal e implementou o sistema de abastecimento de água encanada com captação na pedreira da rua de Capela. Por sua administração, no ano de 1969, foi premiado como o melhor prefeito do estado de Sergipe (CARVALHO, 2012, p. 209-213).

Em 1970, os dorenses somavam 16.177 pessoas, vivendo 5.676 na cidade e 10.501 nos povoados (SEPLANTEC, 1997, p. 12). Vale lembrar que a redução considerável no número de seus habitantes em relação aos dados de vinte anos antes (26.512) deu-se em virtude da emancipação de alguns de seus maiores povoados: Cumbe, em 1953, Feira Nova e São Miguel do Aleixo, em 1963 (CINFORM, 2002).

O ano de 1970 seria marcado pelas celebrações do *cinquentenário* da elevação da sede municipal da categoria de vila à de *cidade*, com memorável desfile cívico organizado pelas instituições escolares locais, à frente as escolas Francisco Porto e General Calazans, sob as direções, respectivamente, do padre José Araújo Santos e da professora Osvanda Maria Oliveira Vieira (1945-1976). Falando em escolas, em 1973, nascia o Grupo Escolar Professor Fernando Azevedo, da rede estadual. Era mais educação sendo ofertada aos dorenses e, com a futura implantação do 2º Grau na referida instituição, também para a região (JESUS, 2014, p. 25-26).

Iniciativas particulares também demonstravam que Nossa Senhora das Dores atraía investimentos pelo seu comércio e agropecuária fortes, como pode se apreender a partir da inserção de bovinos da raça Indubrasil na fazenda Canafistula, de Murilo Dantas, e suas várias premiações à nível nacional entre o final dos anos 1960 e durante os anos 1970 (PORTO, 2019, p. 57-58). O boi ia se consolidando como a principal atividade econômica local, cujo rebanho já era um dos maiores do estado e corria a fama de ter a urbe dorense a melhor carne de sol de Sergipe, uma tradição que surgiu antes mesmo da elevação à categoria de cidade (SANTANA, 2020, p. A-7).

Também não se pode esquecer dos esforços empreendidos, nos *anos 1970*, para pôr em funcionamento o hospital e maternidade local, cujas obras encontravam-se paralisadas desde a década de 1950, sendo concluídas em 1974 e iniciadas as atividades daquela casa de saúde no final de 1975, graças aos esforços empreendidos pelos dorenses, tendo à frente o vigário Monsenhor Afonso de Me-deiros Chaves (1910-1989), o prefeito Paulo Garcia Vieira (1945-2018) e as Irmãs Claretianas, chegadas na cidade em junho de 1975 para assumir os cuidados da Associação de Caridade que depois ganhou o nome de Hospital Ariston Azevedo e, por fim, Hospital São Francisco de Assis, até o encerramento de sua história de serviços prestados à região no ano de 2005 (SANTANA, 2010, p. B-11).

Eleito vice-governador para a gestão de Paulo Barreto de Menezes (1971-1975), o dorense e bancário Adalberto Moura (1925-2020) chegou a assumir o governo do estado de Sergipe em diversas oportunidades. Posteriormente, na gestão de José Rollemberg

Leite (1975-1979), foi Secretário de Estado da Fazenda e Diretor de Administração e Finanças do Banco do Estado de Sergipe, instituição que outrora ajudou a implantar com o nome de Banco de Fomento Econômico do Estado de Sergipe (PINTO, 2020; PORTO, 2019, p. 58).

Outro fator relevante nesse período foi a instalação de mais uma agência bancária na cidade, dessa vez do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em dezembro de 1975, numa demonstração clara do seu crescimento urbano e rural e da capacidade de gestão do prefeito Paulo Garcia (1973-1977), responsável direto por esse empreendimento. Na época, segundo relatório publicado pelo próprio banco por ocasião da inauguração de sua filial, a pecuária era a principal atividade do município, que possuía o sexto maior rebanho de Sergipe com 34.410 cabeças. O cultivo de mandioca, milho, feijão, favas e algodão, assim como as pequenas indústrias de telha, tijolo, manteiga, queijo e curtume também foram destacados pelo banco, bem como a existência de duas bibliotecas, a previsão de uma terceira (que viria a ser a Biblioteca Municipal Álvaro de Souza Britto, instalada no final da década de 1970) e de um hospital e uma maternidade com 12 e 18 leitos, respectivamente (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 1975, p. 9-13).

E a cidade foi crescendo ao longo dos **anos 1980**, atraindo moradores do campo em busca, principalmente, de vagas nas escolas que ofertavam o ensino secundário inexistente nos povoados e de empregos no comércio. A criação de bovinos continuava sendo a principal atividade econômica, chegando o rebanho do município, em 1980, a 30.490 cabeças. Sua carne de sol era levada pelos mar-

chantes para as feiras de todo o estado, mas, também a carne fresca. Manifestações culturais ligadas à força da pecuária surgiam ou se fortaleciam. Cavalgadas, corridas de argola, pegas de boi no mato, vaquejadas, *Casamento do Matuto* no período junino, dentre outras manifestações (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1985; JESUS, 2017, p. 76-77).

O Festival de Choop, realizado anualmente pelos concludentes do Colégio Francisco Porto, e o Bar da Traíra, eram uma atração à parte, elevando o nome da cidade em Sergipe e fora dele.

A urbe possuía, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publicado em 1985, seis praças, três avenidas e trinta e oito ruas (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1985). Em 1980, os dorenses eram 17.493, sendo 7.151 residentes na zona urbana e 10.342 na zona rural. Já em 1991, com o forte êxodo rural, intensificado desde meados da década anterior, dos seus 19.606 habitantes 10.982 já estavam na cidade e apenas 8.624 no campo. Tendência que se repetiria nos levantamentos seguintes: a) 1996: 20.359, sendo 12.309 na zona urbana e 8.050 na zona rural; b) 2000: 22.195, com 13.524 na cidade e 8.671 no campo (SEPLANTEC, 1997, p. 12).

No final da **década de 1990** o entretenimento entrou na pauta dos governantes e dos empresários dorenses, com a criação de duas festividades que marcaram época: a Micarense (um carnaval fora de época realizado entre abril e maio) e a Grande Festa do Boi (cantada como “a maior festa de peão do Norte-Nordeste”). A Festa do Boi, realizada até o início da década de 2010, fez de Nossa Se-

nhora das Dores a *Capital do rodeio*, com exposição agropecuária, torneio leiteiro, apresentações de músicos e grupos de renome nacional e competições como rodeio em touros e cavalos, prova dos três tambores, dentre outras. O referido evento, foi destaque em publicação do Governo de Sergipe sobre a diversidade cultural dos territórios do estado como a

Maior vitrine turística do município de Nossa Senhora das Dores, marca o período de maior movimentação da produção artesanal e do comércio do lugar. Durante os cerca de 90 dias que antecedem a festa (realizada durante três dias em torno do feriado do dia 15 de Novembro), a cidade muda a sua feição. No aspecto econômico, cerca de 600 pessoas são empregadas de forma direta ou indireta. (...) cerca de 40 mil pessoas, entre turistas de Sergipe e de outros Estados, visitam as terras de Nossa Senhora das Dores, lotando pousadas e as casas dos moradores locais, alugadas com cerca de 100 dias de antecedência (FALCÓN, 2010, p. 110).

Atualmente, dois frutos dessa festividade levam o nome da cidade pelo Brasil, o locutor Ronaldo Feitosa (*a voz sergipana do rodeio*) e o peão de rodeio Jânio Santos Menezes (*o Cara de Gato*). (GUIA DO COMÉRCIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, 2012, p. 33; GUIA DORENSE, 2016, p. 76).

No início dos **anos 2000** foi a vez do resgate da tradição das bonecas de pano, por ação do Grupo de Idosos Renovação, tendo à frente a professora Terezinha Barboza, e da artista plástica dorense Hortência Barreto. Um grupo de bonequeiras foi criado, trazendo de volta a tradição, objeto de oficinas, feiras, mostras e reportagens

na mídia que levaram Nossa Senhora das Dores até mesmo para o exterior, através dos quadros de Hortência Barreto (BARRETO, 2009; SANTOS, 2017, p. 109-110). O reconhecimento dessa prática cultural lúdica que virou fonte de renda veio através da Lei nº 326/2018 que a transformou em Patrimônio Cultural Imaterial do Município. Também no início da década de 2000 nasceu, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, o *Concurso Garota Caipira*, que reúne estudantes da rede municipal de ensino numa disputa pelo reinado junino. Paralelo ao Concurso ocorrem apresentações musicais e outros festejos ligados às tradições do São João.

No final desse decênio, com a instalação, em 2008, da Usina Campo Lindo em terras dorenses, a cana de açúcar passou a ser o principal cultivo econômico do município, sendo essa lavoura voltada à produção de combustível (álcool) e, do bagaço da cana, a bioenergia. No início de seu funcionamento a empresa chegou a ser a maior geradora local de empregos, com quase 3.000 vagas abertas (GUIA DO COMÉRCIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, 2012, p. 20). A criação de gado bovino, sobretudo de corte, se manteve, no entanto, como importante atividade econômica local, alcançando seu rebanho o número de 42.200 cabeças no ano de 2010. O milho também ganhou espaço em área cultivada e em produtividade, se tornando a segunda principal lavoura.

Na **década de 2010**, quando o município contava 24.580 habitantes, diversas eram as instituições culturais, científicas e ambientais ali existentes e que buscavam valorizar a história, a cultura e as belezas dorenses, inclusive partindo para um processo de registro

do seu patrimônio junto aos órgãos competentes, ajudando a edificar o orgulho de ser e de viver Nossa Senhora das Dores, orgulho sintetizado na palavra *dorensenidade*, existindo até um dia dedicado a esse orgulho, o 23 de outubro (Lei nº 170/2010). Destacando-se entre essas entidades o Museu Caipira, fundado em 2012 pelo pedagogo Valtênio Santana, no povoado Cachoeirinha, e que vem preservando parte da trajetória do homem do campo e da cidade. Outrossim, as procissões penitenciais que ocorrem durante a *Semana Santa* na cidade (Encontro, Via-Sacra ao Cruzeiro do Século, Madeiro, Senhor Morto e Penitentes) e no povoado Gado Bravo Norte (Penitentes) fazem parte do Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Sergipe (Lei nº 8.051/2015). Além das já citadas bonecas de pano (Lei nº 326/2018), o Cruzeiro do Século, centenário local de devoção e com uma belíssima vista da cidade e do pôr do sol, foi alçado oficialmente ao posto de Patrimônio Cultural do Município (Lei nº 391/2020).

Muitas dessas tradições têm levado a ações de pesquisa e documentação, com seu registro em livros, revistas, documentários e outras formas de valorização por instituições locais, como o Projeto Memórias, a Academia Dorense de Letras e o Grupo Enforcadense de Estudos Literários, dentre outras entidades ou pessoas da cidade ou de fora dela. Citemos apenas o exemplo das procissões penitenciais, que compuseram, em 2014 e 2015, a exposição *Manifestações culturais sergipanas*, com fotos do fotógrafo Márcio Garcez exibidas na cidade de Viena (Áustria); bem como a exposição *Penitentes* (Bienal de São Paulo, 2010) e o livro *Penitentes: dos ritos de sangue à fascinação do fim do mundo* (2019) do fotógrafo Guy

Veloso, obra indicada ao Prêmio Jabuti 2020 (BRITTO, 2014; CINFORM, 2010, p. 3; VELOSO, 2019).

Com uma população estimada para o ano de 2020 em 26.795 moradores, Nossa Senhora das Dores, no ano do seu centenário na categoria de cidade, testemunhou a união de esforços de seus filhos em torno das homenagens a essa importante efeméride histórica, homenagens capitaneadas pelo *Projeto Dores 100 anos de cidade*. Sob a coordenação do professor José Arnaldo Barreto, o Projeto uniu as mais representativas entidades e as pessoas de boa vontade ao redor do sentimento de *dorensenidade* com ações de amor à cidade e de edificação de um futuro mais sustentável e de valorização de seu passado, através da produção de vídeos educativos, plantio de mudas de árvores nativas e da inauguração de um marco celebrativo na praça 23 de outubro, no bairro João Ventura.

Dessa forma, a outrora Enforcados, hoje pode olhar com orgulho para o seu passado e vislumbrar um futuro de conhecimento, valorização e preservação de sua centenária história e de sua rica cultura, edificadas pelas gerações que, nessas dez décadas, construíram nesse lugar memórias escritas com suor, sangue e lágrimas, mas também com o sorriso de quem ama e é feliz por enfrentar e vencer os desafios da existência, por compor, com as cores e os sabores da *dorensenidade*, o melhor do seu ser.





**Imagem 15:** Traíra (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2011)

## **DORENSENIDADE: O ORGULHO DE SER NOSSA SENHORA DAS DORES<sup>21</sup>**

Preciso transformar o verbo  
em instrumento consuetudinário  
que me reja a vida. Incorporá-lo  
a cada ato, a cada mensagem que envio  
para que meu receptor certifique-se  
de que sou um homem que se move com palavra

Manoel Cardoso, em *Esmerilho-me na lâmina do dia*.

*Dorensenidade* é orgulho; é querer bem; é uma ligação entre terra e gente que está calcada em cada pedra de suas ruas, em cada

---

21 Esse artigo serviu de base para nossa intervenção na *Quinta Literária* realizada pela Academia Dorense de Letras (ADL) em 01 de outubro de 2020, transmitida virtualmente pelo Instagram @adldores, com o tema Dorensenidade e a participação dos acadêmicos Luís Carlos de Jesus e Domingos Pascoal de Melo.

árvore de suas praças, em cada cor e sabor que emanam dos saberes e fazeres do dorense, nos encontros e desencontros que marcam a história de cada morador da cidade e dos povoados, imprimindo em suas memórias o amor a esse solo sergipano consagrado a Nossa Senhora das Dores. É a percepção de que, mesmo para aqueles que não mais vivem fisicamente nesta terra, por conta das circunstâncias da vida, Nossa Senhora das Dores continua presente no seu ser, nos seus hábitos, nas suas melhores memórias.

No entanto, não se sente orgulho, não se ama, aquilo que não se conhece. Então, o primeiro passo para despertar em cada dorense o sentimento de pertencimento ao lugar em que nasceu ou vive é conhecê-lo. Isso pode ser feito através das cores usadas pelos nossos artistas, das letras impressas nos livros, dos sons que embalam nossos dias, dos sabores que dão à nossa existência um sentido singular, enfim, do conhecimento e da vivência com nossa história, nossa cultura, nossas paisagens, nossa gente, com cantos e encantos que representam o ser dorense.

Conhecer e valorizar nosso patrimônio é o caminho para sua preservação e para a construção dessa identidade, ou dessas identidades, que chamamos *dorensidade*, pois, cada indivíduo se relaciona de modo singular com esse bem querer que é Nossa Senhora das Dores. Para edificar esse orgulho, esse sentir materializado na palavra *dorensidade*, é necessário se apropriar da história, da cultura, das belezas, dos projetos que visam construir um lugar melhor para se viver, enfim, de tudo aquilo que une, por laços afetivos, o dorense e a cidade.

Conhecer a história de onde se vive é conhecer a si mesmo, é reconhecer-se como ser dotado de passado e agente transformador do futuro. Afinal, não somos somente nós que vivemos no lugar, ele também vive em nós através de nossos fazeres, saberes, crenças, artes, meios de produção econômica, enfim, de tudo o que se produz com nossas mãos e imaginação.

Ao imprimir o termo *dorensenidade*, numa tentativa de representar objetivamente, de sintetizar o bem querer que é próprio de cada dorense, não se tentou criar um simples conceito, mas despertar sentimentos de pertencimento, de reconhecimento do indivíduo que se identifica como parte de um todo, o lugar no qual nasceu ou escolheu para viver; mas que também percebe que este mesmo lugar integra seu ser, fazendo-o reconhecer-se como dorense por comungar de uma história e de uma cultura comum a outros milhares de conterrâneos.

Assim sendo, existe a minha e a sua *dorensenidade*, impressas através de vivências individuais com os lugares e as coisas de nossa terra e que também pertencem a outras pessoas e nelas despertam sentimentos os mais diversos. No caso particular desse que escreve estas linhas, o ser dorense passa pela criança que cresceu no centro da cidade, que viu com tristeza seu patrimônio edificado ser destruído, suas festas serem extintas ou ressignificadas. Mas que, também, vivenciou muita coisa boa ao som do sino da mais linda igreja sergipana construída no século XX ou das batidas do martelinho de um sapateiro, que teve a oportunidade de fluir da liberdade de suas praças, dos campinhos de futebol, das trilhas na serra do Besouro, das águas refrescantes do rio Sergipe, do sabor dos beijos das casas

de farinha do Gentio, da traíra torradinha no bar do Jarinho, do pirão de galinha de capoeira, do *manué* de milho e do doce de leite, da beleza e da fé contagiante das beatas do Madeiro e dos Penitentes, enfim, de quem construiu seu amor a esta terra vivendo-a, banhando-se nas águas de seu rico patrimônio.

Esse patrimônio é alicerçado numa história que começa num **lugar de resistência, ENFORCADOS**, cuja primeira referência escrita data do longínquo dia 04 de outubro de 1606 e cujo nome se deve ao enforcamento de indígenas pelos primeiros colonizadores no processo posterior à *Guerra de Conquista de Sergipe* (1590), com a distribuição de terras para a criação de gado. Indígenas que resistiram à escravização, à perda de suas terras e de sua identidade, que foram mortos na força pelo colonizador com o intuito de amedrontar o seu povo e fazê-lo ceder aos interesses do invasor português. É uma história que, passados mais de 400 anos, nos inspira a lutar na defesa daquilo que é nosso, do direito que cada um tem de ser dorense.

O ser dorense se torna ainda mais forte e pulsante a partir do momento que a povoação dos Enforcados alcança sua **EMANCIPAÇÃO POLÍTICA**, em **11 de junho de 1859**, deixando de pertencer ao município de Capela e passando a ser a sede de uma nova municipalidade, a Vila de Nossa Senhora das Dores, instalada em 28 de abril de 1861 com a posse dos membros da Câmara de Vereadores, eleitos em 16 de setembro de 1860. Município que foi se desenvolvendo graças à lavoura do algodão, à criação de gado e ao crescente comércio, foi adquirindo forte representação política no cenário estadual e alcançou, em 23 de outubro de 1920, a ascensão

de sua sede à categoria de cidade. Conhecer a história de seu desenvolvimento e as etapas de sua elevação a município e a cidade é edificar a *dorensidade* no respeito pela memória daqueles que se doaram à construção desse orgulho.

Orgulho que se materializa nas *respostas aos desafios da vida*, como aqueles que os moradores da Vila de Nossa Senhora das Dores vivenciaram no final do século XIX. Secas e doenças epidêmicas, como varíola, cólera e febre amarela, eram uma constante. O entendimento da época era de que esses fatos que causavam dor e morte era castigo divino, o que levou os dorenses a se voltarem para a **ORAÇÃO PENITENCIAL**. Essa tradição surgida há mais de um século ainda permanece viva através das procissões do Madeiro e dos Penitentes, que na *Sexta-feira da Paixão* fazem dos cemitérios, cruzeiros, capelas e santas-cruzes da cidade e da periferia lugares de oração pelos mortos e pela salvação das almas através do perdão dos pecados. Compreender essa trajetória é valorizar manifestações de fé que atualmente estão incorporadas a um sentimento maior, a *sergipanidade*, uma vez que a devoção penitencial dos dorenses compõe o *patrimônio cultural imaterial de Sergipe*.

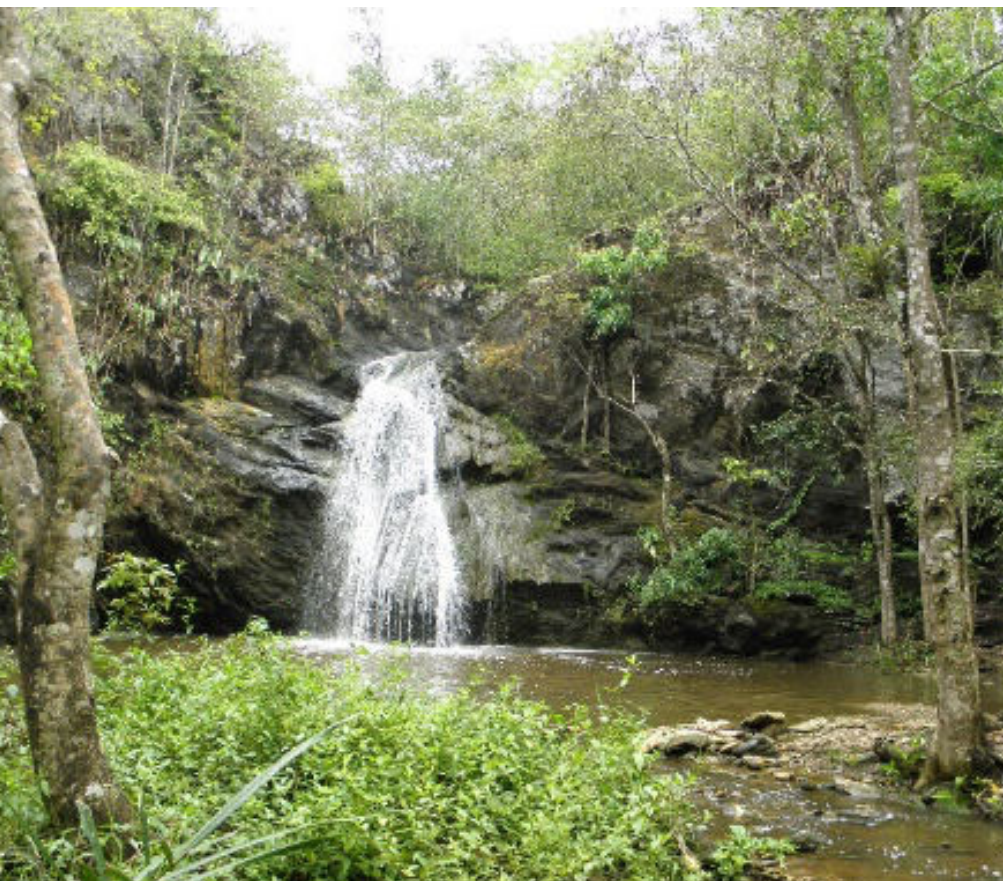
As demonstrações de amor ao lugar brotam de sentimentos coletivos, mas também de ações individuais, como a do jovem *José Elpídio dos Santos* que, diante do terror que abalou o Nordeste brasileiro quando da presença de cangaceiros em sua história, defendeu a sua gente. Ocorre que, na madrugada de 15 para 16 de outubro de 1930, o temido grupo de Virgolino Ferreira, o *Lampião*, tentou uma desforra contra os dorenses, pois os mesmos se armaram e se entrincheiraram para evitar que ele repetisse a tarde de 25

de novembro de 1929, quando entrou triunfante na cidade, obrigando os moradores a contribuírem com dinheiro para manter aquela indesejável visita como pacífica. Dessa forma, mesmo torturado com requintes de crueldade para delatar os protetores da cidade, inclusive seu pai, o **mártir dorense** José Elpídio dos Santos, morador do Cruzeiro das Moças, foi barbaramente assassinado. Por este crime, foi instaurado o ÚNICO PROCESSO JUDICIAL conhecido em Sergipe contra o temível *capitão do cangaço*. Buscar punir com a lei o maior dos bandidos brasileiros foi um ato audacioso que poucos tiveram a coragem de tentar.

Se Nossa Senhora das Dores tem seu mártir, podemos dizer que também possui seus **HERÓIS DE GUERRA**, seus filhos que, diante do maior conflito bélico da história, a **Segunda Guerra Mundial** (1939-1945), se engajaram na luta pela liberdade e contra o totalitarismo. Afinal, em 1942, o Brasil se viu diante do ataque de submarinos alemães, no auge do conflito e da expansão do nazismo. Assim, atendendo às pressões da população, o presidente Getúlio Vargas declarou guerra à Alemanha e aos seus aliados. Nossa Senhora das Dores se viu dentro do teatro de operações na Itália através do tenente João Ferreira de Campos (1907-1980), nascido no então povoado Cumbe; do tenente Sizenando de Azevedo Faro (1923-2016), natural do povoado Borda da Mata; e do primeiro-tenente aviador Theodomiro Alves de Campos (1899-1974). Esses bravos dorenses contribuíram para a derrota do nazi-fascismo e para a vitória da democracia, retornando para a terra natal como heróis de guerra condecorados.

Conhecidos alguns capítulos de *dorensenidade*, fica aqui o de-

safio. Não existe UMA *dorensenidade*, pois, um sentimento é algo plural que se constrói de acordo com as vivências de cada indivíduo. Que cada um a quem chegar o conhecimento dessas linhas busque identificar qual a SUA *dorensenidade*, quais peças podem construir e ajudar a encaixar no mosaico que forma **AS DORENSENIDADES**, essa multiplicidade de relações, de bem-querença que nos faz sentir e viver o *orgulho de ser dorenses*.



**Imagem 16:** Cachoeira do riacho Dangi (foto: João Paulo Araújo de Carvalho, 2011)



## REFERÊNCIAS

**A VOZ DO POVO.** Nossa Senhora das Dores, nº 1, abril de 1951.

**A VOZ DO POVO.** Nossa Senhora das Dores, nº 3, 3 de junho de 1951.

ABREU, Maria Izabel Santana de. **Dores e Amores: a história de minha vida.** Aracaju:

Infographics, 2019.

AMARAL, Antônio Alves do. Penitentes: Devoção e Autoflagelo. **Revista de Aracaju.** Prefeitura Municipal de Aracaju: FUNCAJU, nº 10, 2003.

ARROYO, Leonardo; BELLUZZO, Rosa. **Arte da cozinha brasileira.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS PENITENTES DE NOSSA SENHORA DAS DORES. **Livro de Registro dos Penitentes.** Nossa Senhora das Dores, 1980, manuscrito.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Agência N. Sra. das Dores.** Fortaleza (CE): Tipoprogresso, 1975.

BARRETO, Armando (org.). **Cadastro Commercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe.** Aracaju: Secção de Artes Gráficas da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, 1933.

BARRETO, Hortência. **Organza.** Aracaju (SE): BANESE/Governo de Sergipe, 2009.

BITTENCOURT JUNIOR, Antonio. **A procissão dos Penitentes do Senhor dos Passos: um estudo de comunicação na religiosidade popular na cidade de São Cristóvão no Estado de Sergipe.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de

Janeiro. Rio de Janeiro, 145 p. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRITTO, Mario (org.). **Manifestações culturais sergipanas por Márcio Garcez**. Aracaju (SE): Sociedade Semear, 2014.

CAMPOS, Theodomiro Alves de. **Olhando meu caminho**. Edição do autor, 1966.

CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. IN: **Vários escritos**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.

CANO, Márcio Rogério de Oliveira (coord.); OLIVEIRA, Regina Soares de; ALMEIDA, Vanusia Lopes de; FONSECA, Vitória Azevedo da. **História**. São Paulo: Blucher, 2012. (coleção a reflexão e a prática no ensino; 6)

CARDOSO, Amâncio. “Rota da farinha” em Sergipe: nota Turística e Histórica. *Blog Primeira Mão*, Aracaju (SE), 23 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.blogprimeiramao.com.br/rota-da-farinha-em-sergipe-nota-turistica-e-historica/> Acesso em 15 de julho de 2021.

CARDOSO, Manoel. **Mairi, uma cidade sob medida**. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pequeno Aguadeiro**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1992.

\_\_\_\_\_. **A bordo do tempo**. Mossoró (RN): Vint-Um Rosado, 1996.

\_\_\_\_\_. **Translúcido silêncio**. São Paulo: Editora Scortecci, 2003.

\_\_\_\_\_. Atiçar o carvão da memória. In: PROJETO MEMÓRIAS.

**Informativo Cultural Memórias Dorenses.** Nossa Senhora das Dores (SE): ano 4, nº 4, outubro de 2008. p. 3.

\_\_\_\_\_. **Ínvias veredas.** São José dos Campos (SP): Editora Netebooks, 2008.

\_\_\_\_\_. É tempo de mangas, cajus e jacas. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por [joaopaulohistoria@gmail.com](mailto:joaopaulohistoria@gmail.com) em 08 mar. 2009, 11:16.

\_\_\_\_\_. **Cintilações.** São Paulo: Netebooks Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **Esmerilho-me na lâmina do dia.** São José dos Campos (SP): Editora Netebooks, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pétrea colheita.** São José dos Campos (SP): Editora Netebooks, 2016.

\_\_\_\_\_. **Pervagando entre os escombros.** São José dos Campos (SP): Editora Netebooks, 2017.

\_\_\_\_\_. **Subterrâneos do ser.** São José dos Campos (SP): Editora Netebooks, 2019.

\_\_\_\_\_. 2ª Antologia Literária da Academia Dorense de Letras. In: SANTOS, Jânio Vieira dos; et ali (org.). **3ª Antologia Literária da Academia Dorense de Letras.** Aracaju (SE); Editora ArtNer, 2019, p. 250-252.

CARDOSO JUNIOR, Francisco Jose. **Relatório à Assembléa.** 03 de março de 1871.

CARVALHO, Fernando Lins de. **A pré-história sergipana.** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

CARVALHO, João Paulo Araújo de. Sinhô Porto, a legião dorense e a política na Vila das Dores. In: \_\_\_\_\_; JESUS, Luís Carlos de; MOURA, Manoel Messias. **Memória, Patrimônio & Identidade.** Nossa Senhora das Dores: Associação de Incentivo à Pesquisa e à Cultura Nossa Senhora das Dores dos Enforcados, 2012. p. 121-127.

\_\_\_\_\_. Da História de Nossa Senhora das Dores: S. Juquinha. In: \_\_\_\_\_. **Memória, Patrimônio & Identidade**. Nossa Senhora das Dores: Associação de Incentivo à Pesquisa e à Cultura Nossa Senhora das Dores dos Enforcados, 2012. p. 209-213.

\_\_\_\_\_. João Tenente e Capitão Theodomiro: heróis brasileiros na Segunda Guerra Mundial. **Revista Perfil**. Aracaju, janeiro-fevereiro de 2013. p. 34.

\_\_\_\_\_. **Efemérides da terra dos Enforcados**. Aracaju: Infographics, 2015.

\_\_\_\_\_. **A torre da Matriz & outras histórias**. Aracaju: Infographics, 2018.

\_\_\_\_\_. **Uma cruz para os Enforcados**. Aracaju: EDISE, 2019. CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 8ª edição revista, atualizada e ilustrada. São Paulo: Global editora, 2000.

CHAGAS, Mario. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoção e adjetivação. *Iphan*, Brasil, s.d. Disponível em: [http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Museu%20Patrimonio%20CHAGAS\\_M.pdf](http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Museu%20Patrimonio%20CHAGAS_M.pdf) Acesso em 13 de junho de 2021.

CINFORM. **História dos Municípios**. Aracaju: CINFORM, 2002.

CINFORM. **PENITENTES das Almas**. Caderno de Cultura. Aracaju, 4 a 10 de outubro de 2010, p. 3.

CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo; NEVES, Maurício da Conceição; ANJOS, Marcos Vinícius Melo dos. **Sergipe Sociedade e Cultura**. Aracaju: edição dos autores, 2007.

**CORREIO DE ARACAJU**. Aracaju (SE), 25 de junho de 1937.

**CORREIO SERGIPENSE**. Aracaju (SE), 30 de outubro de 1861.

DANTAS, Ibarê. **A revolução de 1930 em Sergipe**: dos tenentes aos coronéis. São Paulo: Cortez; Aracaju: Universidade Federal de

Sergipe, 1983.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. **Sergipe e seus municípios**. Aracaju: Departamento Estadual de Estatística, 1943.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA / MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. **Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920**. Volume IV (5ª parte), tomo II. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESTADO DE SERGIPE / PREFEITURA MUNICIPAL DE N. S. DAS DÔRES. **Relatórios dos exercícios de 1939 e 1940, apresentados ao Exmo. Sr. Interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, pelo prefeito municipal de N. S. das Dores, Cônego Miguel Monteiro Barbosa**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1941.

FÁLCON, Maria Lucia de Oliveira (org.). **Sergipe: cultura e diversidade**. Salvador (BA): Solisluna Design Editora, 2010.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **Enforcados**: o índio em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos brasileiros; v. 52).

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim (coord.). **O patrimônio cultural é o que faz o Brasil ser Brasil**. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2011. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/07/07/educacao-patrimonial-e-aprender-com-o-mundo-e-a-cultura-que-construimos>. Acesso em 12 de abril de 2016.

FRANCO, Emmanuel. **A colonização da Capitania de Sergipe d'el-rei**. Aracaju: edição do autor, 1999.

FREIRE, Dr. Felisbelo Firmo de Oliveira. **História de Sergipe (1575-1855)**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891.

FREIRE, Laudelino. **Quadro Chorográfico de Sergipe**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1898.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nossa Senhora das Dores Nordeste Sergipe Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1985.

GOIS, Joaquim. **Lampião, o último cangaceiro**. Aracaju (SE): Livraria Regina, 1966.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

**GUIA DO COMÉRCIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**. Aracaju: Editora Art&Cia, 2012.

**GUIA DORENSE 2016**. Nossa Senhora das Dores: Patati Pererê Promoções e Vendas, 2016.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA / CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Sinopse estatística do município de Nossa Senhora das Dores Estado de Sergipe**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XIX volume. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959 (a).

\_\_\_\_\_. **N. S. das Dores Sergipe**. Coleção de Monografias – nº

218. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1959.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens móveis e imóveis inseridos nos Livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN/ Pró-Memória, 1982.

JESUS, Luís Carlos de. Gado Vaccum em Dores: tradições, simbologias e festas. In: CARVALHO, João Paulo Araújo de; \_\_\_\_; MOURA, Manoel Messias. **Memória, Patrimônio & Identidade**. Nossa Senhora das Dores: Associação de Incentivo à Pesquisa e à Cultura Nossa Senhora das Dores dos Enforcados, 2012. p. 51-63.

\_\_\_\_.(org.). **Histórias de Alunos**. Aracaju: Infographics, 2014.

\_\_\_\_. Os equinos sob aspectos econômicos e culturais dorenses. In: PATATI PERERÊ PROMOÇÕES E VENDAS. **Guia Doreense 2017**. Nossa Senhora das Dores, 2017, p. 76-77.

\_\_\_\_. A flor do Projeto Memórias. In: **Revista Enforcadense de Estudos Literários**. Nossa Senhora das Dores (SE), ano 01, nº 01, 2020, p. 14-15.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LEITE, José Aldo Souza. Ser doreense. In: GRUPO ENFORCADENSE DE ESTUDOS LITERÁRIOS. **Revista Enforcadense de Literatura**. Nossa Senhora das Dores (SE), ano 1, nº 4, edição especial Centenário da Cidade, outubro de 2020. p. 19

LIMA, Estácio de. **O mundo estranho dos cangaceiros**. 3. ed. Salvador (BA), Assembleia Legislativa, 2014.

LIMA IRMÃO, José Bezerra. **Lampião: a raposa das caatingas**. Salvador: JM Gráfica, 2014.

LIMA JUNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. **Capitães mores de Sergipe 1590 a 1820**. Aracaju: FUNDESC, 1985.

LINS, Daniel. Memória, esquecimento e perdão (per-dom). In: LE-

MOS, Maria T. B. e MORAES, Nilson A. de (org.). **Memória e construção de identidades**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000. p. 9-16.

LISBOA, Manoel Ribeiro da Silva. **Relatório de todos os actos do Governo da Província de Sergipe, na presidência do Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa e por ele publicados**. Bahia: Typ. do Correio Mercantil, 1835.

MARIA, João de. **Carta do vigário Padre João de Maria ao arcebispo Dom Luiz Antônio dos Santos**. (Manuscrito) Nossa Senhora das Dores, 04 de novembro de 1887. Acervo do Laboratório Reitor Eugênio Veiga (LEV) da Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador. Fundo: Cartas entre padres e arcebispos.

MARQUES, Archimedes. **Lampião e o cangaço na historiografia de Sergipe**. Volume 1. Aracaju: Infographics, 2017.

MELO, Domingos Pascoal de. Projeto Memórias, uma referência. In: SANTOS, Jânio Vieira dos et ali (org.). **2ª Antologia Literária da Academia Doreense de Letras**. Aracaju: Editora Brasil Casual, 2018. p. 34-36.

MEHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Joaquim Jacintho de. **Relatório à Assembléa Legislativa de Sergipe**. 04 de março de 1863.

MOURA, Manoel. Nordeste Sangrento. In: CARVALHO, João Paulo Araújo de; JESUS, Luís Carlos de; \_\_\_\_\_. **Memória, Patrimônio & Identidade**. Nossa Senhora das Dores: Associação de Incentivo à Pesquisa e à Cultura Nossa Senhora das Dores dos Enforcados, 2012. p. 203-205.

NOSSA SENHORA DAS DORES. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/nossa-senhora-das-dores.html> acesso em 24 de março de 2021 às 12h 38min.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

\_\_\_\_\_. **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. **As políticas de memória da associação dos ex-combatentes de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 154 p. 2017.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS DORES. **Livro Tombo nº 1**. Nossa Senhora das Dores (SE), 1913 (manuscrito).

PINTO, Mônica. Morre aos 94 anos o ex-vice-governador de Sergipe Adalberto Moura. *F5 News*, Aracaju, 14 de março 2020. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/morre-aos-94-anos-o-ex-vice-governador-de-sergipe-adalberto-moura.html> . Acesso em 22 de março de 2021.

**POLIANTEIA**: Revista da Associação Sergipana de Imprensa. Aracaju, nº 11, 1952.

PORTO, Hélio. **Nossa Senhora das Dores**: características, história e curiosidades. *Nossa Senhora das Dores: Academia Dorense de Letras*, 2019.

PRATA, Ranulfo. **Lampeão**. Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda, 1934.

PROJETO MEMÓRIAS. **Informativo Cultural Memórias Dorenses**. Nossa Senhora das Dores (SE): ano 1, nº 1, outubro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Associação de Incentivo à Pesquisa e à Cultura Nossa Senhora das Dores dos Enforcados**. Digitado. Nossa Senhora das Dores, 2006.

PYRRHO, Sebastião José Basílio. Relatório do Major Engenheiro Sebastião José Basílio Pyrrho ao Presidente da Província Doutor João Dabney d’Avelar Brotero. Aracaju, 21 de fevereiro de 1859.

(Manuscrito, Acervo do IHGS, referência arquivística SS5795)

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL / MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS / DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900.** Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1905.

**REVISTA DA ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE IMPRENSA.** Aracaju, nº 3, 31 de dezembro de 1960.

**REVISTA DA ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE IMPRENSA.** Aracaju, nº 4, 31 de dezembro de 1961.

ROUILLARD, Philippe. **História da penitência:** das origens aos dias atuais. Tradução Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 1999. (Teologia sistemática)

SANTANA, Gilberto Luiz Araújo. MANDIOCA: o Pão do Brasil! In: PROJETO MEMÓRIAS. **Informativo Cultural Memórias Dorenses.** Nossa Senhora das Dores (SE): ano 2, nº 2, outubro de 2006. p. 8.

SANTANA, José Lima. **Para jamais esquecer.** Rio de Janeiro: Tavares e Tristão Gráfica e Editora de Livros Ltda, 1989.

\_\_\_\_\_. Lampião em Dores 1929 e 1930. In: PROJETO MEMÓRIAS. **Informativo Cultural Memórias Dorenses.** Nossa Senhora das Dores (SE): ano 3, nº 3, outubro de 2007. p. 10-12.

\_\_\_\_\_. O hospital de Dores: uma causa perdida? **Jornal da Cidade.** Aracaju, 5 e 6 de dezembro de 2010, p. B-11.

\_\_\_\_\_. Centenário Dorense. **Jornal da Cidade.** Aracaju, 24 a 26 de outubro de 2020, p. A-7.

SANTANA, Valtênio Santos. Um museu para chamar de seu. In: SANTOS FILHO, Jailton dos; CARVALHO, João Paulo Araújo de; JESUS, Luís Carlos de (org.). **Memórias de Nossa Senhora das Dores:** uma cidade centenária. Aracaju (SE): Infographics, 2021.

p. 63-70.

SANTOS, Terezinha Barboza dos. Resgate das bonecas de pano e criação do grupo de idosos. In: SOUZA, Ari Pereira de; CARVALHO, João Paulo Araújo de; CERQUEIRA, Maria de Lourdes Santos. **1ª Antologia Literária da Academia Dorense de Letras**. Aracaju: Texto pronto, 2017. p. 109-110.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLANTEC. **Perfis Municipais Nossa Senhora das Dores**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe / SEPLANTEC / SUPES, 1997.

SERGIPE. **Collecção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe**. 1862-1869. Aracaju: Typ. Provincial, 1868.

\_\_\_\_\_. **Collecção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe**. 1877-1880. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, 1880.

\_\_\_\_\_. **Collecção de leis e resoluções da Assembléia provincial de Sergipe**. 1883. Aracaju: Typ. Provincial, 1888.

SILVA, André Luiz Esteves da. Arqueologia em Cachoeirinha. In: SANTOS, Jânio Vieira dos; CARVALHO, João Paulo Araújo de; JESUS, Luís Carlos de (org.). **3ª Antologia Literária da Academia Dorense de Letras**. Aracaju: Editora ArtNer, 2019. p. 174-181.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe (1820-1920)**. Aracaju (SE): Estado de Sergipe, 1920.

SILVA, Manoel Cicero Peregrino da. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Volume XXXI, 1909. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1913.

\_\_\_\_\_. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Volume XXXII, 1910. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1914.

SILVA LISBOA, L. C. **Chorografia do Estado de Sergipe**. Araca-

ju: Imprensa Oficial, 1897.

SOUZA, Marcos Antonio de. **Memoria sobre a capitania de Sergipe** (sua fundação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz) Anno de 1808. 2ª ed. Aracaju: Departamento Estadual de Estatística, 1944.

VELOSO, Guy. **Penitentes**: dos ritos de sangue à fascinação do fim do mundo. Fortaleza: Tempo d'Imagem, 2019.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe 1575-1930**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970.



